

Fevereiro de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Cozinhas comunitárias vão beneficiar pessoas em situação de vulnerabilidade	6
1.2 CEIC alerta que a este ritmo o desemprego sobe para 33,4% em 2027	6
1.3 Elevado desemprego nos jovens ameaça estabilidade económica e social do País	7
1.4 Taxa de emprego aumentou 1,9 por cento no quarto trimestre de 2022	8
1.5 Em cada dez desempregados seis são jovens até aos 24 anos	9
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 Perspectivas do Programa de Apoio ao Crédito	11
2.2 Juros dos depósitos a prazo na banca nacional não incentivam poupança	11
2.3 Falta de crédito bancário trava actividade de marceneiros na cidade do Sumbe	12
2.4 Crédito bancário caiu 3,5% em 2022 para 4,6 biliões Kz	13
3. MERCADO INFORMAL	15
3.1 A génese do sector informal e a sua reconversão	15
3.2 Venda ilegal preocupa Medicina Natural	16
3.3 Governo do Namibe está a registar as embarcações de pesca artesanal	16
3.4 Medida GPL aberta o «cerco» a vendedores, especialistas contra carga policial sugerem estudo	17
3.5 Administração vai combater vendas desordenadas nas ruas	18
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	20
4.1 Deputados aprovam em definitivo OGE-2023	20
4.2 Dívida pública sai de 134 para menos de 60 por cento em dois anos	20
4.3 OGE 2023 vai hoje à votação final global	21
4.4 Comissões recomendam atenção ao risco de sobre-endividamento	22
4.5 OGE garante diversificação da economia e forte impulso ao investimento privado	23
4.6 Elaboração do futuro OGE deve contar com os parceiros sociais	24
4.7 Orçamento para 2023 entra em execução a 1 de Março	25
4.8 Municípios de Benguela e do Lobito destacados na arrecadação de receitas	26
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	27
5.1 Censo piloto da População tem início a 15 de Maio	27
5.2 Líder religiosa elogia proposta da Nova Divisão Administrativa	27
5.3 UNITA considera importante a realização das autarquias	28
5.4 Nova Divisão Político-Administrativa vai aproximar serviços à população	28
5.5 Administradores municipais confiantes na eficácia da nova divisão administrativa	29
5.6 Populações em zonas recônditas vão ter acesso aos benefícios sociais	30
5.7 Professor Bornito de Sousa defende uniformização da toponímia nacional	31
5.8 Sociedade civil otimista com proposta de nova Divisão Político-Administrativa	31
5.9 Governo provincial pode elevar Bairro Alto Luena a município	33
5.10 Politólogo defende coabitação da divisão administrativa com autarquias	33
5.11 Nova Divisão Político-Administrativa abre boas perspectivas de crescimento	34
5.12 Nova Divisão Político-Administrativa	35
5.13 Rei e juventude de Menongue falam das vantagens da Divisão Político-Administrativa	36

5.14	Recenseamento Geral da População e Habitação prevista para Julho de 2024	37
5.15	Líder da CEAST apoia proposta de Divisão Político-Administrativa	38
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	39
6.1	Primeiros apartamentos entregues aos inquilinos	39
6.2	Beneficiários do CNJ sem condições de pagar habitações	39
6.3	Passeios em Menongue estão a ser requalificados	40
6.4	Preços dos Materiais de Construção variaram 0,8 por cento	40
6.5	Ordem dos Arquitectos defende melhores condições de trabalho	41
6.6	Falta de vias alternativas	42
6.7	Sistema de drenagem	42
7.	TERRA	43
7.1	Lotes de terrenos distribuídos para famílias em zona de risco	43
7.2	Jovens recebem lotes para a construção dirigida	43
7.3	Administração prepara lotes de terreno para a juventude	44
7.4	Construções anárquicas descaracterizam as cidades	44
7.5	A violação sistemática dos direitos dos camponeses	44
7.6	Burocracia dificulta acesso à terra, fraca regulação abre caminho a lavagem de dinheiro	45
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	48
8.1	Município do Belas regista melhorias em vários sectores	48
8.2	Gabinete do Ambiente prepara aterro sanitário	48
8.3	Sistema de água no Bengo é implementado em Março	49
8.4	Governo Provincial de Luanda prioriza drenagem no Cazenga	49
8.5	Um total de 17 mil famílias beneficia de água potável	50
8.6	“Tratamento das águas residuais é vital para preservar o mar e as espécies”	51
8.7	Governador de Luanda quer melhorias nos serviços de saneamento básico	52
8.8	Instituto Regulador de Electricidade e Água aposta na expansão de serviços	52
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	56
9.1	Jovem detido por matar e carbonizar um cidadão por causa de terreno	56
10.	AMBIENTE	57
10.1	Chuvas destroem dezenas de casas no Lubango	57
10.2	Executivo suspende exportação de madeira bruta durante três anos	58
10.3	Cheias impedem mobilidade de milhares de habitantes	59
10.4	Mobilização contra os crimes ambientais	59
10.5	Chuvas desalojam 14 famílias em Ambaca	60
10.6	Progressão de ravina ameaça estrada principal do Tchizo	60
10.7	Magistrados preparados para o combate aos crimes ambientais	61
10.8	Zonas florestais do Cuanza-Norte contam com projecto de protecção	62
10.9	Progressão de ravinas ameaça interromper circulação rodoviária	63
10.10	Madeireiros contestam proibição de exportação de madeira	63
10.11	Madeireiros elogiam Decreto Presidencial sobre suspensão da exportação de madeira bruta	64
10.12	Governo realoja sinistrados na zona do Catome de Baixo	66

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

67

- 11.1 Angola e China preparam novos acordos no domínio da saúde
- 11.2 Empresa vai colocar no mercado 40 mil toneladas de arroz em Abril

67

67

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Cozinhas comunitárias vão beneficiar pessoas em situação de vulnerabilidade

Jornal de Angola
15 De Fevereiro de 2023
Texto: Weza Pascoal

A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais trabalha desde ontem com as autoridades governamentais e líderes religiosos da província do Cuando Cubango, no quadro da implementação nos próximos dias de cozinhas comunitárias para reduzir os elevados casos de mal-nutrição na região.

À imprensa, Fátima Viegas disse que a visita ao Cuando Cubango tem como objectivo principal fazer um diagnóstico junto do Governo Provincial e dos líderes religiosos, para identificar os locais onde serão implementadas as cozinhas comunitárias, que poderão servir cerca de cinco refeições semanais às pessoas em situação de vulnerabilidade, sobretudo, as crianças e idosos.

Assegurou que o projecto de cozinhas comunitárias 2022/2026 é de iniciativa presidencial, cujos trabalhos de estudo e diagnóstico estão a ser feitos em cinco províncias do país, nomeadamente, Namibe, Huíla, Cuando Cubango, Moxico e Cunene, contando com a colaboração das igrejas.

"No âmbito do combate à fome e à pobreza, o Executivo angolano pensou na implementação deste projecto, de forma a permitir que as pessoas vulneráveis tenham a possibilidade de ter no mínimo uma refeição diária, com vista também à redução dos níveis de mal-nutrição que têm acometido várias crianças destas regiões do país", referiu.

Fátima Viegas disse que as cozinhas comunitárias são equipamentos públicos implantados por meio de convénio formalizado entre o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e as administrações municipais, através do Programa de Combate à Fome e à Pobreza, com a finalidade de fornecer refeições saudáveis de forma gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social urbanas.

Explicou que a ideia é implementar as cozinhas nas zonas mais recônditas, a nível dos municípios e das comunas, onde principalmente existe um número mais elevado de pessoas necessitadas, respeitando a dieta alimentar de cada região. Hoje, está prevista a realização de uma audiência com o Conselho das Igrejas Cristãs de Angola e com os membros da Associação Industrial de Angola (AIA), para a recolha de mais subsídios.

I.2 CEIC alerta que a este ritmo o desemprego sobe para 33,4% em 2027

Jornal de Angola
20 De Fevereiro de 2023
Texto: Joaquim José Reis

A um ritmo de crescimento económico ligeiramente acima do crescimento populacional projectado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) até 2027, o desemprego em Angola deverá subir dos actuais 30,1% para 33,4%, alerta o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica.

Este é um de três cenários que constam no estudo "Cenários de crescimento da economia angolana até 2030 e Impactos sobre o emprego", que deverá ser apresentado ainda este mês, de acordo com o director do CEIC, Alves da Rocha.

O crescimento económico previsto pelo FMI para Angola varia entre os 3,4% em 2023, crescendo ano após ano até atingir os 3,9% em 2027, ficando longe da média de 8,4% de crescimento no período 2004/2013, que se traduziu numa "mini-idade de ouro do crescimento económico com uma taxa média anual de variação real do PIB de 11,5%", e que "pode ser irrepitível nas condições actuais e próximas em que prevalecem engulhos à diversificação da economia".

Além das taxas de crescimento até 2027, este primeiro cenário considera também um crescimento da produtividade em média anual ligeiramente acima dos 2,4%. "A insuficiência do crescimento económico (taxa anual de 3,6%), preservando-se alguns ganhos de produtividade, responde por um aumento da taxa de desemprego em 3 pontos percentuais, situando-se em 33,4% no final de 2027", refere o relatório, apontando a uma população activa nessa altura na ordem dos 18,1 milhões de pessoas, contra os 16,5 milhões verificados em 2022.

Contas feitas, o número de desempregados crescerá de quase 5 milhões para 6 milhões. As restantes pessoas em idade activa arranjarão emprego, mas a tendência será a de entrarem no mercado informal de emprego, que, em Angola, ronda os 80%.

Já um segundo cenário aponta a uma descida na taxa de desemprego para 18,0% em 2027, mas para isso seria necessário a economia crescer a uma média anual de 8,0%. Neste cenário quase impossível de concretizar a taxa de desemprego até poderia baixar para 11,5%, mas para isso seria necessário, além do crescimento anual de 8,5% do PIB até 2027, sacrificar "os ganhos de produtividade [1%] pelos dividendos do emprego".

Um cenário desafiante para o e "atitudes portadoras de futuro e de posições e conteúdos de políticas económicas compagináveis com os ambientes externos mais competitivos". "Claro que se está perante um cenário desafiante desafiador e irrealizável num período de cinco anos. Por isso, tem de se trabalhar arduamente na revolução da educação, nas reformas dos ambientes de negócios - extraordinariamente inquinados de corrupção, ausência de transparência, excesso de burocracia - e na alteração da estrutura do mercado de trabalho, tornando-o menos insensível à influência das alterações de eficiência da força de trabalho", sublinha o estudo do CEIC.

Um terceiro cenário adopta as taxas de crescimento expostas no Relatório de Fundamentação do OGE de 2023, "para o qual se esfumam os ganhos de emprego admitidos nos cenários com taxas de crescimento do PIB mais elevadas e robustas". Neste cenário, a taxa de desemprego cairia dos actuais 30,0% para 25,8%, ainda assim "níveis elevados". O CEIC refere que o desemprego representa um "tremendo desperdício económico", medido pela perda de capacidade de crescimento actual e futuro.

"O problema do desemprego é dos mais candentes de qualquer economia, que, quando se alia à pobreza e a crescimentos económicos fracos ou recessivos, desencadeia fenómenos de exclusão social politicamente perigosos, sendo, por isso, curial questionarmo-nos como é que uma economia em recessão consegue criar empregos", que tem sido o caso de Angola se forem considerados os dados do INE, refere o documento.

Assim, trata-se de cenários nada positivos, já que o facto de a economia crescer a um ritmo ligeiramente acima do crescimento da população significa que a economia não está a conseguir criar emprego necessário para acolher a população que entra em idade activa (nem a que já está em situação

prolongada de desemprego) num país onde os biscates (ou emprego informal, conforme cataloga o INE) continuam a ser o ganha-pão de 80% das pessoas que trabalham. E há que ter em conta "que cerca de 3/4 da população tem menos de 2 dólares por dia" para viver "As desigualdades sociais continuam a dominar a realidade nacional, em diversas vertentes.

Admite-se que, à medida que o tempo for passando, tornar-se-á cada vez mais difícil garantir um estatuto de igualdade de oportunidades e de convergência de níveis de vida a todos os cidadãos, tal como consagra a Constituição. Nas deslocações às várias periferias da cidade de Luanda constatam-se condições de vida degradantes, sendo a mais frustrante a aparente falta de esperança de as reverter no curto prazo. Os contrastes com as várias cidades-condomínios do asfalto são, na verdade, gritantes, levando, na realidade, a pensar- -se que os angolanos só perante a Lei são iguais", refere o estudo.

1.3 Elevado desemprego nos jovens ameaça estabilidade económica e social do País

Jornal Expansão

17 De Fevereiro de 2023

Texto: Horácio Bapolo

A população jovem com idade entre os 15 aos 34 anos não está a ser suficientemente absorvida pela força de trabalho, um cenário que ameaça a estabilidade económica e social do próprio País, diz o banco Mundial.

Nos últimos anos, "o sector formal estagnou no que diz respeito à criação de empregos e a baixa produtividade está a ser impulsionada por uma situação fiscal difícil, apreciação da taxa de câmbio real e a inflação. Estes factores estão a limitar o investimento directo estrangeiro, a inibir a diversificação económica e a dificultar o desenvolvimento do sector privado, levando à criação mais lenta de postos de trabalho, especialmente no sector formal", refere o "relatório de política" com o nome "Bons empregos para a juventude angolana: oportunidades, desafios e orientações de políticas".

Os dados do relatório redigido pelo Banco Mundial em parceria com o Instituto Nacional para o Emprego e Formação Profissional (INEFOP) apresentado esta quarta-feira em Luanda, são referentes a 2019, pelo que a situação do em[1]prego no país ter-se-á agravado com a pandemia da Covid-19.

De acordo com o documento, na última década foram criados 3,5 milhões de empregos, sendo que "a maioria dos novos empregos são de baixa qualidade, dos quais 2,7 milhões foram criados nos sectores da agricultura e comércio". O relatório não refere, mas de acordo com dados do INE 80% da população considerada empregada no País está na informalidade, ou seja, sobrevive através de biscates.

Em termos percentuais, a pesquisa refere que em 2019 "22% dos jovens no país são desempregados, 85% trabalham em empregos de baixa qualidade e 20% ganham menos do que os adultos. As mulheres jovens, os jovens que vivem em zonas rurais e os jovens de famílias pobres saem ainda pior".

O relatório aponta também questões relacionadas com a baixa produtividade no País. E por isso refere que 96% dos jovens "são economicamente vulneráveis e não estão preparados para empregos de qualidade. E os que ultrapassam as barreiras sociais são mais empregáveis".

Quanto ao nível político, 24% dos programas de emprego do Governo angolano "são concebidos para jovens vulneráveis", considera o estudo, que adianta que "os programas que abordam vulnerabilidades específicas podem integrar melhor os jovens no emprego". Mas os efeitos são pouco sentidos no País, porque "os jovens (15-34 anos) representam 83% dos desempregados em Angola, com 62% dos jovens a gastar mais de um ano na procura de emprego".

Para mudar este quadro, a instituição multilateral recomenda seis caminhos, nomeadamente, "manter políticas fiscais, monetárias e cambiais sólidas, aumento da produtividade e crescimento das empresas, reforço das instituições para aumentar o impacto das políticas do mercado de trabalho, apoiar o aumento da produtividade dos trabalhadores independentes".

O Banco Mundial aponta ainda como caminhos a melhoria das aptidões relevantes para o trabalho de jovens vulneráveis através de um maior investimento no sistema de ensino e facilitar a transição dos jovens para o emprego e aumentar a sua produtividade através da ampliação do programa de estágios.

Segundo o estudo, "atrair investimento e desenvolver cadeias de valor em sectores não petrolíferos com potencial de criação de emprego poderá abrir novas oportunidades numa economia diversificada". Por outro lado, melhorar a disponibilidade de financiamento para o sector privado, especialmente às Pequenas e Médias Empresas (PME) e novas empresas, permitirá às empresas orientadas para o crescimento arrancar, expandir a sua produção e

introduzir novos produtos e serviços, aumentando o seu potencial de contratação de trabalhadores.

O estudo propõe igualmente políticas a curto prazo para apoiar aumentos de produtividade para trabalho por conta própria, melhorar as aptidões laborais relevantes dos jovens vulneráveis e facilitar a transição do jovem para o emprego e aumento da produtividade.

Durante a apresentação do estudo, Ema Monsalve, técnica do Banco Mundial, referiu que "o País está num momento muito crítico e é necessária uma estratégia multisectorial para estimular a criação do emprego. E estas estratégias passam por elaborar políticas que dêem respostas necessárias a criação de emprego.

I.4 Taxa de emprego aumentou 1,9 por cento no quarto trimestre de 2022

Jornal de Angola

20 DE Fevereiro 2023

Texto: Regina Handa

A população empregada em Angola aumentou 1,9 por cento, no quarto trimestre de 2022, face ao terceiro trimestre de 2022 e, conseqüentemente, a taxa de emprego subiu para 0,6 ponto percentual, face ao terceiro trimestre de 2022.

Em análise, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), no universo da população em idade activa (pessoas com 15 ou mais anos de idade), 11.682.309 pessoas declararam ter trabalhado no período em referência por conta de outrem, conta própria ou trabalharam num negócio familiar, durante pelo menos uma hora.

Enquanto 4.921.440 pessoas não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro e estavam disponíveis para trabalhar no período em referência ou nos 15 dias seguintes.

Segundo a folha de informação Rápida do INE, a população economicamente activa, com 15 ou mais anos, foi estimada em 16.603.750 pessoas, sendo 7.985.176 homens e 8.618.574 mulheres.

A taxa de actividade da população com 15 ou mais anos foi estimada em 89,8 por cento, sendo a dos homens (89,8) mais elevada que a das mulheres (89,7). A taxa de actividade na área rural foi superior à urbana, 92,1 por cento e 88,5 por cento, respectivamente.

Actividade económica

A população economicamente activa, com 15 ou mais anos, aumentou 1,4 por cento, face ao terceiro trimestre de 2022, ao passo que homologamente foi de 2,3 por cento.

A taxa de actividade da população, com 15 ou mais anos, situou-se em 89,8 por cento, tendo aumentado 0,4 ponto percentual face ao terceiro trimestre.

A taxa de actividade dos homens diminuiu 0,4 por cento e das mulheres aumentou 1,1 ponto percentual.

A população empregada, com 15 ou mais anos, foi estimada em 11.682.309 pessoas, sendo 5.556.741 homens e 6.125.569 mulheres. A taxa de emprego foi estimada em 63,1 por cento, sendo na área rural significativamente superior à urbana (79,7 por cento e 54,4), respectivamente, à semelhança da evolução ocorrida em quase todos os trimestres, resultando numa diferença de 25,2 pontos percentuais.

A taxa de emprego das mulheres de 63,7 por cento é superior a dos homens (62,5). A taxa de emprego dos jovens com 15-24 anos foi de 39,6 por cento, havendo uma diferença entre homens e mulheres (40,6 por cento e 38,7, respectivamente). Entretanto, os dados indicam que os grupos etários 35-44 e 45-54 anos de idade concentram o maior número de pessoas empregadas.

Apesar disso, a taxa de emprego dos homens diminuiu 2,6 por cento e das mulheres aumentou 3,5 pontos percentuais, face ao terceiro trimestre de 2022. No mesmo período, a taxa de emprego dos jovens com 15-24 anos (39,6 por cento) foi superior em 5,1 por cento face ao terceiro trimestre.

Os principais sectores da actividade económica, cerca de 50,0 por cento da população empregada declararam que exercem o seu emprego principal na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, seguido do comércio a grosso e a retalho com 21,7 por cento.

A distribuição percentual da população empregada, segundo a situação no emprego principal, dados indicam que a maior parte da população trabalha no sector privado. O trabalhador familiar sem remuneração aumentou 2,3 pontos percentuais face ao terceiro trimestre de 2022.

No que concerne à variação homóloga, a população empregada aumentou 7,3 por cento. A taxa de emprego dos jovens com 15-24 anos aumentou 4,9 pontos percentuais em relação ao trimestre homólogo. Neste período, a população que trabalha

na produção para o consumo próprio aumentou em 4,2 pontos percentuais.

A amostra do Instituto Nacional de Estatística permitiu constatar que ao nível nacional a maioria das pessoas empregadas encontra-se no emprego informal (80,5 por cento), das quais 72,3 por cento entre homens e 87,9 por cento entre mulheres.

No quarto trimestre de 2022, a maioria dos empregados no sector informal foi trabalhador por conta própria (50,3 por cento), trabalhadores familiares (29,5) e trabalhadores para o consumo próprio (10,7).

A análise de dados indicou que a taxa de emprego informal é maior na área rural que na área urbana (79,7 e 54,4 por cento), respectivamente.

I.5 Em cada dez desempregados seis são jovens até aos 24 anos

Jornal Expansão

Texto: Martins Chambassuco

24 De Fevereiro de 2023

Por cada 10 desempregados no final de 2022, seis eram jovens com idades entre os 15 e os 24 anos. No final de Dezembro existiam em Angola 4.921.440 pessoas sem emprego e que estavam disponíveis para trabalhar, dos quais 2.997.238 eram jovens daquela faixa etária, indicam os dados do Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA) referentes ao IV trimestre de 2022, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Dos quase 5 milhões de desempregados, 2.428.435 são homens e 2.493.005 mulheres. Ainda durante o período em análise, no universo da população em idade activa (pessoas com 15 ou mais anos de idade), 11.682.309 de pessoas declararam que trabalharam no período de referência, num trabalho por conta de outrem, conta própria ou trabalharam num negócio familiar, durante pelo menos uma hora.

Segundo o inquérito do INE, no espaço de um ano a população economicamente activa subiu 2,3% para 16.603.750 pessoas, equivalente a mais 367.079 face a Dezembro de 2021. Já a população desempregada diminuiu 8%, ou seja, diminuiu 427.182 pessoas para um total de 4.921.440. Se por um lado o número de desempregados caiu, por outro subiu o número de empregados, com a população empregada a crescer 7,3% para 11.682.309. O problema é que o sector informal voltou a ser o que mais absorveu trabalhadores. Ao todo, 80,5% dos empregados em Angola estão no sector informal.

De acordo com cálculos do Expansão, no espaço de um ano, por cada 100 empregos criado no país, apenas 23 foram criados no sector formal da economia. Por outro lado, o número de população inactiva também cresceu exponencialmente entre 2021 e 2022, ao passar de 1.549.677 para 1.895.829, ou seja, mais 346.152 pessoas.

No final de 2022, a taxa de desemprego na população com 15 ou mais anos foi estimada em 29,6%, sendo mais elevada nos homens, 30,4 %, comparando com as mulheres, 28,9% (um diferencial de 1,5 pontos percentuais).

O fenómeno do desemprego tende a aumentar na área urbana, onde, de acordo com os dados do INE, o desemprego ronda os 38,5%, ou seja, três vezes mais que na zona rural (13,5%), uma diferença de 25,0 p.p.

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, admite que os dados do desemprego em Angola deverão ser ainda mais graves do que aqueles que surgem nos dados estatísticos do INE, que no nosso país sempre mereceram um olhar de suspeição devido a alegadas interferências políticas. "Este dado pode ser questionado por presumível défice com aquilo que se vê a olho nu", admite.

Já o investigador da Universidade Agostinho Neto, Fernandes Wanda, diz que "é preciso ter em conta que 80,5% das pessoas empregadas estão no sector informal da economia e é um problema sério já que essas pessoas vivem numa situação de precariedade, sem acesso a proteção social." O académico questiona: o que será destas pessoas quando tiverem de ir para a reforma?"

Mercado informal dispara

Entre as 16.603.750 pessoas que compõem a população activa do País, 9.402.347 estão obrigadas a recorrer ao mercado informal de trabalho para poder sobreviver.

Um número que não para de crescer já que o crescimento da economia não acompanha o crescimento da população (3,1% ao ano) e, por isso, o país está a criar mais informalidade e mais pobreza.

Fernandes Wanda explica que se trata de uma ameaça não só para a própria segurança nacional mas também para a sustentabilidade da segurança social.

"Estas pessoas não estão a contribuir mas vão precisar de apoio do Estado quando tiverem que ir para a reforma. Sendo o direito ao trabalho um direito constitucionalmente consagrado, Artigo 76º, é

responsabilidade do Estado assegurar que cada angolano possa ter acesso a ele. Estando a informalidade acima dos 80% e como tal estas pessoas não têm acesso ao que diz a constituição, este dado mostra que quem controla hoje o Estado angolano, está a violar um direito fundamental dos angolanos", disse.

Entretanto, nem tudo são más notícias para o país já que no espaço de um ano há mais 180.150 empregos formais, um sinal da ligeira recuperação económica levada a cabo desde de 2021, quando a economia angolana saiu formalmente da recessão e começou a aquecer novamente.

Ainda assim, a economia continua incapaz de gerar os empregos formais que o país precisa. O economista José Lopes reage aos números e explica que não é de estranhar o aumento no informal, que atinge sobretudo as mulheres e sublinha: "não há oferta de empregos formais e se existem, não são para todos os angolanos".

Entende ainda que o crescimento da economia e o crédito às empresas são o único caminho para a criação de mais empregos formais.

Apesar da descida da taxa de desemprego para 29,6%, José Lopes defende que a única forma para se reduzir a elevada taxa de desemprego no país é preciso transformar a economia do País que teve recentemente cinco recessões económicas consecutivas (entre 2016 e 2021), apenas quebrada em 2021."Foram anos de sufoco da economia e das em- presas", admite.

Revela, no entanto, que "não pode ser o Estado a criar empregos porque, embora faça parte do circuito macroeconómico, tem as suas responsabilidades e tem limites em termos de contratação e temos que apostar na iniciativa privada para animar o mercado de trabalho".

"A taxa de desemprego só vai diminuir se houver uma aposta séria no empresariado nacional. Temos de produzir mais e o Estado não é um agente económico capaz de gerar crescimento, são as empresas", disse o economista, lembrando que os números do INE têm uma perspectiva política, porque, prosseguiu, o fenómeno do desemprego no país piorou com a crise da Covid-19 e das restrições ao acesso aos cambiais.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Perspectivas do Programa de Apoio ao Crédito

Jornal de Angola

1 De Fevereiro de 2023

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou, ainda, o Relatório de Balanço do Programa de Apoio ao Crédito (PAC), e Perspectivas para 2023.

O documento apresenta o ponto de situação da operacionalização da linha de financiamento desse programa, em 2022, bem como a proposta de continuidade do mesmo para o presente exercício económico, destacando que, inicialmente, foram disponibilizados 41 mil milhões de kwanzas para financiar mil projectos, sendo 700 (70 por cento) de âmbito empresarial e 300 (30 por cento) inerentes a cooperativas, mas a forte procura pelo crédito bancário obrigou a aprovação de um valor adicional de 20 mil milhões de kwanzas, passando a contemplar 1.487 projectos, mantendo-se a proporção anterior (70 por cento para as empresas e 30 por cento para as cooperativas).

De acordo com uma nota de imprensa do Secretariado do Conselho de Ministros, em termos sectoriais, a Agricultura comanda a lista dos projectos aprovados com 723, seguida do Comércio e Distribuição, com 463, e da Indústria Transformadora, com 158 projectos.

Sobre a fraca participação do Sector Têxtil e Vestuário, o secretário de Estado para a Economia, Ivan dos Santos, justificou com o facto “de no princípio da implementação do projecto, o Ministério da Economia e Planeamento não sentir pressão deste sector específico da economia”, mas, disse, “nos últimos meses, começamos a receber uma pressão muito alta de projectos e promotores que pretendem ver este sector a ser desenvolvido na economia do país”.

Ivan dos Santos, que falou à imprensa no final da reunião do Conselho de Ministros, anunciou que o sector da Economia aprovou, em termos de carteira de crédito, 1.813 projectos. Isso, segundo Ivan dos Santos, obrigou o Ministério da Economia a aumentar o crédito de 41 para 61 mil milhões de kwanzas, para atender os promotores e a cedência de crédito à Economia.

“O BDA vai continuar a atender o diferencial de 611 projectos que têm de desembolsar dentro da carteira aprovada”, salientou. Ivan dos Santos assinalou que o

PAC tem condições específicas acessíveis que garante que os promotores possam aplicar os seus projectos de forma mais sustentável.

Para o exercício deste ano, o secretário de Estado para a Economia avançou que o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) vai iniciar o processo de acompanhamento dos projectos que foram desembolsados em 2022. A intenção, segundo Ivan dos Santos, é avaliar o impacto na economia real dos projectos desembolsados e o número de emprego que foi criado.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros foi informada sobre a Proposta de Alteração do Aviso sobre Invisíveis Correntes Particulares, instrumento que estabelece as regras e procedimentos que devem ser observados na realização de operações cambiais por pessoas singulares, residentes e não residentes cambiais, reforçando o conceito de capacidade financeira do cliente como limite para as suas operações cambiais consoante a finalidade da operação, independentemente do instrumento de pagamento utilizado.

A proposta do Banco Nacional de Angola (BNA) visa conferir maior flexibilidade na realização de operações cambiais por pessoas singulares e uma maior responsabilidade por parte das instituições financeiras intermediárias das operações, tendo em atenção a prevenção ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

Já a proposta de aviso sobre o Regime Cambial Aplicável ao Sector Mineiro, alarga e actualiza as normas para regular as operações cambiais das entidades com actividade no sector, visando uma maior competitividade na atracção de investimento nacional e estrangeiro directo no sector mineiro, assim como o crescimento e desenvolvimento do mesmo.

2.2 Juros dos depósitos a prazo na banca nacional não incentivam poupança

Jornal Expansão

3 De Fevereiro de 2023

Texto: Telma Van-Dúnem

Onde aplicar o dinheiro é uma das questões que surge na hora de poupar ou investir. O depósito a prazo é uma resposta que os bancos comerciais oferecem aos clientes e em Angola, as taxas de juros dos dez maiores bancos comerciais em activos variam de 5,00% a 12,84%, no curto prazo (90 dias), entre os

7,00% e os 14,26% no médio prazo (até 180 dias) e os 7,70% e os 21,00% a mais de um ano.

O Standard Bank Angola é o que tem a taxa de juro mais atractiva para depósitos de curto prazo, 12,84%, já o Banco de Fomento Angola (BFA) e o Banco Sol têm as taxas mais baixas de 5% para o período de 90 dias, de acordo com os preçários publicados pelos bancos nos seus sites. Para os depósitos a prazo com duração de um ano, o juro mais atractivo é do banco Sol com uma taxa de 21,00%, a seguir é o Banco Angolano de Investimentos (BAI) com 20,00% e o que remunera menos é o do Banco de Negócios Internacional (BNI), com 7,70%. Mas é expectável que estas taxas de juro deverão baixar nos próximos tempos à medida que os bancos responderem à descida da taxa básica de juro do BNA, que caiu de 19,50% para 18,00% e pelo fato de a inflação estar em desaceleração, tendo fechado 2022 com a mais baixa desde 2015, nos 13,86%.

Para o economista José Lumbo, a redução destas taxas de juros não incentiva a poupança dos agentes económicos, especialmente num país onde uma parte substancial da população olha com desconfiança para o sector bancário. Conforme o especialista, face à conjuntura actual, os depósitos a prazo, não representam uma via certa para poupar, sendo que, o caminho assertivo é investir em activos reais, ou seja, o mais inteligente de se fazer é aplicar em investimentos de renda e oferecer rendimentos reais levando em consideração a inflação do período, ressaltou José Lumbo mencionou que, o facto de as taxas de reembolso de depósitos a prazo estarem em muitos casos abaixo da inflação, faz com que os depósitos a prazo deixam de ser bons mecanismos de poupança, pois a remuneração real é negativa.

"Importa referir que o agente económico racional não estará disposto a aplicar os seus recursos em produtos financeiros a prazo (depósito a prazo praticado pelos bancos comerciais, por exemplo) cuja taxa de reembolso seja inferior à taxa de inflação na data de vencimento da aplicação, o que representará uma má medida", destacou.

O economista sublinhou ainda que a falta de incentivos por parte dos bancos comerciais fará com a população recorra a outros mecanismos de poupança mais tradicionais no país como são o caso de comprar dólares na rua e guardar em casa. Ainda assim realça que "comprar dólar e guardar em casa não é nenhuma poupança, mas, sim, entesouramento, pois não há nenhuma remuneração dos dólares guardados em casa e há o risco da variação cambial associado a esta prática", disse.

De acordo com o critério do Expansão, foram considerados o tipo de depósitos com montante mínimo para subscrição abaixo ou igual a 100 mil Kz e aplicável trimestralmente no período de um ano. Para a análise comparativa, foram considerados o tipo de depósito a prazo "Rendimento Crescente" do BAI, "Depósito a Prazo Simplificado" do Standard Bank Angola, bem como o "Depósito a Prazo Atlântico" do Millennium Atlântico e "Sol Crescente 21% 12 Meses" do Banco Sol. Do BFA usou-se a modalidade "Depósito Crescente 18%", e o "Depósitos a Prazo BIC MAIS" do BIC, "Depósito a Prazo Em Moeda Nacional" do BNI, Rendimento Imediato do Banco Económico, DP CAIXADIRECTA do Banco Caixa Geral de Angola e Depósito a Prazo do BPC. Porém, para o investimento dos clientes e com objectivo de captação de recursos, as instituições financeiras bancárias têm muitas outras modalidades, conforme consta nos seus preçários.

2.3 Falta de crédito bancário trava actividade de marceneiros na cidade do Sumbe

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2023

Texto: Casimiro José

Donos de marcenarias, na cidade do Sumbe, província do Cuanza-Sul, estão com dificuldades de exercer a arte por falta de dinheiro para adquirir matéria-prima, defendendo, por isso, o acesso ao crédito bancário para facilitar a actividade no mercado.

O facto foi constatado durante uma ronda efectuada pela reportagem do Jornal de Angola a várias marcenarias, onde entre as oportunidades que necessitam, os marceneiros apontam a flexibilização da banca e a contemplação aos programas e projectos do Executivo, virados ao fomento das micro e pequenas empresas.

Crédito bancário

Os artífices da madeira, cola e pregos consideram que com a abertura da banca para cedência de créditos, as marcenarias podem realizar as suas tarefas, dando resposta às necessidades das populações, mas também contribuirão para os cofres do Estado, através dos impostos. Os artesãos foram unânimes em afirmar que, a par de outros sectores produtivos, como a agricultura e pescas, as marcenarias também geram bens e serviços, além de garantir empregos para os jovens.

Volume de negócio

Marques Jomba José, responsável da Agência Funerária "António José Jomba", explicou que com as dificuldades por que passam em aceder aos créditos bancários, torna-se difícil aumentar o volume do negócio, complicando a geração de renda para a funcionalidade da empresa, sobretudo para pagar subsídios aos empregados. "Estamos numa situação complicada, em que a produção baixa, resultando também em rendimentos baixos, e a situação começa a complicar-se ao ponto de um dia encerrarmos a empresa", destacou.

Marques José disse que já bateu às portas de várias agências bancárias do Sumbe, sem encontrar facilidades ao crédito e advoga maior flexibilidade da banca, como porta do incentivo aos ofícios que dão resposta às necessidades das populações, mas também para a diminuição do desemprego no seio dos jovens.

"Recentemente fui a uma agência bancária para aderir a um crédito e a resposta foi de que os créditos estavam reservados para os sectores da agricultura e pescas, e imagine como saí desencorajado para continuar a trabalhar na arte", disse.

Acesso à matéria-prima

Outro artífice é Manuel Camilo, que é responsável das Organizações Irmãos Camilo, que apontou como principal dificuldade o acesso ao crédito bancário, para a aquisição de matéria-prima, como madeira, cola, pregos e outros equipamentos.

"Já batemos portas de várias agências bancárias que operam na região, sem solução, o que nos obriga a reduzir o pessoal, além do declínio que registamos, em termos de qualidade do produto acabado", disse.

António Fernando, aprendiz de marcenaria, há três anos, reconheceu que a profissão de marceneiro trouxe para uma nova oportunidade de emprego, onde aprende a profissão e ganha algum rendimento para a satisfação das suas necessidades.

"Estou nesta marcenaria há três anos, e com o pouco que ganho consigo contribuir nas despesas de casa, e estou grato pelo facto do meu pai me ter incentivado a abraçar a profissão", disse, apelando a outros jovens no sentido de abraçarem qualquer profissão que contribua para a inserção na vida produtiva.

Outro clamor dos mestres da prensa, madeira, cola e prego é dos custos de transportação da madeira, desde os locais de aquisição para suas oficinas, e defendem que os programas do Executivo devem contemplar a transportação, não só dos produtos do

campo para os mercados, mas também de matéria-prima para as pequenas indústrias.

"Os locais de aquisição da madeira estão no interior da província, o que nos obriga a gastar muito dinheiro só na transportação, e isso reflecte no preço do produto final vendido aos clientes", disse António Fernando.

Materiais gastáveis

Já os materiais gastáveis, como colas e pregos, o nosso interlocutor disse ser outra dificuldade, pelo facto de o mercado local não oferecer os meios a preços compatíveis.

"Vivemos também outra dificuldade para a obtenção dos materiais gastáveis, como colas, pregos, tintas, vernizes e outros, e para isso temos de ir à procura nos mercados da capital ou Benguela", frisou.

2.4 Crédito bancário caiu 3,5% em 2022 para 4,6 biliões Kz

Jornal Expansão

17 De Fevereiro de 2023

Texto: Joaquim José Reis

O crédito bancário à economia angolana encolheu 3,5% passando de quase 4,8 biliões Kz para pouco mais de 4,6 biliões Kz, de acordo com dados do Banco Nacional de Angola (BNA) sobre o stock de crédito na banca. Contas feitas, são menos 167,1 mil milhões Kz que em 2021. E os principais "culpados" por esta descida são os sectores do comércio a grosso e a retalho (-203,7 mil milhões Kz) e da construção (-213,5 mil milhões Kz).

Depois de cinco recessões económicas consecutivas, entre 2016 e 2021, a construção continua a sentir dificuldades para regressar ao que já foi no passado, já que o crédito a este sector caiu 36% para 384,7 mil milhões Kz. Aliás, até 2021 este sector bastante penalizado pela crise era o terceiro sector com mais crédito, ocupando agora a quinta posição, sendo ultrapassado pela indústria transformadora e pelo sector agro-pecuário, precisamente os sectores que mais têm beneficiado de financiamentos no âmbito do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

O stock de crédito da indústria transformadora no final de 2022 era de 539,6 mil milhões Kz, um crescimento de 16% face a 2021, enquanto o do sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca subiu 27% para 397,1 mil milhões Kz. Apesar

das alterações face a 2021, no topo do crédito bancário continuam a estar o comércio e o consumo. Por cada 1.000 Kz que os bancos têm emprestados à economia, 220 Kz estão no sector do comércio e 200 Kz estão nos empréstimos a particulares, que pressupõe ser crédito ao consumo. O crédito a particulares cresceu 10% face a 2021.

Assim, comércio, onde se encontra a maioria das empresas nacionais e consumo valem 42% do total do crédito bancário nacional, equivalente a pouco mais de 1,9 biliões Kz. Destaque ainda para o crescimento no crédito à indústria extractiva (1%), às actividades de informação e comunicação (8%) e às actividades administrativas e dos serviços de apoio (222%). Em sentido contrário, a descer, destaque para as actividades financeiras e de seguros (-10%), transporte e armazenagem (-8%) e alojamento e restauração (-15%).

3. MERCADO INFORMAL

3.1 A génese do sector informal e a sua reconversão

Jornal Expansão

3 De Fevereiro de 2023

Texto: Teurio Sebastião

A economia informal pode ser entendida como o conjunto diversificado de actividades económicas, empresas, empregos e trabalhadores que não são regulados ou protegidos pelo Estado, ou seja, são actividades que têm valor de mercado e que agregariam à arrecadação de impostos e ao PIB se fossem registadas.

Deste modo, ela pode ser vista como uma solução criada em resposta a uma perturbação económica/social, onde a necessidade de sobrevivência num meio urbano hostil se impõe e através da livre iniciativa aí se vai descobrindo um conjunto de pequenos empresários privados com as suas respectivas actividades.

Para alguns autores, a génese do informal situa-se na incapacidade do formal responder, pela positiva, aos problemas que as crises económicas, as guerras, os movimentos espontâneos ou provocados da população, a explosão demográfica, a excessiva burocracia e os seus custos, etc., colocam. Portanto, se a política económica for a correcta, se o Estado se organizar e der provas de boa governação (e transparência) e a economia se abrir ao exterior, o informal assumirá proporções limitadas e correspondentes às franjas não monetizadas da economia nacional.

Para os empresários do lado de lá da economia mais inteligentes e dinâmicos chegará o momento em que compreenderão que o seu espaço de afirmação e desenvolvimento não é mais o informal.

De acordo com o INE, o sector informal continua a ser o maior empregador da economia angolana, o que de certa forma pode indicar que a política económica de conversão do informal ao formal tem sido ineficaz, deste modo é imperioso que se repense o desempenho política económica de modo que ela seja mais eficaz.

Naturalmente que programas de reconversão levam o seu tempo e cada país tem a suas próprias características sociais, económicas e políticas,

contudo existem extensas pesquisas e experimentos de políticas em economias em desenvolvimento e avançadas, que apontam para um conjunto comum de princípios orientadores para o desenho de políticas, de acordo com o FMI, elas são as seguintes:

Melhorar o acesso e a qualidade da educação é provavelmente a maneira mais poderosa de diminuir a informalidade:

As reformas educativas destinadas tanto a promover a igualdade de acesso como a assegurar a permanência dos alunos na escola até ao final do ciclo secundário (e amplas oportunidades de formação técnica e profissional) são particularmente importantes;

A concepção do sistema tributário deve evitar o aumento inadvertido de incentivos para indivíduos e empresas permanecerem no sector informal: É geralmente reconhecido que sistemas mais simples de valor agregado e impostos corporativos (com poucas ou nenhuma isenção e brechas) com taxas mais baixas, bem como baixos impostos sobre a folha de pagamento, ajudam a reduzir a informalidade. Sistemas de protecção social de apoio, incluindo imposto de renda progressivo e protecção para os mais pobres, ajudam a abordar os aspectos distributivo;

Uma série de políticas estruturais pode ajudar a aumentar os incentivos e reduzir o custo da formalização. As regulamentações do mercado de trabalho podem ser simplificadas para garantir maior flexibilidade e facilitar a entrada de trabalhadores informais no emprego formal.

A política de concorrência pode estimular a entrada em pequenas empresas em alguns setores ao eliminar o monopólio. A eliminação de regulamentos excessivos e exigências burocráticas também ajuda. As plataformas digitais, incluindo transferências móveis de governo para pessoas, podem contribuir para o crescimento inclusivo, trazendo contas financeiras para não-bancarizados, capacitando mulheres financeiramente e ajudando pequenas e médias empresas a crescer no formal.

É interessante notar que esses foram experimentos em economias não somente em desenvolvimento, como também nas avançadas, o que é uma clara indicação de que este fenómeno não é apenas para economias em desenvolvimento. Ainda de acordo com o FMI, embora exista nas economias avançadas, são as em desenvolvimento que se encontram numa condição mais desafiante, o que desencadeia um esforço maior na reversão deste quadro, na medida em que o sector, ao ser convertido, tem um

grande potencial fiscal com grande valor agregado à economia.

3.2 Venda ilegal preocupa Medicina Natural

Jornal de Angola

5 De Fevereiro de 2023

Texto: Carla Bumba

A venda ilegal de medicamentos tradicionais está o Conselho Nacional de Medicina Natural e Complementar em Angola (Comenta), que deixa um alerta para se intensificar o combate contra tal prática, por representar um perigo para saúde pública.

O vice-presidente da Comenta, José Nguepe, lamentou, este sábado, o facto de muitos medicamentos vendidos serem expostos ao sol. Em alguns casos, criticou, tais produtos são feitos para o uso imediato, um "acto que pode provocar uma má reacção ao usuário, mesmo sendo um produto natural".

Num encontro mantido com os especialistas do sector, José Nguepe adiantou que é altura de ser feita uma reflexão em torno do assunto. "Queremos propor algumas políticas para ajudar o Executivo a combater tais ilegalidades".

Para o especialista, a ideia não pode ser só condenar os vendedores, mas também apresentar soluções para o problema, "de uma forma abrangente e inclusiva, onde também possam se rever".

Outro passo fundamental, disse, é começar a sensibilizar os comerciantes de tais produtos sobre como preparar estes, sem retirar a essência dos mesmos e garantindo, assim, o bem-estar do consumidor final.

"A venda de produtos, como os de Medicina Tradicional, exige o máximo de higiene possível, da parte de quem os vende. Por isso, é recomendável que se criem espaços adequados, com mais higiene, para estes poderem fazer o negócio", adiantou.

Muitos cidadãos, acrescentou, praticam a medicina tradicional à margem da lei. "É importante que as autoridades fiscalizadoras comecem a travar tais práticas, que atentam à saúde pública. Alguns afirmam ser profissionais da Medicina Natural, mas trabalham à margem da lei", apontou, além de explicar que a Comenta vai fazer um trabalho de cadastramento do ramo, de forma a auferir a capacidade técnica de cada um.

O objectivo, esclareceu, é, também, explicar as vendedoras o que é a Botânica, a classe e a importância das plantas e a associação de uma planta com a outra. A associação, adiantou, pretende desencorajar as pessoas que tratam de doenças com espiritismo, de forma a evitarem problemas mais sérios.

Origens

A utilização de produtos naturais com propriedades terapêuticas é tão antiga quanto à espécie humana e, por um longo tempo, produtos de origem mineral, vegetal e animal foram as principais fontes de medicamentos utilizadas por diversos povos.

A recente valorização da Medicina Tradicional se deve, em parte, ao reconhecimento da sabedoria indígena, à incorporação de algumas plantas e seus extratos na farmacêutica, à necessidade do cuidado à saúde ser acessível a todos e à percepção de que produtos naturais seriam mais seguros e eficazes do que os medicamentos feitos farmacologicamente.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a Medicina Tradicional pode ser definida como a soma total das práticas baseadas em teorias, crenças e experiências de diferentes culturas e tempos, muitas vezes inexplicáveis, utilizadas na manutenção da saúde, assim como na prevenção, diagnóstico, tratamento e melhora de enfermidades.

O papel crucial que a Medicina Tradicional exerce no cuidado à saúde de grande parte da população que vive em países em desenvolvimento é reconhecido mundialmente. De facto, por séculos, a Medicina Tradicional era o único sistema de cuidado à saúde disponível para a prevenção e tratamento de doenças em diferentes culturas.

3.3 Governo do Namibe está a registar as embarcações de pesca artesanal

Jornal de Angola

10 De Fevereiro de 2023

Texto: João Upale

Programa de cadastramento estima que pelo menos 900 unidades activas desempenham a actividade piscatória nos mares da província, e vão integrar o quadro de planificação após a conclusão do processo de registo.

O Governo do Namibe lançou, na cidade de Mocâmedes, o Censo Provincial de Embarcações de Pesca Artesanal e de Subsistência.

Este programa tem como objectivo a melhoria da planificação das actividades da pesca artesanal nas comunidades, a criação de um banco de dados com informação fiável das necessidades dos armadores da pesca artesanal para melhor definição da cadeia de valor e também facilitar a implementação do programa de amostragem biológica.

É ainda finalidade do programa, lançado, recentemente, pelo governador provincial a recolha de dados estatísticos nas comunidades piscatórias, bem como a identificação de locais para a construção de infra-estruturas de apoio à pesca artesanal.

Entre outras vantagens que o censo das embarcações da pesca artesanal e de subsistência traz, consta a garantia da melhoria de vários serviços às comunidades, da política de protecção social dos pescadores, bem como a inserção dos pescadores no plano económico e social da província. Também a promoção da capacitação sócio-profissional e facilitação da formalização da actividade e, conseqüentemente, o acesso aos programas de financiamento disponíveis.

O cadastramento teve início no dia 6 e vai até 24 deste mês, estando em alinhamento a contagem de todas as embarcações de pesca artesanal até 14 metros de comprimento, que usam artes de pesca à linha, malha e cerco, movidas a vela, remo e motor de popa ou de centro, previsto no artigo 78 ° do Regulamento Geral de Pesca, que direcciona a actualização das embarcações de pesca artesanal e de subsistência envolvida na pesca local.

O mesmo recenseamento que conta inscrever 900 embarcações vai ser feito mediante um inquérito conduzido pelos técnicos devidamente identificados de vários organismos que compõem a comissão multisectorial, em todas as comunidades piscatórias ao longo da costa da província. Será realizado pelo Governo Provincial local com a participação dos organismos do Estado que intervêm na actividade marítima, na cadeia da pesca e parceiros sociais. Durante o processo, todos os armadores ou proprietários de embarcações de pesca artesanal com comprimento até 14 metros e praticantes da pesca com arte de arrasto para praia (banda-banda).

Já o director do Gabinete Provincial das Pescas e do Mar, Piedade Guenha, referiu-se à Lei 6 A/04, de 08 de Outubro (dos Recursos Biológicos Aquáticos), que estabelece os princípios e regras gerais de protecção dos recursos biológicos e dos ecossistemas

aquáticos, assegurando que sejam utilizados, explorados de modo sustentável e responsável. Um desiderato que recai ao Estado, tendo deste modo a obrigação de se proceder à recolha de informação necessária ao ordenamento das pescas, actividades conexas e aquicultura, através de organização permanente dos registos de titulares de direito de pesca e de embarcações de pesca, visando o desenvolvimento equilibrado do sector.

Zonas inclusivas

As comunidades abrangidas pelo inquérito para a Zona Norte (Lucira), constam a Catara, Kaluita, Karrumano, Rufino, Bom Fim, Vissonga, Lucira, Canhoca, e César. Incluiu igualmente a Zona do Doca, Capato, Calongo, Farol de Santa Marta, Carujamba, Inamangando, Bentiaba, bem como a Salina, Farol da Ponta Grossa, Praia do Tomé e Luau.

Para a Zona Centro (Mocâmedes), reservam-se as comunidades do Caniço, Tchicwasso, Lonhana, Cangulo, Ponta Negra, Piambo, Furado, Soba, Mariquita e Banquinho. Marrocos, Bebé, Chapéu Armado, Baba, Lumba, Mucuío, Baía das Pipas, Vapor Charongo e Garoupa, juntando a Foz do Rio Giraúl, Farol das Conchas, Saco-mar e Praia dos Amores. Foz do Rio Bero, Porto Pesqueiro, Projeque, Praia Amélia e Três Irmãos.

Já a Zona Sul (Tômbwa), não ser cadastradas as comunidades piscatórias de Flamingo, Calumbi, Rocha Magalhães, Cabo Negro, Pinda e Saco da Baleia. Cafunfu, Ponta Albina, Candjala e Baía dos Tigres.

3.4 Medida GPL aperta o «cerco» a vendedores, especialistas contra carga policial sugerem estudo

Novo Jornal

17 De Fevereiro de 2023

Texto: Euclides Sela

Após a reportagem do Novo Jornal publicada na edição 768, intitulada 'Mercados às mocas e ruas de Luanda entupidas de vendedores', o Governo da província de Luanda (GPL) decidiu-se, no dia 31 de Janeiro, em sessão ordinária, a "reordenar o comércio" na cidade capital, com destaque para a venda desordenada, bem como a melhoria dos acessos aos locais de venda.

Na reportagem supra, o porta-voz do GPL, Wilson dos santos, afirma ao NJ que existem mais de 85 mil bancadas distribuídas por 127 mercados espalhados por Luanda. Por este facto, os administradores, na

aludida sessão presidida pelo governador, Manuel Homem, 'votaram' a favor da proibição da venda desordenada em toda a extensão da Avenida Fidel Castro, Cónego Manuel das Neves, Ngola Kiluanji, Rua Rei Mandume, Rua das Gajajeiras (Sambizanga), Rua 17 do Cassequel do Buraco e em toda a envolvente do Largo da Teixeira (distrito da Maianga).

A medida coerciva defendida na sessão, pelo que apurou o NJ, começou a ser executada a 04 deste mês pelas Administrações de Belas, Talatona e Sambizanga. Na zona do Benfica, território do município de Talatona, os fiscais e agentes da Polícia Nacional correram com os vendedores, encerraram os armazéns e lojas, bem como recolheram as mercadorias guardadas nas famosas 'casas de processos'. Tal situação também se observa na zona do 'arreiou-arreiou', no São Paulo.

Apelo a acção pedagógica Sobre o uso da força, especialistas dizem não ser a medida mais acertada para pôr fim à venda desordenada. A este semanário, o sociólogo Carlos Conceição aconselha acções "pedagógicas contínuas e trabalho com as igrejas, famílias e escolas", para se reduzir "este mecanismo encontrado pelas famílias como forma de combater o desemprego", que considera "galopante".

Entre outras coisas, o especialista sugere às autoridades um "estudo aprofundado do fenómeno", bem como a "criação de políticas exequíveis" sobre empregabilidade e menos burocracia no acesso ao crédito bancário para o fomento do empreendedorismo. "A localização geográfica de certos mercados é um factor desfavorável aos clientes, por isso os vendedores entendem que devem ir ao encontro deles", considera Carlos Conceição.

E o sociólogo Euclides Lopes entende que a venda desordenada é consequência da "incapacidade do Governo de implementar as políticas sociais que visam melhorar a vida da população" e reprova o uso da força contra os vendedores. "O recurso à força pode gerar a chamada agressão instrumental que se caracteriza numa acção indesejada. Aliás, estamos recordados de vidas humanas que se perderam como resultado do confronto entre os vendedores de rua e as forças da ordem", alerta Euclides Lopes.

O especialista aponta a legalização e a reorganização do comércio informal de rua com atribuição de cartão de vendedor e indicação dos locais para se praticar, por exemplo, em forma de feira sem a força. Quem também partilha da ideia de estudo prévio e aprofundado de Carlos Conceição é o economista Eduardo Manuel, que sugere, igualmente, o "cadastramento exaustivo" dos vendedores e a criação de mais espaços, como as feiras organizadas,

para a realização do comércio informal, tendo em conta a especificidade de cada produto.

"Se se tiver o controlo destes vendedores, o Estado também sairá a ganhar, porque eles se tornarão contribuintes fiscais", sublinha Eduardo Manuel.

No mesmo diapasão contrário ao uso da força, o economista Sérgio Calundungo destaca que o País tem de olhar para a presente realidade com "olhos de ver" e atribui, também, a culpa da venda desordenada ao que chama de "incompetência das autoridades", por isso entende que, por agora, a prática de venda "desordenada" "não pode nem deve ser criminalizada".

"Antes de aplicar qualquer medida, temos de fazer um diagnóstico e perceber a causa do problema. Um exemplo concreto é a venda ambulante nos arredores do mercado do São Paulo, antes de qualquer medida deve-se estudar, como se chegou àquela situação", apela o economista.

O médico Jeremias Agostinho, que não deixa de manifestar preocupação face à falta de higiene que se verifica nalguns locais de venda, sugere ao Executivo a criação de bancadas especiais em locais estratégicos das avenidas com sistema de saneamento básico apropriado, visando contornar o "insucesso" que se constata "nas transferências de vendedores para os mercados organizados".

3.5 Administração vai combater vendas desordenadas nas ruas

Jornal de Angola

14 De fevereiro de 2023

Texto: Kayila Silvina

A Administração Municipal de Mbanza Kongo, na província do Zaire, garante começar a tomar, antes do final do corrente mês, medidas punitivas contra os que insistem em vender bens nas ruas e em qualquer canto da cidade, o que afecta a normal circulação de transeuntes e coloca em perigo vidas humanas.

O administrador municipal adjunto para a Área Social e das Comunidades, Garcia Ramos, disse à reportagem que a população, comerciantes e proprietários de armazéns estão a ser sensibilizados, desde a semana finda, sobre os perigos da venda desordenada, sobretudo em passeios.

"A Administração dá um prazo de 15 dias aos vendedores de rua para ocuparem os lugares disponíveis nos mercados existentes.

Após o fim da campanha de sensibilização serão tomadas medidas coercivas aos que insistirem na venda desordenada nas ruas”, alertou.

Deu a conhecer que, actualmente, em Mbanza Kongo, aumenta a tendência de construção de estabelecimentos comerciais, sem obedecer às normas para o efeito, cujos proprietários permitem que comerciantes ambulantes revendam à frente dos mesmos, o que provoca desordem nos passeios e dificultado a circulação de peões.

Segundo Garcia Ramos, os mototaxistas devem tratar todos os documentos para o exercício da actividade e das motorizadas, para não serem sancionados. "Esta campanha visa, também, sensibilizar os mototaxistas que transportam dois a três passageiros na mesma motorizada, sobre a importância do uso do capacete de protecção e a necessidade da obtenção da licença de condução, bem como estacionar em lugares próprios, para evitar acidentes de viação e a perda de vidas humanas”, avançou.

Garcia Ramos aconselhou os mototaxistas a criarem associações, com vista a beneficiarem, ainda, este mês, de formação acelerada sobre o Código de Estrada, terem licença de condução, número das motorizadas e coletes de identificação.

"Administração Municipal de Mbanza Kongo vai, com o apoio da classe empresarial local e o Departamento Provincial de Trânsito e Segurança Rodoviária, patrocinar formação básica de mototaxistas, para estarem habilitados ao exercício da actividade de táxi”, revelou Garcia Moniz.

A cidade de Mbanza Kongo possui um mercado municipal, localizado no Bairro Bela Vista, com 512 bancadas, parque de estacionamento de viaturas, totalmente às moscas.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Deputados aprovam em definitivo OGE-2023

Jornal de Angola

1 De Fevereiro de 2023

Texto: Garrido Fragoso

Os líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia Nacional concluíram, terça-feira, em Luanda, estarem criadas as condições para a convocação, no próximo dia 13, da 4ª Reunião Plenária Extraordinária do órgão de soberania, com vista à votação final global do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2023.

"Estão criadas as condições para que a presidente da Assembleia Nacional convoque para o dia 13 de Fevereiro deste ano a 4ª Reunião Plenária Extraordinária da Assembleia Nacional destinada à votação final global do OGE-2023", informou o primeiro secretário de Mesa do Parlamento, Manuel Dembo, no final da reunião dos chefes dos Grupos Parlamentares, que decorreu durante poucos minutos, na sede da Casa das Leis.

Manuel Dembo, também porta-voz da actividade, informou que a 4ª Reunião Plenária Extraordinária da Assembleia Nacional terá como ponto único a votação final global da Proposta de Lei que aprova o OGE para o Exercício Económico de 2023.

Depois da aprovação, na generalidade, as comissões de trabalho especializadas realizarão reuniões com os parceiros sociais do Executivo para os devidos ajustamentos à Proposta do OGE, declarou Manuel Dembo, salientando que nesta altura estão a ser elaborados os relatórios pareceres das comissões que servirão de base para o relatório-parecer conjunto na especialidade.

Parlamento assinala Dia Mundial do Ambiente

Ainda ontem, a líder do Parlamento, Carolina Cerqueira, procedeu à plantação de um imbondeiro, no Jardim da Assembleia Nacional, para assinalar o Dia Mundial do Ambiente. "Escolhemos plantar o imbondeiro para assinalar o Dia Mundial do Ambiente porque este tipo de árvore em África representa a perenidade, tradição, fecundidade e força", afirmou Carolina Cerqueira, salientando que será à luz do imbondeiro, ontem plantado, que os

parlamentares vão desenvolver as actividades no decurso da presente legislatura com espírito de unidade e colectividade.

A questão ambiental é "bastante crucial" na agenda da Assembleia Nacional, sobretudo, por estar associada aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), referiu Carolina Cerqueira, acrescentando que na presente legislatura a Casa das Leis dará maior atenção às questões do ambiente, por intermédio da 5ª Comissão de Economia e Finanças.

"O ambiente associa-se aos desafios para o desenvolvimento das comunidades e combate às alterações climáticas", apontou a líder parlamentar, ao defender maior atenção às populações vulneráveis, principalmente as que ficaram mais fragilizadas com a pandemia da Covid-19.

Carolina Cerqueira defendeu, também, políticas e iniciativas para mitigar as dificuldades sociais das famílias e que possam ajudá-las a enfrentar, com resiliência, os desafios do mundo em crescimento.

4.2 Dívida pública sai de 134 para menos de 60 por cento em dois anos

Jornal de Angola

9 De Fevereiro de 2023

Texto: César Esteves

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, anunciou, quarta-feira, em Luanda, que o rácio da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) saiu de cerca de 134 por cento, em 2020, para menos de 60 por cento, em Dezembro do ano passado.

Manuel Nunes Júnior, que interveio no Fórum de Negócios Angola – Espanha, que contou com a presença dos Chefes de Estado, João Lourenço, e do Rei Felipe VI, disse que o rácio da dívida pública, face ao PIB, vai continuar a baixar, tendo em conta o crescimento económico que o país tem registado, com menos necessidade de endividamento, pelo facto de estar a viver com superávites fiscais. "As nossas contas internas e externas estão equilibradas", destacou.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica salientou que o país conseguiu sair de "uma longa" recessão económica que, como referiu, durou cinco anos, levando muita gente para o desemprego e provocado o encerramento de várias empresas. "Foi um período muito difícil que nós atravessamos", lembrou.

Manuel Nunes Júnior fez saber, igualmente, que a inflação, no país, também tem estado a diminuir, tendo saído de cerca de 41 por cento, em 2016, para menos de 15 por cento, em finais de 2022. A tendência, em relação a este indicador, prosseguiu, é que o mesmo continue a baixar nos próximos tempos.

"O que nós precisamos, agora, é de manter o crescimento económico, aumentar a produção nacional, intensificar e acelerar a diversificação da economia nacional, diminuir as importações e diversificar as nossas exportações", realçou. Manuel Nunes Júnior, admitindo, no entanto, tratar-se de um desafio difícil, complexo, que leva tempo, mas que já começou.

"Por isso, os investimentos espanhóis são bem-vindos. Há muitas áreas e oportunidades que Angola oferece no domínio empresarial", assegurou o ministro de Estado para a Coordenação Económica aos empresários espanhóis, destacando que Angola conta com os empresários espanhóis no processo de construção de um país próspero e desenvolvido.

4.3 OGE 2023 vai hoje à votação final global

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2023

O plenário da Assembleia Nacional vai proceder hoje à votação final global da Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Exercício Económico de 2023, depois da deliberação da Conferência dos presidentes dos Grupos Parlamentares.

Esta IV Reunião Plenária Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da V Legislatura da Assembleia Nacional, para a votação final global da Proposta de Lei que aprova o OGE-2023, tinha sido anunciada, a 31 de Janeiro último, pelo primeiro secretário da Mesa, Manuel Dembo.

Depois da aprovação do diploma, na generalidade, as Comissões de Trabalho Especializadas reuniram-se com os parceiros sociais e membros do Executivo para procederem às devidas alterações do instrumento legal. Nesta fase, os representantes do povo estiveram a elaborar os relatórios pareceres conjuntos, que foram submetidos para apreciação do plenário.

A Proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2023, que será submetida à votação final global hoje, está avaliada em vinte

biliões, cento e quatro mil milhões, duzentos e sete milhões, quatrocentos e quatro mil e oitocentos e setenta e dois kwanzas, o que reflecte um aumento de 7,25% em relação ao OGE de 2022, avaliado em dezoito biliões, setecentos e quarenta e cinco mil milhões, duzentos e oitenta e oito milhões, duzentos mil e trinta kwanzas.

Os deputados à Assembleia Nacional aprovaram na última terça-feira, 7 de Fevereiro, o Relatório Parecer Conjunto da Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Exercício Económico de 2023, com 37 votos a favor, 11 contra e nenhuma abstenção.

Com o mesmo número de votos, os parlamentares aprovaram, de igual modo, o Projecto de Resolução do principal instrumento de gestão do país para este ano, no qual constam mais de 150 recomendações dirigidas ao Executivo.

Durante a sessão de 7 de Fevereiro, os deputados apresentaram aos membros do Executivo uma série de recomendações, com vista a uma melhor distribuição do erário, tal como reconheceu o Ministério das Finanças, através da sua Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD).

Recomendações dos deputados ao Executivo

As recomendações passam pela efectivação da implementação do orçamento participativo, no sentido de permitir a inserção de projectos e programas que melhor se adequem às reais necessidades dos municípios.

Os representantes do povo advertiram, por outro lado, uma maior atenção para os riscos fiscais face ao aumento acentuado dos preços dos alimentos, como consequência da escalada dos preços da energia.

No Plano de Endividamento, estimado em 33% no OGE-2023, os deputados chamaram a atenção para o risco de sobre-endividamento, em função da subida das taxas de juro no mercado financeiro internacional e com perspectivas de novas subidas, e consideraram "que é imperativo continuar a trajectória descendente da Dívida Pública para níveis próximos de 60% do PIB".

Foi, igualmente, solicitada a realização de um inventário dos projectos inscritos no actual OGE, cuja conclusão física e financeira ocorreu no exercício económico 2022, devendo para o efeito redimensionar as dotações orçamentais para outros projectos ou programas prioritários.

Quanto ao sector Social, uma das principais recomendações aponta para a inscrição de verbas para a implementação de programas específicos de apoio e protecção legal de pessoas portadoras com deficiências (motora, visual, autistas, surdos, mudos, deficientes de guerra e seus familiares), com realce às pessoas com albinismo, relacionadas à assistência médica e medicamentosa, assim como dos grupos étnicos em vias de extinção.

A orçamentação dos programas direccionados a elevar os níveis de igualdade, paridade e equidade de género, com vista a se erradicar a feminização da pobreza, foi outra das recomendações.

No sector da Saúde, foi orientado o reforço de verbas para o combate à malária, tripanossomiase, tuberculose, VIH, lepra e às doenças crónicas não transmissíveis, Programa de Saúde Comunitária, Programa de Vacinação e para as Doenças Tropicais negligenciadas.

Para a Educação, a principal recomendação deixada pelos deputados é que se proceda ao reforço da dotação orçamental do ensino primário, deduzindo 5% do Orçamento destinado à edição de manuais escolares para a rubrica ensino primário, por ser este o subsistema de ensino que mais contribui para a formação da competência e disciplina profissional.

4.4 Comissões recomendam atenção ao risco de sobre-endividamento

Jornal de Angola

14 De Fevereiro 2023

Texto: Paulo Caculo

As comissões da Assembleia Nacional (AN) para os Assuntos Constitucionais e Jurídicos, Economia e Finanças e da Administração do Estado e Poder Local recomendaram ao Executivo atenção especial ao risco de sobre-endividamento, em função da subida das taxas de juro no mercado financeiro internacional.

Ao fazer a leitura do projecto de resolução, que aprova as recomendações dos parlamentares ao Orçamento Geral do Estado (OGE), o deputado Joaquim Frederico de Almeida (da Primeira Comissão) justificou a advertência ao Executivo com o facto de o Plano de Endividamento, no exercício económico de 2023, estar estimado em 33 por cento, com perspectivas de novas subidas.

"É imperativo continuar a trajectória descendente da dívida pública para níveis próximos de 605 do PIB", referiu o deputado, durante a apresentação do

Relatório Parecer Conjunto das comissões, que congrega as sugestões e as recomendações dos deputados à Assembleia Nacional e dos partidos políticos com assento parlamentar. As comissões defendem, igualmente, que se faça um inventário dos projectos inscritos no actual OGE, cuja conclusão física e financeira ocorreu no exercício económico de 2022, devendo, para o efeito, redimensionar as dotações orçamentais, para outros projectos ou programas prioritários.

No que ao sector da Economia, Planeamento e Finanças diz respeito, as comissões da Assembleia Nacional, em referência, recomendam que seja incluída na Proposta do OGE dos próximos exercícios económicos um relatório com a informação detalhada de cada projecto, evidenciando o valor total, fonte de financiamento, nível de execução física e financeira, bem como o valor residual e de incidência.

O objectivo, disse, é que se apresente um inventário dos projectos inscritos, para redimensionamento das perspectivas das dotações orçamentais, tendo descrito, ainda na mesma senda, que os deputados aconselham para os próximos orçamentos, no âmbito do projecto de desconcentração financeira, que sejam clarificadas e apresentadas a origem das receitas fiscais locais.

Isenção e redução do IVA

De igual modo, referiu ser sugestão dos deputados que sejam adoptadas medidas céleres para que a Administração Geral Tributária (AGT) cumpra com o prazo estipulado de reembolso do IVA e estude a possibilidade de isenção ou redução da Taxa do IVA, de 7 para 5 por cento, para todo o sector produtivo.

Defendem, igualmente, os parlamentares, no Relatório Parecer Conjunto, a revisão do limite de facturação de 10 milhões de kwanzas para 25 milhões, no quadro do diploma que regula a aplicação do regime simplificado de facturação das micro, pequenas e médias empresas, apresentando como justificação o actual contexto da economia, tendo em vista o propósito de se conformar com a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, e replicar o processo ao Imposto Industrial e Imposto sobre o Rendimento de Trabalho do Grupo C.

A revisão do quadro legal sobre o Regime Jurídico de Auto-Facturação, tendo em atenção o Decreto Presidencial n.º 194/20, que regula esta matéria, é recomendado pelos deputados, em virtude do mesmo ter finalizado a sua vigência a 31 de Dezembro do ano passado. Sugerem, igualmente, maior rigor na contratação e certificação da dívida pública, bem

como os pagamentos e, adicionalmente, o processo de regularização de pagamento das dívidas com prioridade para os atrasados das pequenas e médias empresas.

4.5 OGE garante diversificação da economia e forte impulso ao investimento privado

Jornal de Angola

14 De Fevereiro de 2023

Texto: Paulo Caculo

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2023, que garante a diversificação da economia, foi aprovado, ontem, na globalidade, pelos deputados, durante a IV Reunião Plenária Extraordinária da Primeira Sessão Legislativa da V Legislatura da Assembleia Nacional.

Aprovado com 124 votos a favor, do MPLA, PRS, FNLA e PHA, 86 contra, da UNITA, o documento de previsão do volume de receitas e despesas anuais do Estado prevê uma verba avaliada em 20,1 biliões de kwanzas, num aumento de 7,25 por cento, comparado com o OGE de 2022, que foi de 18,7 biliões.

Para o exercício económico deste ano, o Executivo prevê um crescimento da taxa real do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,3 por cento, bem como a manutenção de uma postura fiscal conducente à redução contínua do rácio da dívida pública para 60 por cento do PIB.

As prioridades definidas pelo Executivo para o presente exercício económico prevêem, entre outras, a aposta na diversificação da economia, com impulso para o investimento privado, visando estimular liquidez nas empresas, bem como o impulso ao Investimento Público Estruturante, com vista a acelerar o crescimento do PIB e a recuperação dos empregos.

Consta, ainda, entre as prioridades do actual OGE, desonerar custos na cadeia de abastecimento de bens e serviços, através de medidas fiscais e aduaneiras, a defesa do consumo das famílias e a protecção das camadas mais vulneráveis.

Para tal, o Executivo espera dar continuidade à implementação de medidas de mitigação do aumento de preços dos produtos de amplo consumo em resposta às implicações sobre a economia nacional da evolução da situação internacional, bem como através da continuidade do Projecto Kwenda, visando

beneficiar mais de um milhão de famílias já cadastradas.

Declaração de voto

A deputada Albertina Navita Ngolo justificou, em nome do Grupo Parlamentar da UNITA, o voto contra a aprovação do OGE de 2023, considerando que "alguns pressupostos macroeconómicos assumidos", a nível da política fiscal, monetária, cambial e da Pauta Aduaneira subjacente, "não serão amigas dos empresários, nem das famílias".

Sustentou que, com o actual OGE, as famílias angolanas "continuarão a enfrentar um elevado nível do custo de vida", tendo ressaltado que, tal como nos exercícios económicos anteriores, "a previsão, execução e gestão das receitas petrolíferas continuarão opacas", em consequência do diferencial entre "a quantidade de barris produzidos diariamente nos exercícios anteriores e o previsto para o presente ano".

"Votamos contra a presente proposta por ela afectar recursos de forma excessiva à estrutura central, em detrimento da local", disse Navita Ngolo, para em seguida acrescentar que a UNITA insiste, por isso, ser este o momento para a "institucionalização das autarquias, descentralização financeira, política e administrativa da estrutura central para a local".

O Grupo Parlamentar Misto, constituído pelos dois deputados do PRS e um da FNLA, votou a favor do Orçamento por acreditar estarem reunidas as condições para a realização dos anseios dos angolanos.

Benedito Daniel disse, em representação da dupla de partidos, que durante a discussão séria e rigorosa do documento, na especialidade, tiveram a oportunidade de fazer observações, assegurando que "algumas foram acolhidas e outras nem tanto".

Acrescentou, por outro lado, que o facto de a proposta do OGE ser de iniciativa do Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, as contribuições dos deputados, "por mais interessantes que sejam, não podem mudar de forma substancial a linha da concepção ou o espírito da elaboração", em virtude de se resumir "apenas a melhorá-la".

A aprovação do OGE é justificada pela deputada Bela Malaquias, presidente do Partido Humanista de Angola (PHA), com a necessidade imperiosa de reactivar a esperança dos cidadãos.

"Votamos a favor para correspondermos com a urgência do nosso tempo e começarmos a trabalhar,

uns na execução do OGE e outros no controlo da execução, porque é o que nos compete”, argumentou.

O OGE é um instrumento de construção e de reforço da democracia, dispositivo de humanização, acrescentou, sustentando ser mediante este documento "que se faz a integração do cidadão no processo produtivo” e, também, "se possibilita a mobilidade social e inclusão de todos os excluídos”.

MPLA fala em OGE de resposta à perda da maioria qualificada

O Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2023, aprovado ontem, pelo Parlamento, apresenta soluções para dar respostas ao significado político da perda da maioria qualificada nas últimas Eleições Gerais, afirmou, ontem, Virgílio de Fontes Pereira, presidente do Grupo Parlamentar do MPLA.

De acordo com o deputado do partido que sustenta o Executivo, uma das provas inequívocas de que o OGE vai permitir a realização dos anseios do povo angolano prende-se com o facto de haver aumento das verbas destinadas à Saúde, Educação e o reforço das quantias para o combate à pobreza.

"Este Orçamento vai aumentar a verba do Programa Kwenda, não apenas elevando o valor do benefício, mas também alargando o número de beneficiários”, disse Virgílio de Fontes Pereira, esclarecendo que as soluções apresentadas pelo OGE enquadram-se na responsabilidade que resulta das Eleições Gerais de Agosto último, em que ficou confirmado o voto de confiança dos angolanos ao MPLA e ao Presidente João Lourenço.

Reconheceu, por outro lado, que os angolanos enfrentam, ainda, inúmeros desafios quanto ao "emprego, vias secundárias e terciárias”, bem como no combate "à má-nutrição e à seca”, em determinadas localidades.

Admitiu, por isso, que o partido está "consciente das inquietações do povo”, pelo que assume a sua responsabilidade política, no Parlamento e no Executivo, de resolver os problemas das populações.

A continuidade do apoio aos empresários, com o aumento do volume do crédito ao sector produtivo, representa um dos desideratos defendidos pelo Executivo no presente Orçamento, com o objectivo de o país ser capaz de "continuar a captar investimento estrangeiro e melhorar cada vez mais o ambiente de negócios, declarou Virgílio de Fontes Pereira.

4.6 Elaboração do futuro OGE deve contar com os parceiros sociais

Jornal de Angola

15 De Fevereiro de 2023

Texto: Paulo Caculo

A elaboração dos próximos Orçamentos Gerais do Estado (OGE) deve assegurar a auscultação prévia dos parceiros sociais, em todas as fases de produção do diploma, defende o colectivo de deputados, integrantes das comissões da Assembleia Nacional para os Assuntos Constitucionais e Jurídicos, Economia e Finanças e da Administração do Estado e Poder Local.

A tese defendida pelos parlamentares, no relatório parecer-conjunto tornado público segunda-feira, durante a IV reunião plenária extraordinária da primeira sessão da V legislatura, visa a efectiva participação dos vários sectores da sociedade na construção do diploma de previsão do volume de receitas e despesas anuais do Estado.

No que ao sector da Acção Social, Família e Promoção da Mulher diz respeito, os deputados sublinham, no relatório, que o Programa Kwenda, apesar de não cobrir todo o território nacional, tem tido um desempenho positivo, a julgar pelo nível de satisfação da população beneficiada.

Ainda assim, os parlamentares sugerem que o Programa Kwenda seja mais inclusivo, devendo privilegiar, de acordo com a Lei, as pessoas com deficiência e com grau de vulnerabilidade acentuada. Pedem que sejam desenvolvidos programas que envolvam, além da transferência monetária, o desenvolvimento de micro-projectos com componentes de formação e capacitação.

Por outro lado, recomendam a revisão dos programas específicos de apoio e protecção legal de pessoas portadoras de deficiências (motora, visual, autistas, surdos, mudos, deficientes de guerra e seus familiares), com realce para os albinos, de forma a que beneficiem de maior assistência médica e medicamentosa. Acrescentam, ainda, a estes, os grupos étnicos em vias de extinção.

Os deputados são apologistas de que nos próximos orçamentos do sector social seja feita uma cabimentação de verbas para a contratação de intérpretes de linguagem gestual, nos serviços de interesse público.

De igual modo, defendem os parlamentares, que, futuramente, sejam asseguradas verbas para a construção de centros de acolhimento de crianças e adolescentes em conflito com a Lei, bem como o incremento da actual dotação financeira alocada ao programa de intensificação da alfabetização e da educação de jovens e adultos.

Obras públicas, urbanismo e habitação

Nas recomendações constantes do relatório parecer das comissões da Assembleia Nacional, relativas ao sector das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, os deputados sugerem que, a partir do actual orçamento reservado para o Ministério, sejam remanejadas verbas para o projecto de construção da Estrada e da "Parada do Triângulo do Tumpo".

A obra, sublinham os parlamentares, deverá decorrer "em substituição do Projecto de Construção da Estrada em terra batida", na estrada EN-295, Troço Bwawala-Luina-Sede, Estrada EN-180, Luina sede-Mbambangando-Mu-cusso, Estrada Licua-Luiana sede e Mucusso-Licua-Mu-cusso. Ainda a partir da fatia reservada pelo OGE-2023 ao Ministério das Obras Públicas, que seja feita a inclusão de "Estudos de Projectos de reabilitação de 400 quilómetros de estrada para a interligação das sedes municipais de Kiwaba Nzoji-Cahombo, Marimba, Kunda dya Base, Quela e Luquembo-Quirima, na província de Malanje".

Com base, igualmente, no Orçamento do sector, é defendido que sejam re-manejadas verbas para a melhoria do saneamento básico, infra-estruturas de drenagem das águas pluviais, nas diversas centralidades do país e resolvidos os constrangimentos financeiros que condicionam a conclusão das obras de reabilitação da estrada do Laboratório de Engenharia de Angola, em Luanda.

Energia e águas

O Orçamento do sector da Energia e Águas, de acordo com o relatório parecer-conjunto das comissões do Parlamento, deve assegurar a expansão do fornecimento de energia eléctrica às localidades que se encontrem ao longo das linhas de transporte de alta e média tensão.

De igual modo, recomendam que sejam aprimorados os mecanismos de cobrança de receitas por parte das

empresas públicas, para financiar a expansão dos serviços.

4.7 Orçamento para 2023 entra em execução a 1 de Março

Jornal Expansão

17 De Fevereiro de 2023

Texto: Joaquim José Reis

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023 entrará em execução a 1 de Março, segundo apurou o Expansão junto do Governo, depois de ter sido aprovado esta semana com 124 votos a favor dos deputados do MPLA, do PRS, da FNLA e do PHA e com 86 votos contra do maior partido na oposição, a UNITA.

O documento estima receitas (e também despesas) de 20,1 biliões Kz, sendo que 13,4 biliões Kz provêm de receita fiscal e 6,6 biliões Kz de financiamentos internos e externos. Do lado da despesa, se compararmos apenas entre o OGE 2022 e o de 2023, até parece que a evolução vai de encontro às recomendações dos manuais de finanças públicas.

Isto porque o OGE ainda em vigor previa 1,97 biliões Kz para investimentos, a considerada "despesa boa", o que contrasta com os 3,1 biliões Kz previstos para 2023. Seria um salto de 57%, só que de acordo com a reprogramação Executiva feita pelo Governo em Novembro, afinal os investimentos em 2022 rondaram os quase 3,2 biliões Kz, devido a uma derrapagem orçamental de 61% no ano em que decorreram eleições gerais.

Já 48% do OGE, equivalente a 9,6 biliões Kz, vai para despesas correntes, com a maior fatia a ser canalizada para bens e serviços (28% desse valor) e despesas com pessoal (27%). O OGE 2023 apresenta um saldo global superavitário de 0,9% equivalente a 559,8 mil milhões Kz e aponta a um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,3%, acima da taxa de crescimento da população, e uma desaceleração da inflação para 11,1%.

Este crescimento assenta nas perspectivas de crescimento do PIB petrolífero na ordem dos 2,98% (incluindo gás) e do PIB não petrolífero em cerca de 3,4%. O documento foi elaborado com um preço médio do barril de petróleo a 75 USD para uma produção petrolífera média de 1,18 milhões de barris de petróleo/dia, um crescimento de 2,8% na produção face aos actuais 1,15 milhões.

4.8 Municípios de Benguela e do Lobito destacados na arrecadação de receitas

Jornal de Angola

20 De Fevereiro de 2023

O delegado das Finanças de Benguela, Carlos Jorge Hapapa, disse que, a nível da província, os municípios de Benguela e do Lobito são os que mais arrecadam receitas, o que tem estado a contribuir para a resolução de vários problemas locais.

Em entrevista ao *Jornal de Economia & Finanças*, o gestor informou que, contrariamente aos outros municípios, onde a "actividade económica é relativamente muito baixa e de alguma forma não permite arrecadar muito", Benguela e Lobito destacam-se.

O sector tem trabalhado com as administrações municipais no sentido de se encontrarem as melhores formas para a dinamização da economia a nível local, aproveitando o orçamento que é alocado aos municípios, quer no combate à pobreza, quer no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, (PIIM), assim como "no orçamento ordinário".

Esta medida, apontou, serve para que os benefícios desses orçamentos se reflectam a nível local, criando empregos, assim como "atraindo investimentos aos municípios, para que a economia local possa despontar e, de alguma forma, a própria administração beneficie da arrecadação de receitas e dê resposta aos mais variados desafios que o município tem".

O processo da desconcentração e descentralização financeira dos órgãos da administração local do Estado, um novo regime de finanças locais, é também uma das medidas tomadas para se aumentar os níveis de arrecadação, sendo que o projecto conta com dois instrumentos, nomeadamente, o Portal do Município e o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado.

Carlos Jorge Hapapa salientou que o Portal do Município é uma plataforma electrónica que permite às administrações poderem arrecadar receitas próprias, de modos a resolver vários problemas, para além dos recursos que são atribuídos via Orçamento Geral do Estado.

Avançou que as administrações municipais "já podem arrecadar as suas próprias receitas, que são retornadas em 100 por cento, e o retorno ocorre em menos de 24 horas".

Com este mecanismo, "não há burocracia, contrariamente à execução dos recursos vindos do Tesouro, em que às vezes há aquela demora da homologação das ordens de saque". Neste sentido, as Administrações Municipais têm estado a melhorar o seu desempenho na arrecadação.

Actualmente, as receitas provenientes do Imposto Predial e o IVM (Imposto sobre Veículos Motorizados) são das administrações municipais.

Para além do Porto do Lobito, da Administração Geral Tributária (que arrecada por via das repartições fiscais), os órgãos da Administração Local do Estado têm estado a participar no processo de arrecadação de receitas, "por essa razão, pensamos que o exercício de 2022, quando fizermos o balanço, vai apresentar resultados maiores do que os que foram verificados nos exercícios anteriores".

Sobre a consciencialização para o pagamento dos impostos por parte dos contribuintes, Carlos Jorge Hapapa disse que a cultura fiscal "é relativamente muito baixa", mas a AGT tem estado a trabalhar para inverter a situação.

Actividade económica

Dada a posição estratégica, Benguela ocupa um lugar importante no país, sendo por este facto um importante eixo para o desenvolvimento sócio-económico de Angola. Para Carlos Jorge Hapapa, a arrecadação de receitas depende da dinâmica económica. "Porque a receita incide sobre a renda e sobre a actividade económica. Quanto maior for a actividade económica, maior é a capacidade de arrecadação", disse, depois de frisar que Benguela tem o Porto do Lobito, que é a principal "fonte que dá alguma vida económica à província. E neste sentido, tem contribuído para uma boa arrecadação, que é feita de forma progressiva".

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Censo piloto da População tem início a 15 de Maio

Jornal de Angola
7 De Fevereiro de 2023
Texto: Pedro Bica

O Censo Piloto da População e Habitação arranca no dia 15 de Maio deste ano económico, anunciou, segunda-feira, em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE).

José Calengi, que avançou o facto na cerimónia de abertura da Semana Angolana de Estatística, que decorre sob o lema "Todos Contamos para Angola", realçou estar em curso o processo de preparação do Censo.

O director-geral salientou que o INE está a fazer um exercício enorme para testar os equipamentos já existentes, questionários do censo, logística, numa altura em que considera grande a expectativa sobre o desafio.

Fez referência à operação do Cadastro Geral da População e Habitação de 2014, a que considerou um grande teste para todos os intervenientes no processo.

José Calengi avançou que o INE, tendo em conta as boas práticas estatísticas, produz sempre previsões e, em relação à previsão até 2050, no ano 2019 estimava-se uma população de 30 milhões de pessoas, mas, em 2023, prevê-se cerca de 34 milhões.

Com base nos dados em posse da instituição, Luanda continua a ser a região com maior número de habitantes por quilómetro quadrado, seguido da província do Huambo e Cuanza-Sul.

Sobre os custos operacionais e logísticos, o director-geral da instituição referiu ser ainda cedo avançar dados adicionais, tendo em conta estar em curso um processo de levantamento das reais necessidades.

5.2 Líder religiosa elogia proposta da Nova Divisão Administrativa

Jornal de Angola
11 De Fevereiro de 2023

A profetiza e líder da Igreja Teosófica, Suzete Francisco elogiou, sexta-feira, em Ndalatando, capital do Cuanza Norte, do Executivo em promover uma nova Divisão Política Administrativa do país, considerando ser um factor que vai promover a aproximação dos serviços essenciais à população.

Em declarações à Angop, no final de uma audiência com o governador provincial, Pedro Makita, no quadro de uma missão evangélica à província, Suzete Francisco afirmou que o projecto do Executivo de criação de novos municípios visa, essencialmente, promover o desenvolvimento e melhorar as condições de vida dos cidadãos.

Segundo a profetiza, dada a extensão da maioria dos municípios do país, os administradores têm encontrado dificuldades para atrair investimentos até às zonas mais recônditas, face à dimensão dos territórios sob jurisdição.

A iniciativa do Governo em promover uma nova divisão política e administrativa do país, com o surgimento de novos municípios, vai facilitar a gestão pública, aproximar os administradores e a população, bem como permitir o aumento da oferta dos serviços essenciais básicos, advogou.

A proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa do país, concebida pelo Executivo visa promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional, através da alteração do modelo de municipalidade do Estado, aprovado pelo Conselho de Ministros.

Contempla a divisão das províncias do Cuando Cubango e Moxico em duas, perfazendo, assim, vinte (20) e o aumento de 164 para 581 municípios

5.3 UNITA considera importante a realização das autarquias

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2023

Texto: Alfredo Ferreira

O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, considerou, sábado, na vila piscatória do Ambriz, no Bengo, que muitos problemas que ainda persistem nas comunidades só terão solução com a realização das autarquias locais.

Ao falar à imprensa, após a visita ao Hospital Municipal do Ambriz, o líder da UNITA disse ter constatado os mesmos problemas das unidades sanitárias do país: "Constatamos os mesmos problemas de saúde, as mesmas dificuldades de trabalho e até as mesmas doenças, com a malária a assolar a maioria dos pacientes, seguida das doenças respiratórias", sublinhou.

O presidente da UNITA terminou, domingo, nos Dembos, uma visita de trabalho de três dias à província do Bengo, com o objectivo de se inteirar da situação social e económica das populações, tendo prometido levar as preocupações à Assembleia Nacional e ao Conselho da República para que tenham o devido tratamento e sejam corrigidos.

Adalberto Costa Júnior considerou razoável o serviço prestado no Hospital Municipal do Ambriz e, quanto à visita realizada às instalações da Petromar, afirmou que aquela unidade fabril não tem muitos problemas. "Mas o mais importante é que os pacientes todos estão a receber o devido tratamento, no sentido de melhorarem e voltarem ao seio familiar com saúde", salientou.

Fez saber que o Grupo Parlamentar da UNITA realizou esta visita ao Hospital do Ambriz para averiguar as condições em que o mesmo se encontra, no sentido de se defender a segurança do cidadão naquilo que são os interesses e as suas necessidades sociais.

Em termos de saneamento básico no município do Ambriz, disse que os problemas são comuns e reiterou a necessidade das autarquias locais. Na localidade, Adalberto Costa Júnior manteve ainda encontros com os membros da sociedade civil, com as autoridades tradicionais e religiosas.

5.4 Nova Divisão Político-Administrativa vai aproximar serviços à população

Jornal de Angola

15 De Fevereiro de 2023

Políticos na província do Bié consideraram, terça-feira, na cidade do Cuito, importante a implementação da nova Divisão Político-Administrativa (DPA) do país, por contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Falando à Angop sobre a proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa, políticos do MPLA, UNITA, PRS e Bloco Democrático consideraram pertinente a sua efectivação, mas alertam para a sua implementação de forma faseada, por se tratar de um processo novo, complexo e com bastantes desafios na governação. O segundo secretário do MPLA no Bié, Anastácio Severino Sambowe, referiu que a nova DPA visa, em curto prazo, combater as assimetrias locais e melhorar a qualidade de vida das populações.

Adiantou que a proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa, que já passou por audição a nível dos municípios e províncias, vai trazer algumas vantagens, quanto ao equilíbrio em termos de desenvolvimento sócio-económico das localidades, combatendo, deste modo, as assimetrias regionais.

"As vantagens são várias. Existem localidades, por não estarem orçamentadas, têm dificuldades em implementar alguns programas. Com a DPA, o administrador poderá primar por investimentos de acordo a prioridade da população na referida circunscrição", exemplificou.

Segundo Anastácio Severino Sambowe, as comunas que já têm um nível de crescimento populacional e estruturas condignas, caso forem elevadas à categoria de município, poderão alcançar o desenvolvimento num curto espaço de tempo e melhorar, cada vez mais, a qualidade de vida das populações.

Disse ainda que a nova DPA, além de ampliar e aproximar os serviços sociais à população, com a construção de mais unidades hospitalares, escolas, novas estradas, pontes e outros, vai criar oportunidades de emprego para a juventude, que luta para a melhoria das condições de vida das suas famílias.

Para tal, aconselhou a população, em especial a juventude, a ter fé e esperança em dias melhores, tendo elucidado que o MPLA, desde sempre, trabalhou para o bem-estar do seu povo.

Já o segundo secretário da UNITA na província do Bié, Aurélio Mesquita Marques, é de opinião por uma efectivação de forma faseada, seguindo os critérios como número de habitantes, níveis de produtividade (sócio-económica) e extensão do território. Segundo Aurélio Marques, apesar do seu partido (UNITA) não apoiar a proposta da Divisão Político-Administrativa, ainda assim, caso se efective, permitirá o aumento de novos funcionários das administrações municipais e comunais.

Entretanto, defendeu a implementação das autarquias, que, no seu entender, vai permitir uma governação de proximidade, onde o OGE será gasto na base das necessidades reais das comunidades, e rapidamente impulsionar o crescimento das cidades e vilas no país.

Para o secretário provincial do Bloco Democrático no Bié, Jaime António Jamba, é pertinente a proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa do país, já que contribuirá no combate de vícios da administração pública, como peculato, "amiguismo", corrupção e outros males.

Para Jaime Jamba, a nova Divisão Político-Administrativa do país vai igualmente contribuir na melhoria dos serviços de Justiça, mormente o registo de nascimento, Bilhete de Identidade e outros documentos aos cidadãos.

Já o secretário provincial do partido de Renovação Social (PRS) no Bié, António Armando, que igualmente corrobora na implementação gradual, apelou ao Executivo a criar com brevidade possível as condições para a implementação no país da descentralização do poder local (autarquias). A proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa do país tem por objectivo promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional.

A mesma deverá seguir para o Parlamento após a aprovação da sua versão final, pelo Conselho de Ministros.

O projecto propõe a alteração do modelo de municipalidade do Estado, aprovado pelo Conselho de Ministros, com a divisão das províncias do Cuando Cubango e do Moxico em duas, perfazendo, assim, vinte (20) províncias e o aumento de 164 para 581 municípios. Com uma população estimada em aproximadamente dois milhões de habitantes, a província do Bié possui nove municípios,

nomeadamente Cunhinga, Andulo, Nharêa (leste), Catabola, Camacupa, Cuemba, a leste, Chitembo (sul), Chinguar (oeste) e Cuito, capital da província, e 30 comunas.

5.5 Administradores municipais confiantes na eficácia da nova divisão administrativa

Jornal de Angola

16 De Fevereiro de 2023

Os administradores municipais da província do Huambo mostraram-se confiantes na eficácia da Proposta de Lei da Divisão Político-Administrativa (DPA) na dinamização do desenvolvimento sócio-económico do país.

Em declarações à Angop, alguns gestores municipais consideram ser uma medida assertiva para responder aos desafios do processo de promoção do progresso sócio-económico do país.

A Proposta de Lei, em consulta pública, prevê, no essencial, o aumento do número de províncias de 18 para 20. Propõe a divisão do Moxico e do Cuando Cubango em duas províncias cada e o aumento de 164 para 581 municípios em Angola, elevando as comunas e distritos urbanos a esta categoria.

Para a província do Huambo, prevê-se elevar de 11 para 37 o número de municípios, com a elevação a esta categoria das demais 26 comunas orgânicas.

No entender do administrador do Cachiungo, Paulo Moma Kundomboca, o actual modelo das comunas retarda o desenvolvimento sócio-económico, devido à total dependência às administrações municipais.

Ainda em termos de insuficiências, apontou o facto de não prever orçamentos próprios para as administrações comunais e competências específicas para os seus administradores, situação que, na sua visão, tem condicionado a realização de acções de desenvolvimento local.

Nesta conformidade, referiu que a pretensão da elevação das comunas à categoria de municípios permitirá que se criem as bases para alavancar o desenvolvimento destas localidades, em termos de orçamentos e infra-estruturas para o funcionamento das instituições do Estado.

Segundo o administrador do Huambo, Azevedo Cambiambia, além de atribuir maior autonomia administrativa às comunas, a proposta do Executivo vai facilitar a resolução, de forma célere e pontual,

dos problemas da população, por permitir a aproximação das instituições públicas junto dos cidadãos das zonas rurais.

Por sua vez, a administradora do Longonjo, Wilne Ekuikui, entende que a medida vem consolidar o princípio da descentralização administrativa no país e garantir maior participação dos cidadãos na definição das políticas públicas.

Na província do Huambo, situada no Planalto Central de Angola, vivem mais de dois milhões e 700 mil cidadãos, distribuídos em 11 municípios e 37 comunas, numa extensão territorial de 35 mil e 771 quilómetros quadrados.

A proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa do país tem por finalidade promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional. A mesma deverá seguir para o Parlamento, após a aprovação da sua versão final, pelo Conselho de Ministros.

5.6 Populações em zonas recônditas vão ter acesso aos benefícios sociais

Jornal de Angola

18 De Fevereiro de 2023

Texto: Estanislau Costa

Membros da sociedade civil da província da Huíla afirmam que a nova Proposta de Lei da Divisão Político-Administrativa (DPA) vai permitir que as populações em zonas recônditas tenham acesso aos benefícios sociais, com realce ao crescimento demográfico e de infra-estruturas públicas e privadas.

O membro do Conselho Provincial da Huíla da Ordem dos Advogados de Angola, Francisco Nduli que deplorou as opiniões que contrariam o projecto, disse que a proposta deve merecer a atenção especial de todos os angolanos pela razão do surgimento de novos entes político-administrativos no ordenamento jurídico angolano.

"Estão previstas novas províncias e municípios, um quesito que já devia ser consumado ontem, tendo em conta a dimensão territorial do país e as distâncias inter-comunais, municipais e provinciais, que, de certa forma, têm criado embaraços na materialização de acções de impacto sócio-económico", disse.

Francisco Nduli descreveu que a proposta de Lei vai melhorar a distribuição do rendimento nacional, assim como aproximar, cada vez mais, as políticas públicas "aos verdadeiros grupos alvo, notadamente,

as populações, muitas delas a habitar nas zonas mais recônditas do país".

Ao se referir aos impactos da Proposta de Lei da Divisão Político-Administrativa, o jovem jurista destacou o alargamento da base tributária, através dos novos postos de trabalhos a serem criados nos novos espaços territoriais, com realce aos Impostos sobre Rendimento do Trabalho, Industrial, Consumo, Veículos Motorizados, IVA e outros.

Destacou, também, a aproximação dos serviços básicos à população, alocação de verbas orçamentadas, criação de dezenas de postos de trabalho público e privado. "Os jovens devem continuar a se preparar por serem os principais novos actores políticos, económicos e administrativos", disse.

Já o sociólogo Castanheira António começou por reconhecer o enorme espaço territorial angolano com condições aceitáveis para acomodar todos, entre nacionais e de outras nações.

"Neste espaço consagrado vamos implementar, pela primeira vez, as autarquias locais para escolher os representantes que vão conduzir as acções que promovam o desenvolvimento", referiu.

Valorizou a proposta de Lei da Divisão Político-Administrativa por ser uma das premissas para a realização das autarquias, assim como tornar o país "mais inclusivo e com a premissa de todos os cidadãos serem participativos nas tarefas para o progresso das aldeias, comunas, municípios e províncias".

O rei dos Gambos, Mukuilepi Tyautembele, descreveu que a enorme extensão do país, em parte, tem embaraçado o desenvolvimento das infra-estruturas públicas e privadas o que motiva o abandono, por parte dos jovens e não só, das zonas nativas para "os grandes centros urbanos".

Ao expressar-se na língua Nhyaneka, Mukuilepi Tyautembele disse que "já houve épocas em que muitos rapazes e meninas, incluindo crianças, só queriam ir para as cidades do Lubango e Luanda por considerarem como sendo os locais onde há boas condições para se viver".

Segundo a autoridade tradicional, dezenas de mumuilas, incluindo crianças, foram para Luanda e outras localidades à procura de melhores condições de vida, pensando que iriam conseguir facilmente tudo o que imaginaram, quando na verdade as coisas não são bem assim como pensavam.

Mukuilepi Tyautembele disse ter informações desagradáveis da maioria das pessoas que preferiram as cidades do Lubango e de Luanda que, "neste momento enfrentam muitas dificuldades por não dominarem a pressão que há nos grandes centros urbanos".

"Acredito que a materialização da nova divisão administrativa vai permitir a construção de estradas asfaltadas nos municípios dos Gambos, Chicomba, Chipindo e nas comunas da Quihita, Jau, Dindi, Pocolo, Sendi e outras localidades onde a actividade agrícola e mineira está a dar bons resultados", afirmou.

5.7 Professor Bornito de Sousa defende uniformização da toponímia nacional

Jornal de Angola

18 De Fevereiro de 2023

Texto: Mazarino da Cunha

O ex-Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, defendeu, sexta-feira, em Luanda, a uniformização da nomenclatura (escrita e pronunciada) dos topónimos nacionais, de acordo com o alfabeto das línguas bantu.

Bornito de Sousa, que dissertou sobre os Topónimos e Símbolos Nacionais, no Centro de Formação de Jornalista (CEFOJOR), referiu que os nomes de algumas províncias, como do Cuando Cubango, devem ser escritos de acordo com o alfabeto das línguas bantu e não na visão da língua portuguesa.

Durante a aula magna sobre o referido tema, o ex-Vice-Presidente da República referiu que Angola deve, a partir de agora, trabalhar para poder padronizar a escrita e a pronúncia, quer dos topónimos (nomes de lugares) como dos antropónimos (nomes de pessoas), em que a letra C deve ser substituída pela K, obedecendo ao alfabeto de algumas línguas maternas.

Além da uniformização da nomenclatura dos topónimos nacionais, Bornito de Sousa também defendeu a padronização da leitura dos números que apresentam acima de seis zeros, por exemplo 1.000.000.000.

"Há quem lê 1.000.000.000 como um bilião, quando determinadas pessoas e até mesmo instituições lêem mil milhões", afirmou o também académico, para quem ambas formas foram influenciadas pelos países da América (Brasil) e da Europa (Portugal).

Em relação aos símbolos nacionais, o ex-Vice-Presidente da República sugeriu que o Hino Nacional não seja cantado em línguas nacionais para não desfigurar a sua essência como unificadora da gloriosa Luta de Libertação Nacional.

Para Bornito de Sousa, os símbolos nacionais, como a Bandeira, o Hino, as logomarcas do Executivo, entre outros formatos, têm regras próprias na sua utilização, que devem ser cumpridas com rigor, para não retirar o verdadeiro sentido pelas quais foram concebidos.

O ex-Vice-Presidente da República referiu, a propósito, que a Bandeira Nacional tem regras ao içar e ao dobrar, para evitar que a mesma toque ao chão que, a acontecer, seria um sinal de desvalorização para todos os filhos que lutaram pela liberdade e bem-estar dos angolanos.

Por sua vez, a presidente da Comissão da Carteira e Ética disse que a dissertação sobre Toponímia e Símbolos Nacionais, feita pelo ex-Vice-Presidente da República, despertou a todos os presentes, especialmente os jornalistas sedentos de serem actualizados, cada vez mais, nas questões ligadas à profissão.

"A aula dada pelo Professor Bornito de Sousa conseguiu desmistificar muitos vocábulos que no dia-a-dia usamos para informar, comunicar e até mesmo recrear, sem, no entanto, imaginar o ruído que cria aos destinatários", declarou Luísa Rogério, que considerou "positiva e proveitosa" a aula, que permitiu corrigir vários conceitos para ajudar na actividade jornalística.

5.8 Sociedade civil optimista com proposta de nova Divisão Político-Administrativa

Jornal de Angola

21 De Fevereiro de 2023

Texto: Carlos Bastos e Casimiro José

Académicos e membros da sociedade civil, na província do Cuanza-Sul, manifestam-se optimistas quanto à proposta da nova Divisão Político-Administrativa, gizada pelo Executivo, ao considerarem que o processo vai permitir a aproximação dos serviços básicos às populações.

À reportagem do Jornal de Angola, académicos e membros da sociedade civil consideraram que a proposta da nova Divisão Político-Administrativa vai, também, promover os municípios a serem criados,

em termos de infra-estruturas e desenvolvimento do capital humano.

O historiador Francisco Mendes Lopes entende que a nova Divisão Político-Administrativa permitirá que a acção do Poder Executivo tenha mais abrangência nas localidades mais distantes das sedes provinciais.

"A Divisão Político-Administrativa é uma adaptação que o Poder Executivo está a fazer, no sentido de equacionar alguns problemas das populações, de forma abrangente, e que em certas circunstâncias estavam distantes dos centros de decisão, transformando as comunas em municípios e levar os serviços mais próximos dos cidadãos", disse.

Fazendo uma contextualização, em relação ao passado, Francisco Mendes Lopes afirmou que o Executivo vai implementar nos próximos tempos um exercício antigo, que já foi ensaiado durante o período colonial, quando postos administrativos foram elevados a concelhos.

Quanto às vantagens, Francisco Mendes Lopes ressaltou o facto de a Divisão Político-Administrativa trazer a possibilidade da solução imediata de um dado assunto num espaço territorial tangível, mas se mostrou reticente sobre a compatibilidade da elevação das comunas a municípios em relação às infra-estruturas.

"A situação que me preocupa é o facto de muitas comunas que vão ser elevadas a municípios não terem estruturas administrativas capazes de responderem a níveis que se conformem com o que se pretende, podendo vir a depender de terceiros, nomeadamente, de Governos Provinciais e ou Governo Central", disse.

Por isso, defendeu que "as comunas que forem elevadas ao escalão de municípios, os seus governantes vão ter que acelerar o trabalho para se aproximarem aos níveis de desenvolvimento dos outros municípios, criando várias estruturas de tomada de decisão, enquadrar funcionários, criar infra-estruturas industriais, de armazenamento e comércio do âmbito privado, eixos importantes para o seu desenvolvimento".

Francisco Mendes Lopes enfatizou que o cepticismo deve ficar para trás, sublinhando que o desenvolvimento dos actuais municípios também passou por fases até que atingiram altos patamares. "O processo de desmembramento dos antigos concelhos passou por fases, de embrião até que se desenvolveram", disse.

Concluiu que a criação de outros municípios deve concorrer para mais assistência social às pessoas

carenciadas, sobretudo, idosos, que residem nas zonas mais recônditas dos novos espaços territoriais a serem criados, sem descuidar a garantia da segurança social, Educação, Saúde e outros serviços.

Já o cidadão Manuel Fernandes Sobral reconheceu as vantagens do processo e lembrou que o Executivo preconiza com essa iniciativa levar a governação próxima dos cidadãos.

"É louvável a iniciativa do processo da nova Divisão Político-Administrativa, mas, como tudo tem sempre vantagem e desvantagem, defendo que o mais consensual é que vai levar os serviços junto das comunidades", referiu, advogando que se pense com rapidez na construção de infra-estruturas que suportem as novas administrações.

Considerou como desafio do processo de criação de mais municípios a adaptação às condições financeiras. "Parece-me que as coisas serão mais difíceis no capítulo financeiro, onde o Estado vai ter muitos constrangimentos para conduzir os serviços primários em todas as sedes municipais", frisou.

Quanto a outras vantagens, Manuel Fernandes Sobral reconheceu ser o alívio dos cidadãos para o acesso aos serviços sociais básicos, como hospitais, centros de saúde, escolas, serviços de identificação e Administração Pública.

Referiu que do ponto de vista financeiro, a Divisão Político-Administrativa também vai ter uma despesa adicional, razão de haver muito cepticismo: "Alguns críticos estão cépticos em como o Governo vai criar infra-estruturas num prazo curto".

Mas Manuel Fernando Sobral entende que o sucesso para o desenvolvimento dos municípios a serem criados vai depender da dinâmica dos habitantes, através das contribuições directas para os cofres dos municípios, que garantirão a colecta de impostos, construção de empreendimentos económicos e sociais, entre outros.

"A criação de mais municípios vai permitir descentralizar e criar mais postos de trabalho e será uma oportunidade de vários empreendedores para alavancarem os seus negócios", concluiu, apelando à calma, esperança e paciência, para que se concretize o mais rápido a Divisão Político-Administrativa no país.

5.9 Governo provincial pode elevar Bairro Alto Luena a município

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2023

O Governo Provincial do Moxico poderá avançar com a proposta de elevar o bairro Alto Luena, situado a Sul da cidade do Luena, à categoria de município.

Com esta pretensão, enquadrada na Divisão Político-Administrativa, o Governo do Moxico quer que o bairro Alto Luena disponha de "recursos que permitam alcançar os níveis de desenvolvimento desejados pela população local"

A proposta foi anunciada, segunda-feira, durante a 1ª sessão extraordinária do Governo do Moxico, justificando ainda que a medida pode melhorar a aproximação dos serviços sociais básicos às populações, cujo crescimento demográfico tem sido notável.

No final, o porta-voz do encontro, Bonifácio Bravante, destacou a concentração de 468 mil 369 habitantes, no Luena, cidade capital, correspondente a 57 por cento da população da província do Moxico, facto que traduz novos desafios na sua gestão.

Os desafios traduzem-se, fundamentalmente, na expansão de infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento económico e social. "Os membros do Governo deliberaram a aprovação da proposta que divide o actual território da cidade do Luena em dois, com os municípios do Luena e do Alto Luena, tendo como linha divisória o rio com o mesmo nome até à comuna do Lucusse, 133 quilómetros a Sul", reforçou. A reunião analisou ainda a proposta de condecorar, a 4 de Abril, cinco figuras que contribuíram para o desenvolvimento da região.

A proposta da Divisão Político-Administrativa prevê a alteração do modelo de municipalidade do Estado, aprovado pelo Conselho de Ministros, com a divisão das províncias do Cuando Cubango e do Moxico em duas, perfazendo, assim, vinte províncias e o aumento de 164 para 581 municípios. A proposta prevê criar para a província do Moxico 19 municípios e para Cassai Zambeze, a provável nova província, de 11 jurisdições.

5.10 Politólogo defende coabitação da divisão administrativa com autarquias

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2023

O jurista e politólogo Israel Bonifácio defendeu, em Benguela, que, pela sua extensão territorial, Angola precisa de fazer a nova divisão administrativa, de forma a encontrar soluções rápidas e sustentáveis para as necessidades colectivas.

Em causa está a Proposta de Lei da nova Divisão Político-Administrativa, uma iniciativa do Governo, que prevê a ascensão, a partir de 2024, das 417 comunas e distritos existentes à categoria de município, elevando para 581 o número de municípios do país contra os actuais 164.

Ao abordar o tema "Visão académica sobre o Poder Local em Angola", no espaço "Quintas de Debate", Israel Bonifácio realçou, recentemente, em Benguela, que a divisão administrativa é um projecto que "surge em boa hora", mas entende que esta não pode condicionar a institucionalização gradual das autarquias locais dos 164 municípios já existentes.

Para o jurista, a divisão administrativa é uma das formas -de se poder fazer chegar rapidamente os serviços públicos aos cidadãos, até porque os municípios do país são territórios de grande extensão.

"Para sair de um município para outro são quilómetros e quilómetros", evocou, sustentando que a proposta de lei da nova Divisão Político-Administrativa significa que o Estado "pensa para o bem do cidadão".

No entanto, cogita que, numa determinada província, é possível coabitar municípios autárquicos com a Administração Local do Estado.

"Por exemplo, Benguela como uma autarquia e Catumbela ainda como Administração Local do Estado", elucida.

Sendo o objectivo das autarquias locais a aproximação dos serviços públicos aos cidadãos, Israel Bonifácio vê "mais benefícios do que prejuízos" na nova divisão administrativa, em função da transformação das comunas em novos municípios.

"Todos nós hoje reclamamos de assuntos resolvidos através do poder central, quando podiam ser resolvidos através do poder autárquico", explicitou, reforçando que a divisão administrativa surge, efectivamente, para poder resolver e aproximar os cidadãos do gestor municipal.

Autarquias sem populismo

Na componente das autarquias propriamente ditas, o jurista defende que estas sejam bem preparadas, pois, se, por um lado, os municípios escolhem as pessoas, por outro, têm de contribuir economicamente.

"Não vale a pena estarmos emotivamente carregados com as ideias partidárias, sem olharmos para as questões muito mais técnicas que vão conduzir, efectivamente, às autarquias nos municípios", apontou.

Para o jurista, é um sinal encorajador que a Constituição prevê a realização deste ente jurídico próprio e autónomo.

"Se em 1975, em 1992 e 2010 se previam autarquias locais, significa que é um elemento preocupante no seio dos próprios políticos", sublinhou.

Avisando que é necessário um pouco de contenção e evitar o populismo, o jurista recorda que as autarquias locais não podem ser vistas pura e simplesmente do ponto de vista político, pois implicam questões económicas que pesam no bolso dos cidadãos.

Por isso, defende "um estudo profundo" sobre o impacto das autarquias do ponto de vista económico. "Quando forem implementadas, os cidadãos terão que participar também economicamente pagando os impostos". "Nas autarquias locais, teremos que pagar o IP (Imposto Predial) e os autarcas serão obrigados, do ponto de vista legal, a criar outro tipo de arrecadação de receitas", rematou.

5.11 Nova Divisão Político-Administrativa abre boas perspectivas de crescimento

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2023

Texto: Arcângela Rodrigues

Numa apreciação à perspectiva da organização territorial, à luz da aplicação, em breve, da nova Divisão Político- Administrativa do país, o jovem Clinton Matias é de opinião que a mesma vai ter impacto a nível dos sectores Social, Económico e

Cultural, com realce para oportunidades para mais investimentos.

Clinton Matias justifica que, no âmbito social, as populações vão ter mudanças substanciais, como aumento de hospitais, fruto da alteração do quadro da gestão e acessos a unidades hospitalares nos municípios.

A isto se juntam mais escolas e outras infra-estruturas que vão oferecer oportunidades de emprego. Avançou, ainda, que se vai ganhar maior segurança e tranquilidade públicas, uma vez que, no seu entender, a Polícia Nacional terá os procedimentos reforçados com o foco no combate à criminalidade.

No sector Económico, entende que a reforma administrativa, em algumas províncias, vai permitir a criação de um quadro comercial, que vai atrair investidores. Por exemplo, a Administração Geral Tributária terá de dobrar os balcões no sentido de fiscalizar os activos, os financiamentos a zonas rurais e, assim, captar mais receitas para os cofres do Estado.

O Presidente do Fórum Internacional de Jovens com as Embaixadas, disse que quanto ao impacto cultural, a nova DPA permitirá maior aproximação dos serviços e das populações.

Para Manuel Lopes, funcionário público, o aumento de mais províncias, em certa medida, se justifica porque, no caso do Cuando-Cubango e Moxico, as duas contarem com uma extensão territorial que provoca um esforço extenuante à governação.

"Actualmente, são 164 municípios, mais de metade está fora da esfera das capitais provinciais e não apresentam níveis de desenvolvimento aceitáveis", enfatizou, adiantando que o problema não reside nas instituições públicas, e sim no sistema administrativo actual, porque muitas delas têm dificuldades para funcionar em pleno.

Acrescentou que as instituições públicas precisam de ser optimizadas, com maior espaço de manobra e estando sujeitas a uma fiscalização técnica mais consentânea.

Manuel Lopes realçou que, por mais que se deseje o melhor com o aumento de mais municípios, a nova Divisão Político-Administrativa só terá benefícios, em termos de impacto na vida das populações, caso as administrações alterem, também, a forma operacional, a fim de se adaptarem às realidades.

Mais investimentos

O analista Alfredo David Yava considerou que com a nova Divisão Político-Administrativa poderá existir maior investimento a nível das novas circunscrições, tornando os serviços mais próximos dos cidadãos e a sua participação nas escolhas públicas. Todavia, disse, quem garante maior participação do cidadão na vida política é, sem sombras de dúvidas, um sistema de proximidade como se deseja venha a ser o sistema autárquico.

Nesse sentido, reconheceu o também docente universitário, a proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa é um passo seguro na implementação das autarquias, porque, realçou, o seu desenvolvimento vai criar condições objectivas nos municípios e comunas que irão ficar à disposição do poder autárquico num futuro breve.

Para o sociólogo Além Panzo, a proposta de Lei da Nova Divisão Político-Administrativa levanta um conjunto de questionamentos e desafios para o Executivo, sobretudo do ponto de vista financeiro. "Creio que a ideia é boa, mas é preciso enquadrar a sua oportunidade noutros desafios que o país tem", disse.

Acrescentou que se trata de uma aposta do Executivo que vai revolucionar a relação entre os governantes e governados, abrindo, também, caminho à implementação das autarquias. Assim, disse, é preciso que o Executivo elabore devidamente o esquema para integrar as acções por si gizadas, tendo em conta o desenvolvimento dos municípios e das comunidades.

"Em relação às províncias do Cuando-Cubango e do Moxico, estou de acordo com a escolha. Do ponto de vista de extensão territorial são as maiores do país, porém com índices de desenvolvimento muito baixos", enfatizou, adiantando que o processo vai tornar essas províncias mais desenvolvidas.

5.12 Nova Divisão Político-Administrativa

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2023

A proposta de Lei da Divisão Político-Administrativa do país continua a animar discussões em vários recantos, quer no seio académico quer noutras áreas da vida social. No pomo dos debates estão questões relacionadas com as vantagens e desvantagens da aprovação e posterior implementação da lei.

As constatações feitas, em função das notícias divulgadas nos principais meios de comunicação social, indicam um maior pendor na balança para os benefícios da iniciativa. O optimismo tem girado à volta de vantagens como boas perspectivas de investimento, maior aproximação dos serviços às populações, melhoria da qualidade de vida e adaptação do país aos novos tempos.

Concebida pelo Executivo para promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional, garantir uma capacidade de resposta adequada à prestação de um serviço público mais eficiente às populações, reduzir as assimetrias locais e administrar de modo mais efectivo e pleno cada parcela do país, com os órgãos de gestão dos municípios mais próximos dos cidadãos, a proposta de lei foi apresentada e apreciada na Reunião do Conselho de Ministros. Seguidamente submetida à consulta pública nas comunidades, municípios e províncias, para a recolha de mais subsídios, envolvendo a sociedade civil, universidades e outras estruturas, deverá, posteriormente, ser enviada para o Parlamento.

Entre as alterações a serem feitas ao modelo vigente, ressaltam a divisão das províncias do Cuando Cubango e Moxico em duas e o aumento do número de municípios, de 164 para 581.

Na província do Cuando Cubango, por exemplo, uma das visadas, o entusiasmo entre as populações é de um nível muito elevado. Acreditam estar em vias de solução os seus principais anseios, entre os quais a diminuição das distâncias para a obtenção dos serviços administrativos necessários e concomitantemente a criação de condições para o desenvolvimento sustentável da região e proporcionar o bem-estar social das populações. Pedem, outrossim, que tudo seja feito de modo adequado e ponderado para não haver, no futuro, conflitos de interesse entre as províncias a serem criadas no Cuando Cubango, conforme tem acontecido em algumas regiões do mundo.

Apesar de algum cepticismo, próprio em questões dessa natureza, pois a divergência de opiniões dá vida às democracias, a iniciativa do Executivo foi muito bem acolhida e continua a receber incentivos da sociedade civil organizada e de outras entidades a título individual. Sinal evidente de as coisas estarem a caminhar bem e devem continuar na mesma senda.

Um ponto gerador de alguma confusão em alguns círculos, sobretudo políticos, tendo em vista o advento das autarquias, cujos passos de implementação estão igualmente bem avançados, é o da presunção da substituição de uma por outra. Ou

seja. Acreditam, algumas pessoas, menos esclarecidas, que a implementação da nova divisão administrativa venha a inviabilizar o processo autárquico. Ledo engano, pois não existe qualquer colisão entre uma e outra, havendo, na verdade, uma complementaridade.

5.13 Rei e juventude de Menongue falam das vantagens da Divisão Político-Administrativa

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2023

Texto: Carlos Paulino

As autoridades tradicionais e jovens de vários estratos sociais no Cuando Cubango foram unânimes em dizer as principais vantagens que a nova Divisão Político-Administrativa (DPA) vai trazer nas duas províncias que serão criadas, no que toca a encurtar a longa distância entre os municípios e proporcionar maior desenvolvimento sócio-económico para o bem-estar social das populações.

Em declarações ao Jornal de Angola, o Rei de Menongue, Manuel Ndala assegurou que todas as autoridades tradicionais da província estão de acordo e enaltecem esta iniciativa do Executivo angolano, porque são enormes benefícios que a população vai ganhar com a divisão do Cuando Cubango em duas províncias, nomeadamente o Cubango e o Cuando.

Mwene Vunongue VIII disse que se espera com esta nova Divisão Político-Administrativa uma melhor organização e acesso dos serviços sociais básicos e da administração do Estado nos 18 municípios que serão criados nas duas províncias, sendo 10 no Cubango e oito no Cuando.

Apontou que com a dimensão territorial e a longa distância entre os municípios, agravada com as péssimas condições das vias de acesso e a dispersão da população, a maior parte dos habitantes do Cuando Cubango vivem em situação bastante lastimável devido à falta de muitos serviços sociais básicos, com realce para escolas, unidades sanitárias, fornecimento de energia eléctrica e água potável, estradas asfaltadas, habitação e estabelecimentos comerciais.

Acrescentou que neste momento o Governo enfrenta sérias dificuldades para fazer chegar os bens e serviços aos municípios e comunas do Cuando Cubango, tendo em vista que a distância de uma localidade para outra varia de cerca de 100 a 700 quilómetros.

Sublinhou que a título de exemplo o Cuando Cubango, sendo a segunda província maior de Angola com uma extensão territorial de cerca de 200 mil quilómetros quadrados, conta com apenas nove municípios e uma população estimada em mais de 514 mil habitantes de acordo com o último censo realizado no país em 2014, a razão de três habitantes por quilómetro.

Mwene Vunongue VIII afirmou que com a iniciativa que se pretende dividir o Cuando Cubango em duas províncias as coisas estarão melhores controladas e organizadas do ponto de vista administrativo e de oferta de bens e serviços.

De acordo com a proposta aprovada sobre a DPA o Cuando Cubango será dividido pelas províncias do Cubango, cuja capital será Menongue, e o Cuando que a sua cidade será Mavinga.

A província do Cubango terá dez municípios, nomeadamente, Menongue, Cuchi, Cuangar, Nancova, Calai, Caiundo, Savate, Longa, Tchinguanja e Cutato, ao passo que o Cuando terá oito municípios, sendo o Cuito Cuanavale, Mavinga, Dirico, Rivungo, Luiana, Cutilo, Dima e Luengue.

Iniciativa louvável

Beatriz Hikenanhe, município do Calai, disse que a iniciativa do Executivo angolano em dividir algumas províncias em duas devido à sua extensão territorial, sobretudo o Cuando Cubango e Moxico, é bastante louvável, tendo em vista que vai proporcionar maior desenvolvimento destas regiões.

Referiu que a implementação da Divisão Político-Administrativa visa resolver com urgência os problemas mais candentes que as populações enfrentam, sobretudo aquelas que vivem nas localidades mais recônditas do Cuando Cubango, como no Calai, Cuangar, Dirico, Nancova, Mavinga e Rivungo, que distam acima de 350 quilómetros da cidade de Menongue.

Vários são os populares da província do Cuando Cubango que mostram-se entusiasmados com a proposta da Divisão Político-Administrativa da província, pois acreditam que a mesma possa trazer o desenvolvimento sustentável que tanto almejam.

Garcia Salavo Manuel, residente em Menongue, recordou que o Cuando Cubango é uma das províncias do país com um índice de desenvolvimento muito baixo e muitos dos problemas que a província tem poderão ser resolvidos por intermédio da DPA.

Apesar de até ao momento existirem muitas assimetrias nos diferentes municípios da província, acredita que a Divisão Político-Administrativa vai trazer o desenvolvimento sustentável que tanto se almeja.

Garcia Salavo Manuel salientou que por este facto está a ser criada a DPA para aproximar a governação dos cidadãos, onde cada popular será participativo na decisão de alguns assuntos e elevar-se-á o nível de responsabilidade dos governantes no que toca a trabalhar para a resolução dos problemas que afligem as populações.

Salientou ainda que o Cuando Cubango é uma província fronteiriça com países como a Namíbia e Zâmbia, mas que é bastante desocupada e com a Divisão Político-Administrativa será necessário contar-se com muito capital humano e financeiro para construção de várias instituições do Estado onde poderão funcionar algumas organizações do Estado.

Maria António, outra munícipe de Menongue, disse que a Divisão Político-Administrativa vai ser uma mais-valia para as populações que residem, sobretudo nos municípios mais longínquos do Cuando Cubango, como Cuangar, Calai, Dirico, Mavinga, Nancova e Rivungo, porque vai acabar com as assimetrias regionais que se registam actualmente.

"Infelizmente os municípios mais distantes são os menos desenvolvidos e são estes onde temos um grande número de crianças fora do sistema normal, onde o sistema de saúde deixa muito a desejar. Por isso, as populações que residem nos municípios da orla fronteiriça recorrem maioritariamente aos serviços de saúde e da educação nas vizinhas Namíbia e Zâmbia, em busca de assistência de qualidade", disse.

Acrescentou que as populações residentes nos municípios mais distantes se dedicam, sobretudo, à agricultura de subsistência, mas a implementação de projectos no âmbito da DPA, vai também garantir maior oferta de trabalho para a juventude.

Martins Calupassa, estudante universitário, referiu que a Divisão Político-Administrativa vai sobretudo, encurtar as distâncias percorridas entre um município ao outro, em busca de bens e serviços de primeira necessidade, tendo em conta que o município mais próximo de Menongue, que é o Cuchi fica a 93 quilómetros e o mais distante que é o Rivungo dista a mais de 700 quilómetros.

Além das distâncias percorridas, disse que o Cuando Cubango enfrenta actualmente enormes problemas com o mau estado das vias de acesso, mas, esta

divisão vai acabar também com o grande problema da falta de estradas, promovendo o rápido desenvolvimento económico e social das regiões.

5.14 Recenseamento Geral da População e Habitação prevista para Julho de 2024

Jornal de Angola

26 De Fevereiro de 2023

O Recenseamento Geral da População e Habitação, Censo 2024, acontece no dia 19 de Julho do próximo ano, um trabalho que está a ser realizado pela Comissão Multisectorial de Apoio à Realização do Censo, aprovada através do Despacho Presidencial nº 290/22, de 30 de Dezembro.

A Comissão é coordenada pelo ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, com a missão de orientar o processo operacional da sua implementação, quer em termos de meios financeiros, quer de serviços de apoio.

A informação foi actualizada pelo secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, durante a apresentação do briefing bissemanal do Ministério da Economia e Planeamento, durante o qual apresentou as actividades realizadas pelo MEP de 16 a 22 de Fevereiro de 2023, no domínio do Planeamento.

Apesar de a Comissão ter sido criada recentemente, Milton Reis fez saber que o processo de preparação do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) 2024 já teve início no ano passado, com a aprovação do pacote legal em Julho de 2022 (Decreto Legislativo Presidencial nº 7/22, de 23 de Julho, que estabelece as normas para a realização do RGPH 2024).

Para além do Instituto Nacional de Estatística, INE, fazem parte da comissão 10 ministérios.

A Comissão Multisectorial realizou a sua primeira reunião no dia 16 de Janeiro de 2023, durante a qual aprovou o seu regimento e a indicação dos representantes dos membros no Grupo Técnico.

A segunda reunião realizou-se a 16 de Fevereiro, e foi analisado o Plano de Actividades e o cronograma do RGPH 2024, tendo sido definido o dia 19 de Julho 2024 como o momento censitário (Censo Geral), precedido pelo Censo Piloto, que deverá ocorrer no dia 19 de Julho de 2023 - datas concertadas em função do calendário escolar em vigor.

Relativamente às actividades correntes, Milton Reis destacou dois importantes pontos, designadamente o Sistema Nacional de Planeamento e as Parcerias Público-Privadas.

O primeiro, segundo o gestor, continua o processo de elaboração dos principais instrumentos de planeamento que vão orientar o futuro do país, nomeadamente, a Estratégia de Longo Prazo "Angola 2025 e a sua extensão para o horizonte 2050, o Balanço Final do PDN 2018-2022 e a Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sectoriais (PDS) e Provinciais (PDP) para suportar o novo Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) para o período 2023-2027.

Quanto às Parcerias Público-Privadas (PPP), continuam a ser desenvolvidas acções como a Preparação do programa de PPP do Sector das Águas, do Aterro Sanitário dos Mulenvos, da Nova Ponte sobre o Rio Kwanza, as PPP nos Mercados, o Aterro Sanitário do Huambo, do Namibe, o Fomento Agro-pecuário e Valorização dos Perímetros Agrícolas em 8 Estabelecimentos Penitenciários e as Zonas Francas (Barra do Dande, Saurimo Cabinda e Zaire).

O Ministério da Economia e Planeamento participou também na 42ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana, onde foi discutido o relatório de avaliação da implementação do Primeiro Plano Decenal 2013-2023, da Agenda 2063, da União Africana e da aprovação do segundo Plano Decenal 2023-2033.

5.15 Líder da CEAST apoia proposta de Divisão Político-Administrativa

Jornal de Angola
28 De Fevereiro de 2023

O presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), Dom José Manuel Imbamba, considera positiva a proposta do Executivo sobre a nova Divisão Político-Administrativa (DPA), que poderá dinamizar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida das populações.

Em declarações à imprensa, no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo governador provincial do Moxico, Ernesto Muangala, o prelado exemplificou a divisão administrativa da província do Moxico, a maior do país em termos de extensão territorial (com 223 mil 023 quilómetros quadrados), como uma via que trará valências para o desenvolvimento da região.

"Essa medida vai oferecer mais serviços e oportunidades para que as comunidades longínquas se sintam ligadas e próximas dos serviços sociais básicos", sustentou.

Dom José Imbamba, igualmente arcebispo metropolitano de Saurimo, defendeu a necessidade de se manter o diálogo permanente entre as diferentes instituições do Estado para a resolução dos problemas do país e se garantir o bem-estar das comunidades. No encontro com o governador reiterou a pretensão da Igreja Católica de criar a Diocese de Cazombo, no município do Alto-Zambeze, para permitir maior administração da região e consequente "retirada do isolamento em que se encontra". Por seu turno, o governador Ernesto Muangala destacou a "boa parceria" existente entre o Estado e a Igreja na resolução dos problemas sociais que afectam a população.

A proposta da Divisão Político-Administrativa prevê a alteração do modelo de municipalidade do Estado, aprovado pelo Conselho de Ministros, com a divisão das províncias do Cuando Cubango e do Moxico em duas cada, perfazendo, assim, vinte (20) províncias e o aumento de 164 para 581 municípios. A proposta prevê criar para a província do Moxico 19 municípios e para Cassai Zambeze, a provável nova província, 11 jurisdições.

A Nova Divisão Político-Administrativa do país tem por objectivo promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional. A mesma deverá seguir para o Parlamento após a aprovação da sua versão final pelo Conselho de Ministros.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Primeiros apartamentos entregues aos inquilinos

Jornal de Angola

6 De Fevereiro de 2023

Texto: Elautério Silipuleni

A Centralidade Dom Fernando Guimarães Kevanu, no bairro Ekuma em Ondjiva, província do Cunene, começou, ontem, a receber os primeiros moradores.

A entrega das chaves dos primeiros 484 apartamentos, erguidos na primeira fase, foi feita pelo vice-governador para o sector político, social e económico, Apolo Ndinoulenga.

No acto da entrega simbólica das chaves, Apolo Ndinoulenga considerou a centralidade como um marco e passo significativo na resposta aos anseios da juventude e da população em geral da cidade de Ondjiva, em relação à habitação.

O governante disse que a Centralidade Dom Fernando Guimarães Kevanu está conforme os padrões universais e com todos os equipamentos necessários para ser habitada.

Para o governante, a centralidade, além de promover o acesso à habitação condigna, foi projectada com a finalidade de dar corpo ao processo de urbanização da cidade de Ondjiva.

Aos futuros beneficiados, o número dois na província pediu maior cuidado na preservação dos apartamentos, assim como das demais infra-estruturas. Inaugurada em Julho do ano passado, a centralidade foi erguida numa reserva fundiária do Estado, numa área total de 21 hectares, que prevê até final do projecto a construção de mil moradias com edifícios de quatro pisos, conta com equipamentos sociais urbanos, entre os quais, duas escolas, uma do ensino primário, com 24 salas, e outra do I ciclo do ensino secundário, com 12 salas, um centro médico, um jardim infantil e duas quadras desportivas, assim como uma estação de tratamento e distribuição de água, energia eléctrica e uma esquadra de polícia.

6.2 Beneficiários do CNJ sem condições de pagar habitações

Jornal Expansão

10 De Fevereiro de 2023

Alguns beneficiários de habitações na centralidade do Zango Zero, em Viana, ao abrigo da orientação do Presidente da República que, em 2018, orientou a entrega de 1.120 apartamentos a organizações juvenis afectas ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ), estão sem condições de pagar os imóveis.

O Expansão apurou que alguns destes beneficiários estão desempregados. "Também estava sem trabalho quando recebi a minha casa no ano passado", confessa um dos cOI\templados.

Questionado sobre como foi possível ter acesso à habitação cumprir as exigências dos previstas, a nossa fonte defendeu com a "militância" numa organização juvenil. "O meu nome foi incluído na lista e recebi a casa por fazer parte de um movimento juvenil", conta.

Cenário diferente vive Néelson Baptista (nome fictício), que perdeu o emprego no final do ano passado mas, como já tinha o processo constituído, fez parte do grupo dos últimos jovens que viram realizado o sonho da casa própria em Dezembro de 2023.

Apesar destes casos ilustrativos, a conversa entre os 'beneficiários da juventude' é de que os imóveis não serão pagos, apesar de terem assinado contratos com o Instituto Nacional da Habitação (INH).

Questionado sobre os critérios de selecção dos jovens beneficiados, o CNJ explica que o processo foi inclusivo porque abrangeu várias organizações juvenis, mas a responsabilidade de apurar se os beneficiários reuniam condições não foi da instituição.

"Este foi dos processos mais inclusivos que já tivemos para a juventude. Abrangeu partidos políticos, organizações da sociedade civil e até 'revús' foram contemplados. Mas quem verificou se os candidatos tinham ou não condições para pagar, não fomos nós", explica Isaías Kaulunga, presidente do CNJ.

"Pelo que sei essas casas não são ofertas e têm de ser pagas. Os jovens sabem disso. Se não pagarem, comprometem a possibilidade de outros jovens adquirirem casas nas centralidades, que são financiadas com recursos obtidos dos pagamentos das prestações dos imóveis", conclui.

O processo de entrega formal dos apartamentos do Zango Zero às associações juvenis filia- das ao Conselho Nacional da Ju- ventude (CNJ) foi concluído em Dezembro do ano passado.

6.3 Passeios em Menongue estão a ser requalificados

Jornal de Angola
23 De Novembro de 2023
Texto: Nicolau Vasco

Passeios e lancis da cidade de Menongue, na província do Cuando Cubango, numa extensão de 14 quilómetros, estão a ser requalificados.

As obras estão orçadas em cerca de 265 milhões de kwanzas, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), segundo o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas, João Cassanga.

O responsável da empresa de construção civil J.Andrez Lda, a quem foi consignada a obra, disse que os trabalhos vão durar três meses e serão executados em quatro fases, que abrangerão a remoção do pavimento de betão degradado, reparação de fundos de caixas, compactação de camadas de base e de sub-bases, aplicação de lancis, pavimentação de pedras, bem como aplicação de pó de cimento e lavagem de pavimentos.

Explicou que o projecto permitiu empregar 30 jovens do município de Menongue e vai abranger as avenidas do Centro da cidade até ao Aeroporto Comandante Kwenha e as principais ruas adjacentes à Estrada Nacional 140 até à Escola de Formação Técnica de Saúde e ao Instituto Politécnico de Administração e Gestão (IPAG).

Segundo o engenheiro, um dos grandes objectivos do projecto é melhorar a imagem arquitectónica da cidade de Menongue. Deu a conhecer que a J.Andrez Lda trabalha em coordenação com a equipa que está a reparar e ampliar o sistema de abastecimento de água, para O vice-governador João Cassanga disse que a requalificação dos pavimentos da zona urbana é uma aposta do Executivo, que visa melhorar a imagem arquitectónica da capital do Cuando Cubango.

Recordou que na cidade de Menongue, criada há mais de 61 anos, tendo em conta o conflito armado que assolou o país e em particular a província do Cuando Cubango, muitas infra-estruturas sociais e económicas foram destruídas e algumas que estavam em avançado estado de degradação estão a ser reabilitadas.

Explicou que o município de Menongue, com uma população de cerca de 350 mil habitantes, tem vindo a beneficiar de vários serviços e infra-estruturas, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP) e do PIIM.

6.4 Preços dos Materiais de Construção variaram 0,8 por cento

Jornal de Angola
22 De Fevereiro de 2023

O Índice de Preços dos Materiais de Construção (IPMC) apresentou uma variação de 0,8 por cento em Janeiro de 2023 em relação ao mês de Dezembro de 2022, pelo que não se verificou quase, nenhuma variação em relação à registada no mês anterior.

Nas variações homólogas, entre os grupos de materiais de construção, "madeira e contraplacado" foram os que registaram maior aumento nos preços com 16,5 por cento, seguidos por "areia", "pedra britada e mármore" e blocos" (todos com 14,1), "vidros e artigos de vidro" com 13,9, "outros produtos sintéticos" com 13,5 por cento.

Seguem também as "tubagens e acessórios de plásticos" com 13,4 por cento, "betão pronto" com 12,9, "produtos sintéticos" com 12,8, "vigas, vigotas e ripas" com 12,7 "tijolos" com 11,9 "alumínio" com 11,6, "aço" com 11,4, "cimento e aglomerantes" com 5,5 por cento.

Os grupos de materiais que mais contribuíram na variação do IPMC do mês de Janeiro são: "aço" com 0,4 por cento seguido do "betão pronto, cimentos e aglomerantes" com 0,1 pontos percentuais, cada.

O Índice de Preços de Materiais de Construção é um indicador económico que reflecte a variação dos preços dos principais materiais que intervêm na construção e na transformação de edifícios para qualquer fim.

Contribui na promoção imobiliária, engenharia civil, trabalhos especializados de construção como demolição e preparação dos locais de construção, instalação eléctrica, acabamento de edifícios e outras

obras, excluindo a promoção imobiliária, os custos da mão-de-obra e aluguer de equipamentos inerentes aos custos da construção.

O INE informa ainda que o preço dos materiais de construção é um importante indicador para o mercado da construção, pois é através da sua variação que se consegue identificar o grau de intensidade das actividades do sector da construção.

Este indicador tem como objectivos, medir a evolução dos preços dos materiais de origem nacional e importados que participam na actividade da construção e que são comercializados no mercado nacional.

Serve, ainda, como elemento fundamental para a actualização dos orçamentos das obras da construção, utilizando fórmulas polinomiais para cada tipo de obra.

É usado como deflector dos valores nominais ou correntes relacionados com a actividade da construção e construir séries de preços para elaborar índices elementares.

6.5 Ordem dos Arquitectos defende melhores condições de trabalho

Jornal de Angola

27 De Fevereiro de 2023

Texto: Mário Clemente

O bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola, defendeu, domingo, em Luanda, a melhoria das condições de trabalho, materiais e técnicas, para os profissionais da classe, actualmente com 1.676 registados no país.

Celestino Chilombe disse que os profissionais do sector carecem de melhores condições de trabalho e a nível da Função Pública a maioria dos arquitectos não dispõem de equipamentos adequados. "Em qualquer ramo, para que os profissionais dêem o melhor de si, é importante existirem condições de trabalho", referiu.

Para controlar o exercício ilegal da profissão, adiantou, a ordem criou comissões fiscais, em todo o país, de forma a saber quem são os arquitectos, irregulares, que praticam ilegalmente. "A comissão tem procurado ir ao encontro desses e apresentá-los às autoridades legais. Até ao momento são mais de 60 processos em andamento".

O controlo dos profissionais do sector, destacou, é importante, pois os arquitectos também têm uma responsabilidade social, pelo facto de uma obra mal

feita poder acabar em tragédia. A meta da ordem, acrescentou, é, também, garantir a qualidade das construções nacionais.

A ordem, reforçou, implementou uma orientação metrológica, com o objectivo de levar os profissionais a exercerem de forma responsável, do ponto de vista técnico, deontológico e ético. "Começamos uma campanha de consciencialização, há 6 meses, nas redes sociais, denominada 'Educar para Arquitectura'. O objectivo é criar, a nível do país, uma 'cultura arquitectónica', pois a maioria dos cidadãos, quando quer construir, não consulta o especialista do ramo, com o argumento de gastar muito. A campanha é, ainda, para mostrar a importância dos arquitectos nas comunidades", sublinhou.

O engenheiro informou que actualmente têm estado a trabalhar na base para a construção da "Casa da Arquitectura de Angola", um projecto direccionado à criação de um centro de documentação e um museu, para divulgação das diferentes formas de construção, de forma a mostrar aos visitantes as diferentes construções dos angolanos. "A ideia é criar um espaço único com os estudos e projectos dos vários arquitectos angolanos, onde também possa constar informações sobre a evolução da arquitectura nacional, de forma física e digital".

Primeiro, disse, vão realizar um concurso público para ver as empresas com as melhores ideias sobre o projecto. "Actualmente, estamos na fase da recolha de informação. Em seguida, avançaremos com a parte material, apenas falta o financiamento. A ordem já tem um terreno".

No campo internacional, a ordem, disse o vice-presidente da organização e responsável pelos Assuntos Internacionais, Vity Nsalambi, a classe tem procurado estar interligada com as organizações internacionais e convidado alguns arquitectos angolanos a participar nos encontros além-fronteiras.

Eleições em Abril

A Ordem dos Arquitectos de Angola realiza em Abril deste ano a eleição dos novos corpos gerentes, cuja tomada de posse acontece em Maio, como explicou o bastonário, durante a Assembleia Geral da organização, realizada sábado último, no Instituto Nacional de Estatística.

Durante o encontro foram abordadas questões relacionadas à apresentação e aprovação do relatório de contas, as actividades do mandato de 2019-2022, a orientação metodológica da organização e os passos

para a realização do acto eleitoral do mandato de 2023-2026.

A Ordem dos Arquitectos de Angola, que foi criada em 2004, tem actualmente inscritos 1.676 membros, estando a maioria (97 por cento) a trabalhar em Luanda.

6.6 Falta de vias alternativas

Jornal Luanda

20 De Fevereiro de 2023

Augusto Cassoma 32 ano motociclista há cinco anos disse que a intervenção nas vias é salutar mas que causa a redução dos rendimentos defendendo que antes de se arrancar com os trabalhos, devia se encontrar caminhos alternativos.

"A iniciativa de requalificar as ruas da vila de Cacuaco é boa. Mas a empreiteira falhou ao não abrir vias alternativas para nós motociclistas que somos os utilizadores diários desses espaços. A situação veio contribuir para a redução dos nossos rendimentos. As pessoas têm medo de andar de motorizada passando no meio de máquinas em movimento". ressaltou.

A opinião é corroborada por João Sande outro motociclista que usa diariamente essas vias. "Há falta de alguma seriedade nesses trabalhos feitos aqui na vila de Cacuaco. Sabe-se que o troço da Estrada nº 100 em requalificação não dispõe de alternativas directas senão entrando em becos do interior dos bairros". disse.

6.7 Sistema de drenagem

Jornal Luanda

20 De Fevereiro de 2023

O engenheiro Vladimir Salamanca responsável pelas obras de requalificação avançou que a construção do sistema de drenagem e valetas não consta do projecto, mas admitiu a possibilidade de ser implementada, mas será necessário a feitura de uma adenda explicando no entanto que era prematuro entrar em mais dados por ser um processo que exige, a observação de um conjunto de normas. "A característica dos solos da zona e o comportamento dos moradores obrigam a necessidade de se requalificar o sistema de drenagem com a construção de valetas". disse.

Em relação à Circulação de autocarros públicos na linha vila de Cacuaco/Centralidade do Sequele cujo término está situado no itinerário a ser

intervencionado explicou que se estuda com a operadora uma solução alternativa para essa preocupação, o engenheiro apelou às autoridades locais em especial às comissões de moradores no sentido de se aplicarem a fundo na consciencialização dos moradores ao longo do projecto para evitarem deitar lixo águas residuais e outros dejectos na nova estrada de forma que esta possa ter mais tempo útil.

7. TERRA

7.1 Lotes de terrenos distribuídos para famílias em zona de risco

Jornal de Angola

2 De Fevereiro de 2023

Texto: Luisa Victoriano

Quatrocentos e oitenta lotes de terreno, dos 500 lotes preparados na zona da Catepa, em Malanje, foram distribuídos às famílias que residem em áreas de risco, anunciou o administrador adjunto para o Sector Técnico e Infra-Estruturas.

Gaspar Domingos esclareceu que vão constar na lista de prioridades na cedência de terrenos da Carreira de Tiro 2 os cidadãos que foram contemplados nas fases anteriores. Disse que a Administração Municipal de Malanje vai proceder, nos próximos dias, a entrega de um total de duzentos lotes de terreno, no bairro da Cangambo Ocidental.

Quanto aos terrenos do bairro Carreira de Tiro, o administrador adjunto garantiu que a entrega dos mesmos está para breve, assim que os trabalhos de limpeza da urbanização da Carreira de Tiro 2 estiverem concluídos.

" Os trabalhos de limpeza do referido espaço está atrasado mas já foram feitos contactos com a empresa que está a cargo do mesmo serviço para acelerar o trabalho, visando entregar aos beneficiários de modo a realizarem o sonho da casa própria", sustentou.

De acordo ainda com o responsável, estão previstos a entrega na mesma zona cerca de setecentos lotes de terrenos e assegurou que tudo será feito para ser reposta a normalidade para os munícipes contemplados com um lote de terreno no referido plano urbano.

Reconheceu que a não cedência de espaço no momento como parte do plano urbano da Carreira de Tiro 2 frustrou as expectativas de muitos munícipes, tendo garantido que esforços vão ser envidados para inverter o actual quadro para cumprir com as promessas feitas pela instituição.

7.2 Jovens recebem lotes para a construção dirigida

Jornal de Angola

13 Fevereiro de 2023

Texto: Venâncio Victor

O administrador municipal de Malanje garantiu que, à semelhança do que aconteceu em 2022, na Catepa, este ano serão distribuídos lotes de terreno a jovens para a autoconstrução dirigida na Carreira de Tiro e em Cangambo.

Segundo João de Assunção, para se pôr fim aos espaços baldios, está em curso um programa de verificação dos títulos de concessão de terrenos, para serem ou não revogados, tendo em conta o anúncio do Presidente da República sobre a construção de 2.500 apartamentos no município. Destacou a aquisição de dez postos de transformação de energia, apesar de estar a faltar algum material de suporte para o reforço da linha de baixa tensão, para beneficiar mais de mil famílias, no âmbito do PIIM, na Catepa, Cangambo e Kulamuxito.

Em Malanje, referiu, o projecto vai beneficiar mais de quatro mil famílias, nos bairros da Vila Matilde, Catepa, Carreira de Tiro, Campo de Viação e Cangambo.

No município sede da província, segundo o administrador, está a ser construído mais um sistema de captação, tratamento e distribuição de água, no sector do Quissol, que está já em fase de ensaios, prevendo-se beneficiar 12 mil famílias.

João de Assunção fez saber que estão na forja três projectos ligados ao ordenamento do trânsito, com realce para a reposição da sinalização horizontal e vertical no casco urbano e a requalificação dos semáforos, cujas obras vão terminar em breve, de acordo com garantias da empresa executora.

"A reabilitação e ampliação do Cemitério Municipal de Malanje, que apresentava uma imagem que não se enquadrava à nova realidade, também mereceu atenção especial no ano transacto", sublinhou o administrador, acrescentando que "em breve teremos um cemitério com melhores condições".

Destacou a realização de acções em diferentes sectores, com realce para o das infra-estruturas, onde sobressai a reconstrução e a inauguração de escolas do ensino primário, nomeadamente a 87, Kilamba Kiaxi, no bairro do Cafucofuco, a do bairro Cabuabuata, na Vila Matilde, a da Kizanga e a do bairro da Maxinde, estando a ser concluída uma na comuna de Ngola Luije.

7.3 Administração prepara lotes de terreno para a juventude

Jornal de Angola

17 De Fevereiro de 2023

Texto: António Capitão

A partir do próximo mês de Março, cerca de 200 jovens do município de Maquela do Zombo, na província do Uíge, começam a receber lotes de terreno infra-estruturados para a autoconstrução dirigida, numa iniciativa da administração local.

Segundo o administrador municipal, o objectivo da distribuição de lotes é dar resposta às necessidades da juventude que não tem condições para obter uma residência e concretizar o "sonho da casa própria".

Samalando Muinga revelou que a área identificada para a distribuição está localizada no Bairro 4 de Fevereiro, sendo que nos próximos dias vão ser realizados estudos dos solos e de impacto ambiental, para certificar se o local tem condições favoráveis para a existência de uma zona habitacional.

O administrador de Maquela do Zombo disse que a reserva fundiária identificada no Bairro 4 de Fevereiro tem uma área de 60 mil metros quadrados, prevendo-se 150 lotes de terreno, com medidas de 20/20, onde os jovens vão poder construir moradias de tipologia T3, sendo casas de médio e baixo padrão.

O administrador sublinhou que o modelo de atribuição gratuita dos lotes de terra aos jovens vai depender da capacidade económico-financeira de cada beneficiário, tendo em conta que se pretende criar um bairro social da juventude com uma organização aceitável, acessos garantidos e casas modernas.

"A nível da Administração Municipal, sob orientação do Governo, localizamos uma reserva fundiária que, infelizmente, ainda carece de um estudo de impacto ambiental, o que obriga a envolvimento de uma equipa multidisciplinar constituída por técnicos locais e dos gabinetes provinciais do Ambiente e dos Serviços Técnicos e Infra-Estruturas para podermos lotear o

espaço e entregar aos jovens e depois construir as suas residências", esclareceu.

Samalando Muinga sublinhou que a administração pretende criar um bairro social para aqueles que não têm as mínimas condições de habitabilidade.

7.4 Construções anárquicas descaracterizam as cidades

Jornal de Luanda

20 De Fevereiro de 2023

Texto: Fátima Quifica

As construções anárquicas são, actualmente, uma enorme problemática para a maioria das cidades, sobretudo as que registam o maior crescimento demográfico. A cidade de Luanda, concebida para 500 mil habitantes, não foge à regra.

É uma realidade espelhada pelos diversos municípios. Em consequência dessa situação, em que cidadãos não olham aos riscos, construindo em zonas de risco, o acesso aos serviços de emergências médicas, o patrulhamento policial e bombeiros torna-se difícil. Mas os especialistas argumentam ser um problema que pode ser resolvido, desde que seja idealizado um plano de ordenamento do território e planeamento urbanístico adaptados à realidade de cada localidade.

É assustador a maneira como crescem muitos dos bairros da periferia: desorganizados, sem estruturas condignas e padrões de construção e ambiental. Como pode acabar com as construções anárquicas em Luanda?

7.5 A violação sistemática dos direitos dos camponeses

Jornal Expansão

28 De Fevereiro de 2023

Texto: Evandro Bernardo

Em 1975, altura em que Angola ascendeu a nação independente, 3/4 da população angolana tinha a sua vida ligada à actividade agrícola. Aliás, diz-se mesmo que foram as sevícias porque passavam os camponeses que teria servido de elã aos levantamentos independentistas que, numa determinada altura, eclodiram em diversas partes do território nacional.

Para atestar o que acabamos de dizer, basta lembrarmo-nos dos levantamentos da Baixa de Kassanji, assim como da brutal reacção levada a cabo pelas forças repressivas da altura; basta lembrarmo-

nos dos levantamentos de 15 Março de 1961, nos cafezais no município de Carmona, hoje Uíge; basta lembrarmos-nos do célebre poema de António Jacinto, "Mona N"gambé", magistralmente musicado por Rui Mingas. Obtida a independência nacional, o Estado Angolano, na altura, adoptou o ano de 1978 como "Ano da Agricultura"; dizia-se e repetia-se (e ainda se repete) que "Agricultura é a base e a Indústria o factor decisivo para o desenvolvimento de Angola".

Ora, assim sendo, não deixa de causar surpresa a nós, cujo sustento e crescimento se processou graças ao engenho e habilidade demonstrados por camponeses, que, hoje, suas terras, importante e insubstituível meio de produção, esteja a ser alvo da cobiça, do esbulho, violento, acompanhado, vezes sem conta, de armas de fogo, levando em alguns casos à morte de pobres camponeses que, indefesos, ousam lutar pela defesa dos seus direitos possessórios.

Os relatos de actos de desapossamento violento de terras de camponeses vão-se sucedendo às catadupas, sem que se conheça até hoje alguém que tivesse sido reprimido pelas práticas de tais actos, que, em condições normais, dariam lugar não só à responsabilização civil, mas também criminal. "Toda pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade" e, mais do que isso, "Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade" reza o art.º 17 da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Este instrumento legal é parte integrante do ordenamento jurídico angolano, atento ao que dispõe o art.º 26 da Constituição da República de Angola. Mais do que isso, rezava o n.º 4 do artigo 12 da Lei Constitucional de 1992 que "O Estado respeita e protege a posse dos camponeses...".

Houve quem tivesse lançado mão de acções possessórias socorrendo-se, para tanto do dispositivo constitucional acima mencionado. Todavia, atenta às alterações que se verificaram na cúpula do nosso ordenamento jurídico, hoje já não se encontra dispositivo legal com igual força; ou seja, na actual Constituição, ao contrário das anteriores leis magnas, não se faz qualquer referência aos direitos possessórios dos camponeses.

A própria Lei de Terras, que se encontra desactualizada à nossa realidade, não contém normas que, de forma clara, protejam os camponeses. O que não deixa de ser um atentado contra os interesses dessa classe social, por um lado, e, por outro, um paradoxo tendo em conta o discurso da classe dirigente que apregoa que "A agricultura é a base e a indústria o factor decisivo".

Noutros tempos, noutros diplomas, protegia-se a posse das terras cultivadas, com disposições de natureza penal, equiparando-se a entrada em terras cultivadas ao crime de introdução em casa alheia. Hoje, desconhece-se igual dispositivo legal, num País que, aquando da sua independência, 75% da sua população era camponesa. Deste modo, é chegado o momento para se convidar, não apenas as clássicas "entidades competentes" para olharem com mais sensibilidade para o drama social que se abate contra os camponeses.

Mas, mais do que isso, chamar a atenção dos meios de comunicação de massas, como as rádios, os jornais, os canais de televisão, de modo a dar-se a devida publicidade às sevícias por que passam os camponeses, pois sabe-se que "ninguém é suficientemente rico que não possa ser punido, nem ninguém é suficientemente pobre que não possa ser protegido".

7.6 Burocracia dificulta acesso à terra, fraca regulação abre caminho a lavagem de dinheiro

Jornal Expansão

27 De Fevereiro de 2023

Texto: Miguel Gomes

O parque imobiliário do País continua desvalorizado pelas dificuldades no acesso aos direitos fundiários, sendo que não existem estatísticas actualizadas sobre o número de títulos de propriedade e de direitos de superfície emitidos pelas instituições públicas. O registo de terrenos e imóveis é caro, extremamente burocrático e marcado pelo tráfico de influências. Também a ausência de um regulador para o sector abre caminho à prática de crimes graves.

Esta realidade coloca todos os agentes económicos (proprietários, compradores, intermediários e o próprio Estado) numa posição frágil. Como a maioria dos terrenos e imóveis não estão registados, os proprietários vivem debaixo de um clima de elevada insegurança jurídica, não podendo capitalizar o valor real de mercado das suas propriedades. Ao mesmo tempo, não podem hipotecar as suas propriedades e ter acesso ao crédito utilizando o imóvel como garantia.

Cenário parecido enfrentam os compradores, naturalmente amedrontados pela falta de dados fiáveis, burlas, negócios mal explicados e pior executados. Também o Estado perde biliões de kwanzas anualmente em impostos e na ausência de ordenamento do território, uma das consequências

mais visíveis da falta de um cadastro imobiliário actualizado.

Também a inoperância ao nível da legislação acaba por fomentar o pagamento de subornos a funcionários públicos e o tráfico de influências no seio da administração pública, sobretudo nos governos provinciais e administrações municipais. A ausência de um regulador específico para o sector imobiliário, que implemente uma base de dados dos imóveis e dos seus compradores, e mecanismos de segurança para o cumprimento das regras de transparência e das leis em vigor, abre portas definitivas ao branqueamento de capitais. Andrea Moreno, CEO da empresa PetroShore Compliance e especialista neste tema, considerou, em entrevista ao *Expansão* em 2021, que o sector imobiliário é "a grande lavandaria de dinheiro em Angola".

"Os notários, imobiliárias e os agentes imobiliários, casas de câmbio, seguradoras, quem comercializa carros de luxo, pedras preciosas, advogados, contabilistas, todos esses sujeitos têm as obrigações que derivam da lei, e que já vêm de 2011: obrigação de verificação do cliente, verificação da transacção, abster-se de fazer uma transacção que não enquadre e deveres de comunicação à Unidade de Informação Financeira (UIF)", disse Andrea Moreno. Para o advogado Luís Lunga, o País tem "muitos imóveis e poucos registos, mas parece que assim está bom para algumas pessoas".

"Não existe um balanço sobre quantos direitos de superfície foram concedidos, ou seja, temos uma evidente falta de informação sobre este tipo de procedimentos na administração pública. E depois os imóveis não registados servem para lavagem de dinheiro e branqueamento de capitais. Veja que o major Pedro Lussaty tinha 21 apartamentos não registados, isto teria levantado suspeitas se tivéssemos mecanismos de controlo", acredita Luís Lunga.

Problemas (e regulamentos) complexos para registo

O acesso à terra nos regimes democráticos e de direito é garantido pelas leis, que depois, em muitos casos, ainda precisam de regulamentação específica para serem aplicadas devidamente.

No caso das terras é necessário conjugar vários diplomas, a começar pela Constituição, passando pelo Código Civil (ainda do tempo colonial) e pela Lei de Terras (de 2004). Sobre o património imobiliário em posse do Estado desde a independência, por exemplo, ainda é preciso consultar os diplomas que regularam a sua nacionalização, em 1976, e a abertura à privatização (consagrada em 1991).

A Constituição, no artigo 15.º, afirma que "a terra constitui propriedade originária do Estado, pode ser transmitida para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e efectivo aproveitamento".

O advogado Eugénio Salessu Ribeiro da Silva, na sua tese de mestrado intitulada "Do direito de superfície em Angola: seu regime à luz do código civil e da lei de terras" (Universidade de Coimbra, Portugal, 2015), sublinha que qualquer regime da terra submete "as terras a várias classificações e subclassificações, as quais se baseiam em critérios essenciais como os de 'localização' (terras rurais e terras urbanas), do 'bem patrimonial dominante' (prédios rústicos e urbanos), da 'situação legal' (terrenos livres e ocupados)".

Neste contexto, o direito de superfície ganha ainda mais preponderância, sendo actualmente o mecanismo mais procurado para que os cidadãos e as empresas possam exercer os seus direitos fundiários. Só que, como refere o advogado Luís Lunga, "uma das coisas mais difíceis de obter é o direito de superfície".

Também Eugénio Salessu reconhece que aquela modalidade é a que está mais divulgada em Angola e a "que mais problemas têm acarretado".

As confusões, segundo Eugénio Salessu, começam com a falta de "clarificação das competências dos órgãos incumbidos da tramitação processual" e a insuficiente classificação feita entre terrenos urbanos, suburbanos e rurais.

O especialista também defende que o legislador deve "facilitar o processo de aquisição de direitos fundiários", uma vez que classifica o actual modelo como "muito complexo", originando diferentes "interpretações dentro do mesmo órgão e por parte de alguns tribunais, e diferentes tipos de títulos fundiários".

"Apesar do regulamento prever apenas um título para todos os direitos fundiários, as várias administrações emitem diferentes títulos, muitos dos quais em contravenção com normas imperativas", considera Eugénio Salessu na sua tese de mestrado, onde deixa mais sugestões ao nível dos prazos estipulados e capacitação dos recursos humanos nos órgãos responsáveis, entre outras.

Por sua vez, a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) defende o surgimento de um Balcão Único do Imóvel (BUI) para todos os actos praticados no sector imobiliário.

A ideia vem expressa em resposta a um ofício do Banco Nacional de Angola (BNA) sobre "estrangulamentos existentes na produção dos empreendimentos imobiliários".

No documento, datado de 3 de Abril de 2022, a APIMA alerta que algumas das propostas dependem somente de "mudança administrativa, outras de mudança legislativa". Os desgastantes prazos de emissão dos títulos de direito de superfície estão no cume dos estrangulamentos, seguindo-se a inscrição dos projectos na Conservatória do Registo Predial, onde existem dois procedimentos distintos (para os condomínios horizontais e outro para os edifícios).

A APIMA defende que estas questões devem passar a ser tratadas por via electrónica até como forma de introduzir mais rapidez. Entre o conjunto de constrangimentos assinalados pela APIMA, salta à vista o custo das licenças e as suas renovações, que é "elevadíssimo", na opinião da associação. Como solução, sugere a possibilidade de efectuar o registo de terras de até 5.000 metros quadrados (incluiria 90% dos casos, segundo a APIMA) com um valor fixo de 250 Kz/metro, o que colocaria um imóvel de 200 metros quadrados a pagar 50.000 Kz pela emissão do respectivo direito de superfície, por exemplo.

"As conservatórias do registo predial são uma espécie de banco dos imóveis e sem isso a economia entra em colapso", defende Luís Lunga. "Sem registos os bancos não conseguem dar crédito e quando dão são mal concedidos. Sem crédito não há economia", assinala o advogado.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Município do Belas regista melhorias em vários sectores

Jornal de Angola
3 De Fevereiro de 2023

A execução do Projecto Água do Bita vai permitir levar o produto a toda extensão do município de Belas, dentro dos próximos três anos, anunciou o administrador Miguel Silva de Almeida.

Explicou que o projecto, já em curso, faz parte de um reforço financeiro conjunto entre o Ministério da Energia e Águas, Banco Mundial e o Sindicato Bancário Internacional, avaliado em mais de mil milhões de dólares.

O sistema de tratamento e adução do Bita vai dispor de uma capacidade nominal de 250 mil metros cúbicos de água por dia, devendo contar com uma estação de tratamento, redes adutoras e de distribuição.

A captação da água vai ser feita a partir do rio Kwanza, com a construção de uma conduta de 1.600 milímetros, com seis quilómetros de extensão.

Uma vez concluído, a previsão é para atendimento a um universo de 2,5 milhões de habitantes.

O administrador municipal de Belas garantiu que "o projecto foi criado com alguma solidez, por isso, tem todas as condições para resolver o problema da água" naquela parcela da província de Luanda.

Além do projecto de água, Miguel Silva de Almeida avançou que estão, ainda, previstas outras acções, no quadro do Programa de Combate à Pobreza, tendo realçado actividades direccionadas para as vias de comunicação, melhoria do sector da Saúde, iluminação pública e requalificação dos bairros.

No que diz respeito ao Combate à Pobreza, o administrador explicou que as famílias, cujos hábitos têm a ver com a criação de animais e actividade pesqueira vão merecer maior atenção. Essas vão beneficiar de incentivos, para produzirem cada vez mais, melhorarem a renda e alcançarem maior qualidade de vida.

Quanto às vias rodoviárias, avançou que a Administração de Belas está empenhada, e com ajuda do Governo Provincial, na melhoria da circulação. Aliás, Miguel Silva de Almeida referiu que "as estradas são das principais prioridades da instituição".

O gestor principal do Belas disse que é necessário construir novas estruturas rodoviárias na região. No entanto, Miguel Silva de Almeida enumerou, por exemplo, as estradas 23 de Março e Uahenga Xitu, nos distritos do Morro dos Veados e de Cabolombo, respectivamente, que vão ligar a Via Expressa ao interior do município.

O administrador salientou que a Administração está virada a atenção nas questões que ajudem no crescimento do município, na sustentabilidade das famílias e melhorar o sector económico.

Por isso, um conjunto de actividades vão ser desenvolvidas a partir deste ano, no quadro do Plano de Acção da Administração, e contribuir na melhoria da qualidade de vida dos cerca de 700 mil habitantes da região, considerada a quarta mais populosa da capital do país, depois de Luanda, Viana e Cacuaco.

Miguel Silva de Almeida disse que o referido plano está à espera da aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para este ano, que se encontra em discussão na Assembleia Nacional

8.2 Gabinete do Ambiente prepara aterro sanitário

Jornal de Angola
5 De Fevereiro de 2023
Texto: Flávia Massua

O Gabinete do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários da Lunda-Sul está a trabalhar na limpeza de um espaço, de cinco hectares, para construção de um aterro sanitário para a cidade de Saurimo, informou, ontem, o director da instituição.

Sob a égide do ministério de tutela, Carlos Ferreira disse que o espaço está localizado em Camundambala, junto da vala de depósito de lixo a céu aberto, que representa, para o director, "um verdadeiro atentado à saúde pública, visto que existem bairros na vizinhança".

Por ocasião da Semana do Ambiente, o director do Gabinete do Ambiente considerou como principais problemas a falta de uma política coesa de gestão integrada de resíduos, drenagem dos esgotos e saneamento básico.

Para o ambientalista, é fundamental ainda a tomada de consciência da população, como forma de minimizar os efeitos colaterais da "má utilização do meio ambiente".

"Cada cidadão deve apostar na utilização de padrões mundiais de preservação da natureza. Com

consciência, podemos garantir saúde ambiental para todos”, reforçou Carlos Ferreira.

8.3 Sistema de água no Bengo é implementado em Março

Jornal de Angola

6 De Fevereiro de 2023

Texto: Alfredo Ferreira

Os primeiros ensaios do novo sistema de captação e distribuição de água à cidade de Caxito e arredores têm início no próximo mês, anunciou o secretário de Estado das Águas.

Manuel Quintino garantiu que a construção das estruturas físicas, iniciadas no primeiro trimestre do ano passado, está perto de 95 por cento.

O secretário de Estado sublinhou que, com a entrada em funcionamento deste novo sistema de captação e distribuição, o fornecimento da água à cidade de Caxito e arredores vai duplicar dos actuais 256 metros cúbicos/horas para mais de 500 metros cúbicos/horas.

Da mesma forma, as EPAS que operam em Caxito e na localidade de Porto Kipiri vão passar das seis mil ligações domiciliárias para dez mil quando entrarem em pleno funcionamento a partir de Setembro deste ano. Apontou como principais constrangimentos no abastecimento regular da água à insuficiência das ligações domiciliárias e problema de urbanização em alguns bairros de Caxito.

Afirmou que o problema da água na cidade de Caxito e arredores só vai ser superado com a construção e equipamento de um novo sistema de captação em terra. No caso do sistema de captação e ETA do Porto Kipiri, disse que se notou que, ao invés de produzir os dez metros cúbicos/horas, neste momento, está apenas em dois metros cúbicos, em função do rendimento das máquinas, o que é insuficiente para aquela povoação.

Sobre o centro de distribuição da localidade da Açucareira, fez saber que há necessidade do reforço, em termos de volume de água e capacidade de bombagem, passando pela extensão da conduta de 350 milímetros, num percurso de mais de três quilómetros.

Dívida dos consumidores

O presidente do Conselho de Administração da Empresa Provincial de Águas e Saneamento do Bengo, Carlos João, afirmou que, nos últimos cinco anos, existe uma dívida considerável dos clientes para

com a EPAS/Bengo, avaliada em mais de 170 milhões de kwanzas, o que tem dificultado o funcionamento normal da empresa.

“Temos uma equipa de mobilização social, que, diariamente, está no terreno para sensibilizar e mentalizar os clientes, no sentido de criarem uma cultura de pagamento de água”, disse. Quanto ao fornecimento de água à cidade de Caxito e arredores, Carlos João clarificou que o problema só fica ultrapassado com a entrada em funcionamento da nova ETA do Dande.

O novo sistema vai fornecer, também, água à zona do Bukula, Hospital Geral e reforçar os arredores da cidade de Caxito, através das quatro mil novas ligações domiciliárias que estão a ser construídas.

Modernização da captação

O vice-governador provincial para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Edson da Cruz, considerou que a visita do secretário de Estado das Águas permitiu encontrar as vias para solucionar o problema do fornecimento de água à cidade de Caxito e arredores.

Salientou, que a falta de investimento tem sido o principal constrangimento para o abastecimento de água, sublinhando que a capital da província (Caxito) tem necessidade de modernizar o sistema de captação das Mabubas e aumentar a sua capacidade devido ao crescimento populacional que regista

“O Governo do Bengo está a trabalhar no sentido de cobrir as zonas cinzentas existentes sem água, sublinhando que a segunda fase das infra-estruturas integradas de Caxito contempla grande parte dos bairros de Caxito, com excepção do Sassa Povoação.

8.4 Governo Provincial de Luanda prioriza drenagem no Cazenga

Jornal de Angola

8 De Fevereiro de 2023

Texto: Alberto Quiluta

O governador de Luanda, Manuel Homem, garantiu, terça-feira, em Luanda, que os programas de intervenção vão melhorar parte das infra-estruturas de micro e macro drenagem no município do Cazenga.

Numa visita ao município do Cazenga, o governante lembrou que apesar dos atrasos na execução de alguns projectos, o Governo Provincial de Luanda (GPL) não vai inviabilizar os esforços desenvolvidos pela administração local. A realização dos projectos básicos e sociais dos municípios, assegurou, com

destaque aos ligados à Educação e à Saúde, assim como as vias de comunicação, está entre os projectos do GPL, para os próximos anos.

"É um balanço positivo que fizemos do município do Cazenga, tendo em conta os projectos preparados dentro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e de Combate à Pobreza e a Responsabilidade Social", referiu. O GPL, explicou, com a anuência do Ministério das Finanças, substituiu o primeiro empreiteiro que esteve a trabalhar na 7ª Avenida. "Dentro de um mês, as obras retomam o curso normal. Há um programa de reabilitação de estradas, cujo destaque são as vias secundárias e terciárias do município. A 7ª Avenida é um projecto feito com verbas do PIIM e já vai retomar".

Manuel Homem adiantou que existem outros desafios no município e estão também em desenvolvimento vários projectos na capital, com destaque o da 7ª Avenida. "O programa continua e mais ruas estão planificadas numa segunda fase do PIIM. A meta é reestruturar a maioria das vias do Cazenga, com especial atenção para a macro e micro drenagem", disse.

Inaugurações

Durante a visita, o governador Manuel Homem fez o descerramento das placas das ruas de Cassange e a travessa do Cazenga. Em seguida fez a leitura da toponímia do bairro Cariango e a inauguração da Escola Primária N° 3.025, em homenagem à antiga delegada municipal da Educação do Cazenga, Futura Josefina dos Santos.

A Escola N° 3.025, no distrito urbano do Tala-Hady, conta com sete salas de aula e custou 90 milhões de kwanzas, dentro do Programa de Combate à Pobreza e responsabilidade Social. A instituição de ensino primário vai leccionar da iniciação à 6ª classe e tem a capacidade para albergar 504 alunos, em dois turnos.

A outra instituição inaugurada, o Complexo Escolar N° 3.003, do I Ciclo do Ensino Secundário, construído de raiz, conta com 12 salas de aula e pode acolher mais de 1.200 alunos, nos dois turnos. A infra-estrutura tem o nome do antigo guerrilheiro Raúl Agostinho Deão e custou aos cofres do Estado mais de 219 milhões de kwanzas, do orçamento do PIIM no Cazenga.

O administrador municipal do Cazenga, Tomás Bica, disse que a circunscrição tem 26 projectos, no quadro do PIIM, dos quais 12 são voltados ao sector da Educação.

O administrador pediu aos pais e encarregados de educação, assim como aos estudantes, para procurarem preservar as referidas infra-estruturas.

Os alunos das escolas mostraram, numa mensagem ao governador provincial, que estão satisfeitos pela qualidade das obras, em especial com o complexo escolar que antes era um aviário e hoje é dos complexos escolares de referência do distrito do Hoji-ya-Henda.

8.5 Um total de 17 mil famílias beneficia de água potável

Jornal de Angola

11 De Fevereiro de 2023

Texto: Estanislau Costa

A Primeira-Dama da República, Ana Dias Lourenço, inaugurou, ontem, na comuna do Toco, cidade do Lubango (Huíla), dois fontenários para distribuição de água potável, que vão beneficiar 17 mil famílias.

Os dois fontenários foram reabilitados, depois de terem sido vandalizados por indivíduos ainda não identificados. A disposição dos sistemas de distribuição domiciliar de água é uma iniciativa da Fundação Ngana Zenza, sob liderança de Ana Dias Lourenço, que mereceu o reconhecimento dos membros da comunidade, pelo facto de manter água potável mais próximo dos cidadãos e contribuir para a prevenção de doenças.

A patrona da Fundação Ngana Zenza, Ana Dias Lourenço, apelou aos membros da comunidade do Toco a serem partícipes nas acções implementadas na comuna, de modo a tornar o projecto cada vez mais inclusivo.

"Os membros da comunidade do Toco vão passar a decidir sobre o que tem de ser feito para o bem-estar da população, através de um trabalho de auscultação, para definir as prioridades que correspondam aos anseios das famílias", disse.

Segundo a Primeira-Dama, o projecto corresponde a duas fases, a primeira vai abranger cinco aldeias e a segunda para outras localidades.

Ana Dias Lourenço assegurou prestar atenção especial às crianças, para garantir melhores condições alimentares e escolares, de modo a proporcionar uma formação condigna. Prometeu que no futuro as mães já não vão precisar levar as crianças quando forem vender ao mercado, porque serão criados espaços apropriados para cuidar delas.

Em relação à situação dos jovens, a patrona da Fundação Ngana Zenza reconheceu que muitos vão em zonas urbanas à procura de novas oportunidades. "Vamos desenvolver acções de formação, para que sejam os jovens do Toco a fazer manutenção dos equipamentos públicos", realçou.

Para tal, revelou, os parceiros da Fundação vão transmitir conhecimentos e experiências aos jovens, para que cada um deles se dedique à construção das infra-estruturas da comunidade, concretamente, com a montagem dos sistemas de abastecimento de água, distribuição de energia eléctrica e outros bens essenciais.

O Programa de Desenvolvimento Integrado Comunitário (PDIC) do Toco, promovido pela Fundação Ngana Zenza, prevê também a promoção de cursos de artes e ofícios, alfabetização, culinária, corte e costura, tendo como foco principal as jovens mulheres sem ocupação.

Comunidade agradece

O pároco da Igreja da Mamã Muxima do Toco, padre Américo Gomes, agradeceu o gesto da Fundação, sublinhando que "a partir de agora as mulheres e crianças têm água mais próximo de casa", deixando para trás o sacrifício de percorrer longas distâncias para acarretar o líquido.

O padre Américo Gomes realçou também a entrega de 10 toneladas de sementes em cereais diversos, com realce para o milho, por assegurar o fomento da produção agrícola em grandes espaços, sobretudo, dos agricultores que não tinham ainda desbravado as terras por falta de insumos.

O responsável da Cooperativa Agro-pecuária Boavida, Aurélio Calongo, após enaltecer o gesto da patrona da Fundação Ngana Zenza, Ana Dias Lourenço, revelou que 200 produtores filiados não tinham ainda lavrado as terras por falta de recursos para aquisição de sementes no mercado.

"A nossa cooperativa explora mais de 300 hectares, sendo 200 nas zonas de sequeiro e 100 junto aos riachos, onde as colheitas de hortaliças e grãos atingiam, anualmente, 70 toneladas, mas a ausência de chuvas e carência de sementes fez reduzir substancialmente a produção", disse.

Aurélio Calongo realçou que a actual regularidade das chuvas tem estimulado a produção de dezenas de produtores do Toco e de outros pontos da província. "Garantimos à Primeira-Dama que quando regressar à Huíla vai encontrar os nossos celeiros cheios", prometeu Aurélio Calongo.

8.6 “Tratamento das águas residuais é vital para preservar o mar e as espécies”

Jornal de Angola

13 Fevereiro de 2023

O tratamento das águas residuais antes de serem escoadas para o mar, podendo contaminar os oceanos, deve constar entre as prioridades para a preservação das espécies marinhas, defendeu uma cientista angolana que integra o grupo de investigadores que iniciou, ontem, uma jornada de pesquisa no mar angolano.

Sónia Bento integra o grupo formado por dez cientistas angolanos, três namibianos e dois noruegueses que vão pesquisar a qualidade das águas e o modo de vida das espécies marinhas, segundo a notícia veiculada pela Rádio Nacional de Angola (RNA).

A investigadora angolana, citada pela RNA, disse que a "realidade marinha", nos últimos tempos, relacionada à drenagem das águas residuais e à presença de plásticos, "atingiu contornos alarmantes".

"Temos que cuidar mais do nosso mar e melhorar a qualidade da água, principalmente as residuais que vão directamente para o mar sem tratamento prévio e temos também a questão dos plásticos. Temos notado que o nosso mar tem realmente uma grande quantidade de plásticos e esses micro plásticos, muitas vezes, são confundidos como alimentos pelos peixes, baleias e outros seres marinhos. Ao ingerirem plásticos acabam por morrer".

A cientista Sónia Bento, produto das universidades nacionais, explica que a sua missão na investigação está ligada à vertente pesqueira e oceanográfica, tendo afirmado que "estou na área de plante, isso é de organismos que só são observados com uma lupa ou com microscópio".

Não é a primeira vez que a jovem cientista se faz ao mar em missão de serviço. Nas últimas vezes que o fez, o cenário encontrado nas águas azuis, disse, não foi animador, tendo deixado apelo para melhor cuidado e tratamento de tudo que é depositado no mar.

Miguel André, que estuda Gestão de Recursos Marinhos na República de Cuba e em Portugal e que está na casa dos 40 anos, integra, igualmente, o grupo de cientistas que começou, ontem, a estudar os ecossistemas do mar angolano.

O investigador disse que está preparado para a expedição, que considera um verdadeiro desafio pessoal e de grupo.

"É um grande desafio. Isso vai permitir um vasto levantamento em termos de recursos marinhos relativamente a algumas espécies que vivem dos 200 aos mil metros de profundidade e aí termos a avaliação dos pequenos plasmos que vivem dos zero até aos 200 metros, que são os carapaus e as sardinhas", afirmou o investigador.

O grupo termina a missão no dia 24 do mês em curso, num itinerário que começa na foz do rio Zaire e termina na foz do rio Cunene, numa distância de mais de mil e quinhentos quilómetros.

Dentro de 40 dias, o Ministério das Pescas e Recursos Marinhos terá as melhores informações do ecossistema do mar angolano, fruto de uma investigação que começou com recurso a um navio especializado de origem norueguesa.

8.7 Governador de Luanda quer melhorias nos serviços de saneamento básico

Jornal de Angola

18 De Fevereiro de 2023

Texto: Pedro Bica

O governador de Luanda, Manuel Homem, defendeu, ontem, a manutenção urgente das infra-estruturas e serviços relacionados ao saneamento básico do município de Icolo e Bengo.

Manuel Homem destacou, no final de uma jornada de trabalho na localidade, que as actuais infra-estruturas de drenagem não funcionam plenamente, devido ao terreno argiloso.

A par disso, adiantou, estão em curso a nível da municipalidade, trabalhos de terraplanagem das vias secundárias e terciárias, que vão ligar a sede do município às duas comunas e os cinco distritos. "No quadro da requalificação das vias secundárias e terciárias, há um programa que visa dar maior conforto à movimentação dos automobilistas, que usam as estradas do município", disse.

A nível das acções do Governo Provincial de Luanda, assegurou, a região de Icolo e Bengo possui vários projectos em carteira, para dar continuidade e dignidade às famílias. Um dos programas, explicou, é o "Cimento, Tijolo e Tinta", de carácter municipal, cuja recepção tem sido bastante positiva e consta das acções do plano estratégico para os demais

municípios. "No caso concreto de Icolo e Bengo, este programa actua sobre o cariz social e é suportado com a parceria do empresariado local e a voluntariedade dos jovens do município", disse.

O projecto

Desde a criação do projecto até ao momento, a iniciativa permitiu ao município beneficiar em termos de pintura, trabalhos de recuperação, reparação e com a construção de um total de 20 residências, a nível do município de Icolo e Bengo.

O governador Manuel Homem lembrou que as acções realizadas pela administração municipal são de um cariz social e humano. "O material que estamos a usar para a realização da iniciativa é todo do sector privado. Por isso, é gratificante sentir e viver a alegria das famílias beneficiadas", disse.

O plano director municipal, recordou, é um dos instrumentos que a administração local deve tratar com o objectivo de garantir e assegurar o desenvolvimento que tanto se almeja.

Em carteira

Durante a estadia em Icolo e Bengo, Manuel Homem procedeu ao lançamento da primeira pedra para a construção de uma escola de sete salas de aula e um posto de saúde, no bairro Camizango e no Distrito da Bela Vista, Km 44.

O município de Icolo e Bengo tem uma população de 126.935 habitantes.

8.8 Instituto Regulador de Electricidade e Água aposta na expansão de serviços

Jornal de Angola

22 De Fevereiro de 2023

Texto: Alberto Quiluta

A construção de redes de distribuição está entre as principais metas para os próximos anos, anunciou, em entrevista ao Jornal de Angola, o presidente do Conselho de Administração da IRSEA, Luís Mourão Garcês da Silva, para quem a acção é fundamental no fornecimento de energia e água em zonas peri-urbanas e rurais

Luís da Silva, presidente do Conselho de Administração do IRSEA © Fotografia por: Agostinho Narciso | Edições Novembro

Actualmente, segundo o entrevistado, o IRSEA criou um programa de expansão de serviços até as sedes de

todos os municípios do país, através da gestão de pequenos sistemas isolados de distribuição

Que avaliação faz do actual sistema de distribuição de energia eléctrica do país?

Hoje, podemos afirmar, com segurança, que se encontra no bom caminho para a satisfação das necessidades da população, com destaque no campo da geração de energia, cuja capacidade instalada no Sistema Norte oferece condições para corresponder à demanda. Outro ganho deste serviço é a interligação dos sistemas que permite a distribuição de energia eléctrica de forma eficiente para as províncias do Zaire, Bengo, Malanje, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Uíge, Benguela, Huambo, Bié e Luanda.

Qual a prioridade?

A prioridade nesta área é a interligação eficaz dos sistemas Centro, Sul e Norte ao Leste, para facilitar o escoamento da produção concentrada do sistema Norte proveniente, colhido das grandes centrais hidroeléctricas do médio Kwanza e as centrais Fotovoltaicas, em operação no município da Baía Farta e Biópio.

Com os sistemas actuais em funcionamento, já temos uma distribuição condigna?

Apesar dos ganhos, continuamos com algum défice no segmento da distribuição, que se reflecte na taxa de electrificação, hoje em cerca de 43 por cento, que representa mais de 50 por cento da população angolana sem acesso à energia eléctrica, em especial os residentes nas zonas peri-urbanas e rurais situação a ser resolvida com a expansão e a construção de novas redes de distribuição, com base no Programa de Expansão do Acesso à energia eléctrica, com o qual vai ser possível levar a distribuição de energia eléctrica até à sede dos municípios, por meio da gestão de pequenos sistemas de distribuição isolados.

Quando fica pronto o processo ?

No domínio da garantia de fornecimento de energia eléctrica à população, o objectivo é atingir, até 2025, uma taxa de electrificação de 60 por cento, o que consideramos possível, tendo em atenção os projectos estruturantes em carteira e em execução.

Como tem feito o IRSEA a regulação do sector?

A acção reguladora enquadra-se nos padrões das competências e atribuições da entidade, agrupando-se em quatro pilares, nomeadamente o normativo, com a função de preparar e elaborar regulamentos, assim como normas e instrutivos, e o de fiscalizador, que verifica o cumprimento das Leis, regulamentos e

normas. Há outros lados, um sancionatório, ligado à aplicação de sanções e penalizações, e um de arbitragem, para mediação e resolução de conflitos entre os agentes ou actores intervenientes nas actividades do Sector de Energia e Águas.

Há uma linha de actuação específica?

Em termos de linhas de orientação, o Regulador orienta-se para garantir e assegurar a protecção dos interesses do consumidor em relação a preços/tarifas, serviços e qualidade do fornecimento de electricidade e do abastecimento de água que se consubstancia no estabelecimento de procedimentos e metodologias, o que tem sido realizado com a elaboração de regulamentos, normas e instrutivos e na intervenção para resolução de situações não regulares na prestação de serviços que possam lesar os consumidores.

Quais têm sido as principais dificuldades no domínio da energia?

No domínio da Energia, mais especificamente no sector de electricidade, temos inúmeras dificuldades que se consubstanciam no não cumprimento, ou cumprimento parcial, das metas que são estabelecidas com base nos Planos de Acção do Sector ou das estratégias definidas como fundamentais para o funcionamento eficiente do sector e concorram para o abastecimento de energia a toda a população, bem como na prestação de um serviço de qualidade, dificuldades estas que grande parte delas têm a ver com o próprio contexto económico que acaba por impactar negativamente à sustentabilidade económica/financeira das empresas do sector e da capacitação dos quadros e técnicos angolanos.

Qual ponto mais problemático no domínio da energia?

Atrevo-me a especificar uma grande dificuldade, que pode não ser para alguns. É a problemática da ineficiência do processo de medição, facturação e cobrança de energia eléctrica, que começa com a não instalação e operacionalidade de medidores em mais de 60 por cento dos clientes registados pela Empresa Distribuidora, por falta de investimento ou financiamento. A falta de medidores acaba por impactar à elevadas perdas técnicas e comerciais avaliadas num total de 40 por cento na cadeia de valores dos segmentos, desde a produção à distribuição e à comercialização.

A aposta na energia fotovoltaica é uma garantia estável para o país?

Sem ironia, podemos dizer que somos abençoados pela natureza, pois conseguimos obter um

aproveitamento em média de sete a oito horas por dia, em toda a extensão territorial do país, o que é excelente para a geração de energia eléctrica. Não nos podemos esquecer do potencial hidroeléctrico que é também uma fonte renovável e se completa com a utilização das fontes solares. Por isso é uma aposta estável já instalada e em operação no país.

Quais outros projectos para cobrir o país todo?

Estão em construção outros parques solares dispersos pelas regiões Norte, Centro, Sul e Leste do País, com destaque na electrificação de 125 localidades dispersas nas regiões do Sul e Leste, algumas beneficiadas com a instalação de baterias para o armazenamento e entrega de energia eléctrica durante o período nocturno

Que regiões são abrangidas por este serviço?

Não queria deixar de referir que no quadro das concessões com investimento privado foram outorgadas duas concessões para a construção e operação de Centrais Solares, nas localidades do Caraculo, no Namibe, e Quilemba, na Huíla, com capacidades de 50 e 80 MWp, com grande impacto na redução de combustível das fontes térmicas em utilização nestas duas províncias. Além dessas, encontram-se em carteira e em fase de negociação outros investimentos para construção e operação de Centrais Solares, a incidir na região Sul do país.

Quais são os próximos passos neste sector?

No quadro dos projectos estruturantes é fundamental a interligação dos sistemas de modo a permitir que a capacidade a instalar de fonte solar possa ser injectada na rede nacional para melhor aproveitamento das potências instaladas dispersas pelo País.

Quanto às energias renováveis, quais outras podem ser aplicadas no país?

Além da fonte Solar, que já é uma realidade no país, pudemos também contar com as mini-hídricas em determinadas localidades. Uma delas são as fontes eólicas, um recurso favorável na zona Sul do país, mas concretamente no Namibe.

Quais os passos já dados para a implementação?

Uma delas é o investimento privado. O país está aberto à entrada de empresários privados no sector das actividades de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica, por isso, foram feitos alguns estudos para a determinação da utilização deste tipo de tecnologias no país, bem como em relação às previsões da capacidade a instalar

para definição do volume de investimento a realizar, como forma de divulgar às potencialidades que tem despertado interesse à comunidade empresarial nacional e internacional.

Que avaliação se pode fazer do Sector das Águas?

Nos últimos anos, o Sector das Águas tem vindo a crescer, assumindo-se em termos de políticas e planos estratégicos, com inúmeros compromissos importantes, para garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento básico para todos, com base no sexto objectivo da Agenda 2030 das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Actualmente, a nível do sector, Angola dispõe de um enquadramento institucional próprio tanto a nível da administração directa, indirecta e periférica do Estado, destacando-se a criação de 18 empresas públicas de água e saneamento, uma em cada província.

Como actuam essas empresas e que avaliação faz de alguma delas?

Como ponto crítico do sector destaca-se a evolução da situação financeira das Entidades Gestoras, que é bastante desigual. Algumas operam com limitações sérias em termos de recursos financeiros para despesas correntes, enquanto outras tendem a apresentar, esporadicamente, excedentes operacionais marginais. No entanto, de forma geral, é preciso evidenciar a necessidade de investimentos estruturantes relacionados, por exemplo, com a necessidade da expansão e reabilitação das redes de distribuição, assim como a adequação do capital humano existente.

Com estas empresas, o serviço prestado à população é de qualidade?

A maioria das Entidades Gestoras apenas disponibiliza os serviços de água e saneamento a nível dos municípios centrais, nas respectivas províncias, de forma que uma parte considerável da população dos outros municípios não têm acesso a estes mesmos serviços com qualidade. Vale recordar que as Entidades Gestoras têm um estatuto de empresas públicas provinciais, de forma que é obrigação pública levar estes mesmos serviços a todos os habitantes. Sabe-se, no entanto, que este nível de abrangência só é alcançado com robustos investimentos em infra-estruturas e capital humano.

Sendo empresas públicas, qual é o papel do Estado?

Há, ainda, hoje uma ligeira dependência das Entidades Gestoras a subvenções do Estado, via órgão central ou locais. Mas, pretende-se eliminar esta prática com a implementação de uma política

tarifária eficiente e realista, de forma a assegurar que as Entidades Gestoras sejam sustentáveis e economicamente viáveis.

Qual é o próximo passo para materializar este objectivo?

Antes de tudo, urge adequar as tarifas praticadas de forma a reflectir as reais necessidades de investimentos e manutenção em cada Entidade Gestora, bem como a definição de uma política clara do Estado para a protecção dos agregados familiares mais vulneráveis. Neste contexto, o papel do Regulador é essencial, tendo em consideração, a competência na aprovação das tarifas e receita anual requerida para os serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais para, assim, garantir a protecção dos consumidores em relação a preços, serviços e qualidade do fornecimento. É uma forma de garantir o equilíbrio económico-financeiro das Entidades Gestoras, no âmbito de uma gestão adequada e eficiente.

A gestão do IRSEA inclui as águas residuais?

Em termos estatutários é também uma das atribuições do Instituto Regulador. É uma das actividades exercidas ainda de forma ténue, mas que se espera alavancar com o recurso à assistência especializada ao IRSEA, elencando o desenvolvimento de facto da actividade pelas Entidades Gestoras de Água.

A distribuição e o controlo da qualidade das águas ainda é um problema. Como tem agido o órgão regulador para inverter este quadro?

Não estaríamos a ser sinceros se afirmássemos que não há problemas na distribuição e no controlo da qualidade da água, pois eles existem. É atribuição da Entidade Reguladora desenvolver acções que visem contribuir para a melhoria da capacitação técnica das entidades gestoras, no sentido de gradualmente colmatar as dificuldades, utilizando os meios que se revelem adequados à garantia do interesse público e da legalidade. A acção da instituição incide, sobretudo, no estabelecimento de regulamentos e recomendações com o objectivo de definir regras e critérios, que têm de ser observadas pelas Entidades Gestoras e pelos indicadores de desempenho a serem seguidos de forma a podermos fiscalizar o controlo da qualidade da água e do serviço prestado.

Quais as políticas imediatas para alavancar este domínio?

Desde a aprovação, em 2002, da Lei de Águas, foram elaborados um conjunto de Programas e Planos de Acção Estratégico do Sector com indicação das

políticas, metas e acções a desenvolver, visando à operacionalização do sector com o foco na realização de investimentos de curto e médio prazos para se mitigar a incipiente cobertura das redes existentes.

Quais programas já estão em carteira?

Dos programas gizados, destaca-se a construção de novas captações e a reabilitação e expansão das redes de abastecimento e de pontos de água com abrangência em todas as províncias do país, definindo-se no último Plano de Acção do Sector 2018-2022. O objectivo é aumentar a cobertura actual do serviço nas áreas rurais e urbana, com taxas acima dos 80 por cento. É uma meta que podemos alcançar com investimento preconizado, o que tem ocorrido com a operacionalidade das empresas criadas e com o apoio de instituições internacionais em programas de assistência técnica.

Qual é o actual estado da instituição?

Como Instituição da Administração Indirecta do Estado, somos um Instituto Público que se rege pela legislação da Administração Pública que pela especificidade da actividade reguladora esta dependência administrativa acaba por não ser salutar ao desenvolvimento estável e equilibrado na actuação com o foco principal na regulação económica e legal. Actualmente, com a aprovação da Lei de Bases das Entidades administrativas Independentes, está a ser preparado o processo de transformação do IRSEA em entidade Independente, deixando de ter a natureza de instituto público, o que permitirá assegurar a funcionalidade dos serviços com rigor técnico e profissional, assim como a neutralidade e a isenção da actividade administrativa.

A mudança é fundamental?

Não é demais referir que pelas limitações impostas pela legislação da administração pública que vai desde o recrutamento ou admissão de especialistas, estrutura organizacional e remuneração dos quadros impactam com relevância no desenvolvimento das actividades, tornando a actuação bastante limitada, por isso, precisamos desta mudança de paradigma para agirmos no âmbito da especialidade como regulador de carácter distinto.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Jovem detido por matar e carbonizar um cidadão por causa de terreno

Jornal o País

24 De Fevereiro de 2023

U capitão das Forças Armadas Angolanas (FAA) está a ser acusado de matar, a tiro, um cidadão na aldeia de Boa Esperança, município do Chitembo, província do Bié, por causa de litígio por causa de um terreno.

O porta-voz do Serviço de Investigação Criminal (SIC) no Bié, Simão Lucas Londaca, disse que o crime aconteceu no fim-de-semana passado, quando a vítima, que se encontrava numa cabana na sua lavra, juntamente com a sua esposa, foi alvejado com quatro tiros de arma de fogo do tipo AKM.

O oficial de investigação afirmou, em declarações à Angop, que depois dos disparos, que atingiram a região peitoral, o acusado ainda carbonizou o corpo, na tentativa de despistar as investigações.

A esposa do malgrado também foi atingida nos dois membros superiores. A mesma recebe cuidados médicos no hospital municipal do Chitembo.

Simão Lucas Londaca informou que a vítima reclamava uma parcela de terra agrícola que havia comprado do oficial da FAA por 350 mil kwanzas, bem esse que foi vendido, igualmente, a uma segunda pessoa. O acusado encontra-se foragido.

10. AMBIENTE

10.1 Chuvas destroem dezenas de casas no Lubango

Jornal de Angola

2 De Fevereiro de 2023

Texto: Estanislau Costa

Mais de 30 casas construídos com blocos de adobe, nos bairros A Luta Continua, Mitcha, Kanguinda e Ferrovia, arredores da cidade do Lubango, desabaram em consequência das enxurradas que se abatem com frequência em alguns pontos da província da Huíla.

Na ronda efectuada pelo Jornal de Angola, nas zonas tidas como de risco das terras da Chela, constatou-se que a maioria das casas se encontrava em zonas de drenagem da água, sendo grande parte das referidas construções baseada em material que não suporta a pressão da corrente de água.

O engenheiro de Construção Civil, Agostinho Amaro, aconselhou as famílias que ergueram as suas moradias em áreas impróprias a abandonarem com "urgência os imóveis, sobretudo os que se encontram no declínio das montanhas, passagem de quantidades consideráveis de água e áreas propensas à lama".

Segundo o engenheiro, a cidade possui vários rios intermitentes com realce para o Mukufi, Capitão, Caculuar onde, em várias margens do seu curso, um número considerável de famílias construiu as casas de adobe, tidas como pouco resistentes para suportar a água que escoas das áreas com elevação para as zonas ribanceiras.

"O facto de a cidade do Lubango estar projectada numa zona circundada de montanhas e com uma periferia onde a maioria dos casebres não oferece condições apropriadas para suportar a quantidade da água que drena naturalmente para os diversos riachos, representa um perigo para as famílias", disse.

Agostinho Amaro apelou às autoridades locais a prosseguir com o programa de realojamento, à semelhança do efectuado há 10 anos, resultando no surgimento dos bairros da Chavola, Tchituno, Tchitutu, Arimba, entre outras urbanizações que conferiram melhor segurança a dezenas de famílias.

Maria Joaquina, moradora do bairro Kanquinda, não se contém com o facto de a água das chuvas estar a roer a argila que assegura as pedras do alicerce da casa. "Compramos sempre uns litros de gasóleo para

espalhar ao lado do alicerce para reduzir a pressão da água no alicerce", disse.

Consta que tal prática minimiza a pressão da água sobre o material que envolve a base de uma casa de construção precária. O cenário em vários pontos não só do bairro da Kanguinda mas de outros desperta a atenção dos transeuntes por se confundir com um determinado adorno, mas na verdade é considerado um protector.

O ancião Francisco Humbe, que teve a sala e a cozinha destruídas pela corrente de água, disse que "foi tudo muito rápido, por isso, apenas tivemos tempo de tirar as crianças, as roupas de cama, as pastas da escola, o televisor e alguns haveres para colocar numa zona segura da casa do vizinho".

A anciã Tchissingui Canhanga, durante a fúria da água, apenas agarrou no seu cajado que o auxilia na locomoção para abandonar imediatamente o quarto onde vive com a neta para se proteger. "As famílias aqui não conseguem viver tranquilas quando chega o tempo da chuva", desabafou.

Dezenas de famílias afectadas estão a remover os bens que podem ser aproveitados, com realce às chapas de zinco, barrotes, portas, janelas e outros haveres com possibilidade de serem recuperados. "Vamos para zonas mais seguras e com mais espaços preparados pelas autoridades da Huíla".

Tchissingui Canhanga agradeceu o apoio que está a ser prestado pelo Gabinete Provincial da Acção Social da Huíla, por estar a minimizar a carência alimentar, vestuário, cobertores e outros apoios. "Estamos dispostos a ir para qualquer sítio que o governo nos arranjar, desde que seja seguro e sem incômodo da água das chuvas".

Os dados do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica da Huíla (INAMET) atestam que as chuvas intensas e acompanhadas com fortes ventanias vão até meados de Abril do corrente ano, razão para prevenir as famílias que ergueram as suas moradias em zonas de risco.

Importa realçar que a administração municipal do Lubango já realojou há mais de quatro anos dezenas de famílias que viviam em zonas de risco para espaços preparados nas zonas da Mitcha, comunas do Toco, Arimba e Quilemba que acomodam acima de 200 famílias.

10.2 Executivo suspende exportação de madeira bruta durante três anos

Jornal de Angola

3 De Fevereiro de 2023

Texto: César Esteves

O Executivo aprovou, quinta-feira, durante a sessão ordinária do Conselho de Ministros, um diploma que suspende, por três anos, a exportação de madeira em estado bruto, para promover a exploração sustentável dos recursos florestais, proteger o ambiente e garantir a reflorestação.

De acordo com o comunicado da reunião, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, a medida visa criar as condições para estimular a crescente e a expansão, no país, de uma indústria de base florestal forte, moderna, competitiva, capaz de criar valor acrescentado, satisfazer a procura interna e externa de produtos madeireiros nacionais, com vista à geração de empregos e rendimentos para as famílias, sobretudo para os jovens, e contribuir, assim, para o combate à fome e à pobreza.

Segundo o comunicado, fica suspensa a exportação de madeira não manufacturada, sob qualquer forma de apresentação, nomeadamente, a madeira em toros, em blocos, semi-blocos e pranchões.

O ministro da Agricultura e Florestas, António Francisco de Assis, esclareceu, à imprensa, no final da reunião, que o diploma em causa visa, em primeira instância, proteger as florestas do país, o ambiente e permitir que, à semelhança do que já acontece em outras partes do mundo, se faça, também em Angola, uma exploração racional das florestas.

"Para que, dessa forma, possamos criar, a nível do país, uma indústria transformadora forte, dinâmica, competitiva e, por essa via, gerarmos postos de trabalho, principalmente para a juventude", realçou.

António Francisco de Assis disse que, a partir deste diploma e de outras acções em desenvolvimento, vai permitir que Angola não seja aquele país onde as pessoas vêm e cortam as árvores sem qualquer responsabilidade em matéria de reflorestamento e criação de valor acrescentado. "Todos temos verificado que, nos últimos tempos, há uma exploração desenfreada das nossas florestas de forma não racional, não sustentável", evidenciou o ministro da Agricultura e Florestas, para quem o que se passa, hoje, no país, no domínio das florestas, não é viável e sustentável.

António Francisco de Assis explicou que a suspensão da exportação da madeira em bruto tem como principal objectivo levar os operadores do sector a produzirem, em Angola, os mobiliários, tais como portas, janelas e outros para depois serem exportados a várias partes do mundo. "Ao invés de se exportar a madeira em bruto, vamos fazer esses produtos cá e, depois, exportá-los para fora", frisou. Depois de três anos, destacou o ministro da Agricultura e Florestas, vai ser feita uma comparação do antes e do agora, como o país está, se melhorou, se não melhorou e como se deverá trabalhar de lá para frente. António Francisco de Assis assegurou que o diploma, que vai entrar em vigor depois da publicação em Diário da República, vai salvaguardar os processos em curso referentes à exportação. "Nós temos um período de 60 dias para tratar de todas as matérias relacionadas com os processos que estão em curso", garantiu.

Indústria madeireira

A uma pergunta se o país dispõe de indústria madeireira para iniciar a produção local dos mobiliários, o ministro da Agricultura e Florestas disse tratar-se de um processo que vai ser criado, sublinhando que o diploma que suspende a exportação da madeira em bruto privilegia, cá no país, a criação de indústrias de madeiras modernas, dinâmicas, competitivas e que sejam capazes de exportar.

Plano de Ordenamento do Espaço Marinho

A sessão do Conselho de Ministros aprovou, ainda, ontem, o Plano de Ordenamento do Espaço Marinho, documento que tem como objectivo a organização do espaço marinho, tendo em conta os múltiplos usos e usuários e a relação entre eles, providenciando, assim, uma gestão abrangente, integrada e complementar em todos os sectores e para todos os usos do oceano.

O documento destina-se à identificação de estratégias de gestão adequada que mantenha um ecossistema marinho saudável e que facilite o desenvolvimento económico e sociocultural nacional.

Petróleo e Gás

No sector do Petróleo e Gás, o Conselho de Ministros aprovou a prorrogação da data do primeiro levantamento das ramas de petróleo da Área de Desenvolvimento Begónia, no Bloco 17/06, até 1 de Junho de 2025, bem como a prorrogação do período de produção até 1 de Junho de 2045.

De acordo com o comunicado da reunião, a medida visa atenuar o declínio natural da produção de petróleo do país, melhorando, desta forma, a avaliação do potencial da referida área de desenvolvimento e dar um novo impulso às actividades petrolíferas naquele bloco. Ainda no sector do Petróleo e Gás, o Conselho de Ministros aprovou as alterações ao contrato de partilha de produção da área de concessão do Bloco 5/06, celebrado entre a concessionária nacional e o grupo empreiteiro do Bloco 5/06, com o objectivo de assegurar a continuidade das operações e o conseqüente aumento da produção petrolífera nacional, tornar mais atractivo o desenvolvimento dos recursos remanescentes no referido bloco e maximizar o seu valor, em benefício das partes envolvidas

Política externa

No quadro da política externa, o Conselho de Ministros aprovou acordos com o Governo do Burundi, no domínio das Consultas Diplomáticas Regulares, e da Cooperação Económica, Comercial, Científica e cultural. Aprovou, igualmente, um outro acordo com o Governo dos Emirados Árabes Unidos, sobre Cooperação Económica e Técnica, com o Governo Bolivariano da Venezuela, de Cooperação Económica, Comercial, Científica, Técnica e Cultural.

10.3 Cheias impedem mobilidade de milhares de habitantes

Jornal de Angola
5 De Fevereiro de 2023

Mais de quatro mil habitantes da comuna do Cutuilo, a cerca de 157 quilómetros da sede municipal de Mavinga, na província do Cuando Cubango, estão impedidos de circular, há mais de uma semana, por causa das cheias dos rios Cueio, Nganguela e Cutuilo, provocadas por fortes chuvas.

O administrador municipal de Mavinga, Bernabé Luís Baptista, disse ao *Jornal de Angola* que, em consequência das chuvas, que caem com regularidade no município de Mavinga, a população do Cutuilo está privada de circular, sobretudo para ir até a sede municipal de Mavinga, ou a comuna do Cunjamba, em busca de bens e serviços de primeira necessidade.

Segundo Barnabé Baptista, a população tem vivido constantemente estes problemas na época chuvosa, que têm causado a subida do caudal dos rios, tendo acrescentado que a montagem de pontes metálicas é a solução para a resolução deste problema.

"A situação é bastante preocupante, até porque o próprio administrador comunal está fora da referida localidade e não consegue regressar, por causa das enchentes dos três rios", disse.

Bernabé Luís Baptista informou que três residências foram totalmente destruídas pelas chuvas, que causaram, igualmente, o surgimento de novas ravinas e enchentes em vários campos de cultivo da localidade, que poderão comprometer várias culturas e os resultados da campanha agrícola 2022/2023.

A situação, acrescentou, já é do domínio do Governo Provincial do Cuando Cubango, uma vez que no ano passado, o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas, João Bonifácio Cassanga, realizou uma visita de constatação para apurar os principais problemas da localidade.

Barnabé Baptista pediu a intervenção urgente do Governo Central e provincial, tendo em vista as dificuldades que os habitantes de Mavinga e em particular do Cutuilo estão a passar nos últimos dias em consequência das fortes chuvas que caem no município.

10.4 Mobilização contra os crimes ambientais

Jornal de Angola
6 De Fevereiro de 2023
Texto: Weza Pascoal

O governador provincial do Cuando Cubango, José Martins pediu, a população, da cidade de Menongue, apoio ao combate cerrado à caça furtiva, abate indiscriminado de árvores e às queimadas anárquicas, face às dificuldades que os fiscais ambientais têm tido nesta região.

José Martins, que falava no acto de celebração do Dia Nacional do Ambiente, que decorreu sob o lema "Reutilizar o passado, reciclar o presente e salvar o futuro", disse que o abate desenfreado de árvores, queimadas e caça furtiva, que se assistem diariamente no Cuando Cubango, constituem uma grande preocupação para o sector do ambiente e o Governo da província.

Em entrevista ao "*Jornal de Angola*", o director do gabinete provincial do ambiente, gestão de resíduos e serviços comunitários, Júlio Bravo, fez saber que a província necessita de cerca de 500 novos fiscais ambientais, para combater os caçadores furtivos nacionais e internacionais, a exploração ilícita da madeira e as queimadas anárquicas, entre outras práticas, contrárias à preservação do ambiente.

Fez saber ainda, que os mais de 120 fiscais existentes, não são suficientes para cobrir todo o território da província, razão pelo qual, diariamente se assiste vários actos que danificam o ambiente.

Por este motivo, José Martins, apelou às populações desta região, no sentido de continuarem unidos, apresentando ideias, construtivas e sustentáveis as entidades competentes, para que todos os actos que prejudicam o meio ambiente sejam substituídos por boas iniciativas, que garantam a implementação com sucesso de programas e campanhas de educação ambiental e de cidadania.

Encorajou os cidadãos a pensarem no ambiente, de uma maneira mais abrangente, promovendo campanhas de plantação de árvores, limpeza dos principais focos de resíduos sólidos nas comunidades, a realização de palestras para a sensibilização da sociedade, a melhoria da qualidade do meio ambiente, como um factor de influência na vida sadia das populações.

"Estamos a comemorar o Dia Nacional do Ambiente sob o lema "Reutilizar o passado, reciclar o presente e salvar o futuro", com um único propósito, o de reforçar os alertas aos diferentes sectores, para a necessidade de se adoptarem padrões de vida sustentáveis e promoverem uma gestão equilibrada dos recursos naturais", referiu.

Acrescentou que, o Governo Provincial, achando-se na obrigação de prestar atenção ao meio ambiente, tudo tem feito para incentivar as populações, a adotarem boas práticas sociais e participem voluntariamente nas campanhas de plantação de árvores, de recolha e tratamento do lixo, entre outras actividades, para melhorar o ambiente em que vivemos.

Lembrou que, a consagração do 31 de Janeiro, espelha a valorização, o respeito e o cuidado que se deve ter com o ambiente, cujos feitos propiciarão em grande medida, o bom estado de saúde e a boa conservação da própria natureza, factos que impõem a necessidade de continuar a incutir, principalmente na juventude, nas organizações sociais e nas comunidades em geral, a nível da província e do país, o espírito de se promover campanhas de limpeza e de recolha de resíduos sólidos em todas as localidades.

Na ocasião, o director em exercício do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Osvaldo Bartolomeu, disse que esta data deve servir de reflexão à sociedade, para a responsabilidade que cada um tem, na conservação da biodiversidade e da gestão sustentável dos

recursos naturais e na gestão dos resíduos para a qualidade de vida de todos.

Disse que o gabinete que dirige, em colaboração com Governo provincial, as Administrações Municipais e a Instituto Politécnico do Ambiente, têm estado a realizar actividades que visam alertar, os diferentes sectores sociais, para a necessidade de se adoptarem hábitos de vida sustentáveis, que promovam, uma gestão equilibrada dos recursos ambientais.

Para saudar a data, o Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários promoveu uma campanha de plantação de mais de duas mil árvores, do tipo cedro, pinheiro, eucalipto, acácias, chapéu de napoleão, casuarinas e pata de burro.

10.5 Chuvas desalojam 14 famílias em Ambaca

Jornal de Angola

8 De Fevereiro de 2023

Texto: Marcelo Manuel Jornalista

As chuvas intensas que têm estado a cair no bairro Talambanza, arredores da Vila de Camabatela, Cuanza-Norte, desde sexta-feira última, já destruíram 14 residências de adobe, informou, terça-feira, o Corpo de Protecção Civil e Bombeiros local.

Com base nos relatos da instituição, como consequência das chuvas, 70 pessoas, de 14 famílias, ficaram sem as próprias residências e tiveram de procurar abrigo nas casas de parentes e amigos. As chuvas, esclareceram, provocaram, ainda o ferimento ligeiro a um menor de 15 anos, ferido pela queda da parede da casa onde vivia. Socorrido pela equipa de emergências médicas local, o menor está fora de perigo.

Os efectivos do Comando do II Escalão do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros procederam, ainda, ao levantamento dos danos causados pelas enxurradas, para mobilizar os necessários apoios.

10.6 Progressão de ravina ameaça estrada principal do Tchizo

Jornal de Angola

8 De Fevereiro de 2023

Texto: Bernardo Capita

Uma ravina de grande dimensão com mais de 60 metros de profundidade e quase quinhentos de extensão está em progressão na localidade de Tchizo,

arredores da cidade de Cabinda, com iminência de cortar a estrada e engolir algumas residências a seu redor, apurou o *Jornal de Angola*.

A progressão da ravina e consequente desmoronamento de terras têm sido um processo muito rápido devido às constantes e fortes chuvas que se abatem quase que diariamente sobre a cidade de Cabinda, o que forçou as autoridades locais a delimitarem o perímetro para circulação rodoviária segura.

Entre outras consequências, a progressão da ravina provocou danos ao cabo de fibra óptica e à conduta principal de transportação de água de 800 milímetros, estando uma outra de 315 milímetros na iminência de ceder a qualquer momento.

A governadora da província de Cabinda, Mara Quiosa, visitou, na manhã de segunda-feira, o local, para constatar o fenómeno e analisar as formas do seu estancamento.

Enquanto que o vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Agostinho da Silva, reconheceu a gravidade da situação, salientando que, como primeira medida, "estamos a fazer um trabalho de remoção de terra que obstruiu a conduta principal de água de 800 milímetros para poder restabelecer o abastecimento do precioso líquido às populações dos bairros Chiweca, Povo Grande, entre outras localidades da zona Sul da Cidade de Cabinda que ficaram privadas de água potável".

O governante não indicou a data provável de início das obras de contenção da ravina em causa, mas adiantou tratar-se de um problema já identificado e devidamente cabimentado, pelo que, reforçou, as obras irão acontecer brevemente sob a responsabilidade do Ministério das Obras Públicas.

"A ravina de Tchizo deve ser imediatamente atacada em termos de contenção para se evitar a sua progressão e outros problemas sociais", disse, o vice-governador Agostinho da Silva, que apelou às populações para desistir de construção de casas nas encostas ou mesmo em zonas de risco e tenham a iniciativa de se dirigirem à Administração Municipal para receberem lotes de terrenos no âmbito do programa de autoconstrução dirigida.

10.7 Magistrados preparados para o combate aos crimes ambientais

Jornal de Angola

13 De Fevereiro de 2023

Texto: Lourenço Bule

Vinte e sete magistrados judiciais e do Ministério Público, efectivos do Serviço de Investigação Criminal (SIC), da Polícia Nacional (PN) e do Gabinete Provincial do Ambiente no Cuando Cubango, participantes no workshop sobre os crimes da vida selvagem, disseram, na cidade de Menongue, estarem preparados para dar o devido tratamento a todos os cidadãos que cometerem delitos contra a fauna e a flora.

A representante da organização não-governamental Traffic em Angola, Joana Van Halsema, disse que doravante os formandos estão capacitados com matérias ligadas ao combate cerrado aos crimes ambientais, desde o processamento no local do crime, passando pela denúncia, acusação, julgamento até à pronúncia da sentença dos prevaricadores.

Joana Van Halsema referiu que a acção formativa visou, essencialmente, consciencializar os participantes sobre questões pertinentes e urgentes relacionadas com os crimes ambientais, das leis relativas à vida selvagem e à devida aplicação, encontrar soluções a cada caso específico com que se têm debatido diariamente.

Frisou que o seminário tratou ainda de estimular a estreita colaboração entre os órgãos judiciais, do SIC, da PN, investigadores e especialistas do sector do Ambiente, com o intuito de diminuir as lacunas existentes em termos de investigação, acusação e julgamento dos casos, bem como permitir a fluidez dos processos-crime para o alcance de melhores resultados e um maior número de apreensões.

Para fazer jus a este propósito, destacou que os especialistas foram munidos, durante cinco dias, de ferramentas relacionadas com o combate ao comércio ilegal da vida selvagem, casos de apreensão relacionados com crimes contra as espécies protegidas e ameaçadas de extinção.

O workshop de capacitação multisectorial sobre crimes da vida selvagem foi promovido pelo Ministério do Ambiente, através do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBC), em parceria com a organização não-governamental Traffic, com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos da América (EUA) em Angola.

Durante a acção formativa, foram também abordados temas sobre a caça furtiva e crimes contra a vida selvagem nos parques nacionais, casos práticos sobre crimes contra a vida selvagem, investigação, primeiros intervenientes em locais de crimes, manipulação de provas e prática de simulação de um local de crime, a compreensão das complexidades da vida real das cenas de crimes e identificação de oportunidades para orientação aos investigadores, manuseio e transporte de provas, constaram dos temas ministrados.

Os participantes foram ainda munidos de materiais sobre o sindicato de criminosos, telecomunicações e investigação financeira, papel do procurador no combate ao comércio ilegal da vida selvagem e os crimes ambientais à luz da ordem jurídico-penal angolana, desafios dos procuradores e casos práticos em que a acusação de um local de crime contra a vida selvagem foi bem ou mal sucedida.

O workshop teve igualmente o objectivo de abordar o papel dos tribunais na luta contra os crimes à vida selvagem, apresentação das fases processuais intervenientes nas leis relativas aos crimes contra a vida selvagem e os desafios da fase preparatória do processo penal nos crimes ambientais

10.8 Zonas florestais do Cuanza-Norte contam com projecto de protecção

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2023

Texto: Marcelo Manuel

Um projecto que visa a protecção de cinco zonas florestais da província do Cuanza-Norte e suas respectivas espécies animais, orçado em 46 milhões de kwanzas, pode arrancar no decurso deste ano.

O arranque do projecto depende da disponibilização pelo Executivo da verba necessária, explicou, ontem, em Ndalatando, a directora provincial do Ambiente, Lurdes Salgado.

A responsável esclareceu que as áreas seleccionadas são o Pulmão Florestal do Morro do Binda, Centro de Investigação Agronómica do Quilombo, Floresta

do Golungo-Alto e os matagais da comuna de Canhoca e Bolongongo.

Lurdes Salgado avançou que o projecto foi remetido ao Ministério da Administração do Território, em Novembro passado, estando-se a aguardar pelo pronunciamento do sector das Finanças, para a alocação das verbas.

A directora provincial acredita que, até finais deste trimestre, possa haver um pronunciamento do Executivo.

Lurdes Salgado realçou que o principal objectivo é determinar as espécies vegetais e animais existentes nestes locais e delinear acções para a sua protecção.

Avançou que a execução do projecto vai obedecer determinados critérios, de acordo com a especificidade de cada zona, e pode ser executado por parceiros do Estado ou administrações municipais.

Ressaltou que a preservação destes sítios pode garantir a conservação do meio ambiente na sua forma natural, pelo facto de as florestas e matagais serem responsáveis pelo equilíbrio climático, ciclos relacionados com a regeneração da vida vegetal e animal, para além de influenciarem na criação de várias condições para a melhoria da vida humana.

"Estas zonas possuem extrema importância na regularização das chuvas e no arrefecimento global, importantes para a vida humana", disse.

Sublinhou que cada indivíduo deve tomar consciência sobre a preservação da natureza, para que tenhamos um mundo melhor.

Na sua opinião, a província do Cuanza-Norte possui bom clima e precipitações aceitáveis que rondam os 250 milímetros por quedas pluviométricas, mas recomenda cautelas no abate de árvores e animais, principalmente nos municípios de Cambambe.

Salientou a necessidade da redução das queimadas e a criação do hábito de repovoamento florestal. No seu entender, a população deve ser educada a plantar duas árvores pelo corte de cada arbusto.

Fez saber que até Outubro de 2022 o seu elenco distribuiu cerca de 600 mudas de plantas ornamentais, entre acácias, palmeiras reais e eucaliptos, cedidos para a Administração Municipal de Bolongongo, comuna de Cambondo, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

A administradora fez saber que nesta altura estão disponíveis mais de 400 plantas para o

embelezamento e arborização das cidades e vilas locais.

10.9 Progressão de ravinas ameaça interromper circulação rodoviária

Jornal de Angola

23 De Fevereiro de 2023

Texto: Weza Pascoal

O Instituto de Estradas de Angola (INEA) no Cuando Cubango tem catalogadas 14 ravinas nos municípios de Menongue, Cuito Cuanavale e Mavinga, que necessitam de intervenção urgente, para não impedir a circulação rodoviária nas Estradas Nacionais 140, 160 e 280.

Em declarações ao Jornal de Angola, o chefe dos serviços provinciais do INEA, Joaquim Domingos, explicou que as ravinas estão localizadas junto da Estrada Nacionais (EN) 140, que liga Menongue aos municípios transfronteiriços do Cuangar, Calai e Dirico, na EN 160, entre o Cuito Cuanavale e Nancova, e na 280, que liga Menongue ao Cuito Cuanavale, Mavinga e Rivungo.

"Estas são as ravinas que constituem maior preocupação neste momento, porque estão num perímetro muito próximo às estradas e necessitam de ser estancadas com urgência, para que não atinjam grandes proporções e cortem a livre circulação de pessoas e bens", informou.

Segundo Joaquim Domingos, já se fez o levantamento da situação e o INEA trabalha na mobilização dos meios técnicos e de todas as condições necessárias para que, nos próximos dias, se comece a estancar as ravinas de pequenas proporções, que podem ser intervencionadas com a ajuda do Governo Provincial, ao passo que os projectos de maior proporção, mais onerosos, são de nível central.

Referiu que no Cuando Cubango a situação das ravinas é motivo de grande preocupação, tendo em conta que à medida que se vão vedando umas, vão surgindo outras, em consequência da acção humana, sobretudo com a construção de infra-estruturas e a retirada de areia de um determinado espaço, bem como devido à água das chuvas.

"Temos outras preocupações na Estrada 280, que liga Menongue ao Cuito Cuanavale, uma região muito susceptível ao surgimento de ravinas, devido à configuração geológica dos solos", explicou.

Acrescentou que, no Cuito Cuanavale, os trabalhos que visam evitar a propagação de ravinas têm sido constantes, por causa da localização da sede municipal, que se encontra numa elevação e dos solos argilosos, propensos ao surgimento de ravinas.

Referiu que no passado mês de Janeiro, a situação agravou-se bastante no troço Caiundo/Mbalatchavu, na Estrada Nacional 140, onde havia cinco pontos que estavam na iminência de cortar a circulação entre Menongue e os municípios da orla fronteiriça, nomeadamente o Cuangar, Calai e Dirico, que exigiu a criação de um plano emergencial, para que o problema fosse resolvido o mais rápido possível por técnicos do INEA com o apoio do Governo Provincial.

Informou que, na referida zona, foram feitos trabalhos de remoção de solos e contenção das erosões para que o tráfego rodoviário não fosse interrompido, impedindo o acesso aos municípios da orla fronteiriça com a República da Namíbia.

"Infelizmente, tivemos a informação do surgimento de outra ravina na zona do Mucundi, na Estrada Nacional 140. Estamos a criar as condições necessárias para o levantamento da situação, para depois começarmos a estancá-la", disse Joaquim Domingos.

Deu a conhecer que, no ano passado, além do INEA, as empresas Omatapalo e Tecnovia estancaram a progressão de ravinas no município do Cuito Cuanavale, concretamente na zona adjacente à pista do Aeroporto 23 de Março, no Bairro Cambambe e por detrás do palácio municipal.

Quanto à reabilitação do troço Caiundo/Catuitui, fez saber que os procedimentos administrativos estão quase concluídos, acrescentando que no segundo semestre deste ano as obras terão início.

10.10 Madeireiros contestam proibição de exportação de madeira

Jornal Expansão

24 De Fevereiro de 2023

Texto: Henrique Kaniaki

Após o Governo anunciar a suspensão de exportação de madeira bruta por um período de três anos, empresas do sector florestal mostram-se preocupadas pelo facto de não terem sido tomadas medidas para atenuar o impacto desta decisão e admitem que muitas empresas podem fechar portas.

Consultado pelo Expansão, o presidente da Associação Nacional dos Industriais e Madeiros de Angola (ANIMA), José Veríssimo, afirmou que o sector enfrenta vários problemas e "prevê grandes dificuldades" com a entrada em vigor do decreto que suspende a exportação de madeira.

"Estamos a prever grandes dificuldades, porque temos um grande problema. Temos, por exemplo, colegas no Cuando Cubango e Moxico cujas espécies madeiras que exploram são de pequenas dimensões e não tem uso comercial para o nosso País, por sua vez são obrigadas a dirigir para exportação", afirmou.

Até ao momento, conforme explicou, há empresas que apenas se aguentam com a "exportação de madeira em blocos" e agora, ao serem obrigadas a deixar esta prática sem terem sido criados mecanismos que salvaguardem a sua actividade correm sérios riscos. Entretanto, José Veríssimo defende a necessidade de se estruturar o mercado local, que segundo o mesmo ainda não existe.

O Governo, por meio do decreto Presidencial n.º 45/23 de 14 de Fevereiro, suspendeu a exportação de madeira não manufacturada, nomeadamente em toros, em blocos, semi-blocos e pranchões, com o objectivo de proteger as florestas do País, o ambiente e permitir que, à semelhança do que já acontece em outras partes do mundo, se faça, também em Angola, uma exploração racional das florestas. Deu-se 60 dias para concluir todos processos de exportação em curso no País. A medida entra em vigor em Maio deste ano.

No entanto, os madeiros não foram chamados para participar na decisão final tomada recentemente pelo Executivo. "Lamentamos porque não fomos contactados para alinhar o pensamento. Agora muitas empresas vão fechar e isto já está a criar confusão no mercado", disse o representante dos produtores nacionais de madeira. E acrescentou: "acreditamos que a medida tem a sua necessidade e utilidade porque vai ajudar a regular a economia, mas dialogando poderia ter sido melhor". Sem crédito não há investimento no sector De acordo com a ANIMA, "quase não há crédito bancário no sector florestal", e muitas empresas estão a investir com fundos próprios, o que acaba por impedir o crescimento das suas actividades ao travar o investimento.

Segundo recordou o presidente da associação, em Junho de 2011 foi aprovado na Sessão da Comissão do Sector Produtivo, um financiamento de 303 milhões USD, por intermédio do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) com aporte do Ministério das Finanças, dos quais 94,37 milhões USD eram destinados aos projectos da Fileira de

Madeira, Mobiliário e Afins. Outra parte destinava-se aos investimentos ligados ao sector Silvícola adstrita ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural na altura, que é hoje Ministério da Agricultura e Florestas.

Entretanto, passados 11 anos, os madeiros não tiveram acesso ao financiamento, que ficou sem explicação por parte dos responsáveis políticos. "Se este financiamento tivesse sido cumprido e as empresas tivessem acesso a este dinheiro, não estaríamos a falar de importação básicas como de carteiras, até de mobiliários hospitalares e hoteleiros. Entretanto, não se sabe para onde foi o dinheiro, e hoje continuamos a falar das mesmas necessidades antes da aprovação daquele financiamento", afirmou.

10.11 Madeiros elogiam Decreto Presidencial sobre suspensão da exportação de madeira bruta

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2023

Texto: Carlos Paulino

Os madeiros na província do Cuando Cubango aplaudem a aprovação do novo Decreto Presidencial que suspende a exportação de madeira bruta, durante um período de três anos, e dizem que esta medida vai dar um maior impulso à economia e à criação de centenas de postos de trabalho no país.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o presidente da Associação dos Madeiros no Cuando Cubango, Miguel Tchiova, afirmou que o Executivo tomou uma boa decisão com a aprovação deste Decreto que visa valorizar a matéria-prima no país e também a criação de várias indústrias de mobiliário para residências, escritórios e escolas.

Miguel Tchiova disse que o Estado angolano estava a ser muito prejudicado com a exportação da madeira bruta em forma de blocos, semi-blocos, toros e pranchões, que favorecia mais ao país que recebia o produto para depois o transformar em diversos apetrechos.

Assegurou que o país ao exportar a madeira já transformada em produtos acabados haverá maior valorização e o preço aumentará consideravelmente, permitindo que as empresas do sector possam trabalhar todo o ano e não apenas durante a fase da campanha florestal, que decorre de 1 de Maio a 31 de Outubro.

Segundo Miguel Tchiova, uma das vantagens deste novo Decreto é que haverá também o surgimento de

várias indústrias de transformação de madeira e com isso a criação de mais empregos para a juventude, porque as empresas terão que criar as condições necessárias para trabalhar a madeira.

"Com o antigo Decreto, registámos muitos desperdícios de matéria-prima que saía da madeira, mas com esta medida de transformação haverá maior aproveitamento de produtos que eram desaproveitados por falta de indústrias transformadoras", disse, acrescentando que por este facto a medida é boa e que tem muitas vantagens para a economia nacional, assim como para a classe empresarial e a população.

Na sua visão, o Governo só teve um pequeno erro pelo facto de não ouvir, antes da criação e aprovação desta nova lei, a opinião das comunidades locais e as empresas do sector, no sentido de se recolher contribuições e saber até que ponto os madeireiros estão capacitados para estes novos desafios, porque muitos não terão capacidade e vão encerrar os seus estaleiros.

Miguel Tchiova disse que apesar de o Decreto ter boas intenções, na prática pode não andar conforme o almejado, porque há elementos que não foram acautelados e por este facto aconselhou a criação de uma equipa técnica para trabalhar no terreno com os madeireiros e as comunidades nos locais de exploração de madeira.

Recordou que em 2018, o Governo proibiu o corte da madeira do tipo mussivi e que até agora não se fez uma avaliação se os objectivos pretendidos foram ou estão a ser alcançados quanto à proibição até agora da exploração desta espécie.

"O mesmo pode acontecer na aplicação deste novo Decreto da suspensão de exportação de madeira bruta, caso não se defina os verdadeiros objectivos que se pretendem nos próximos três anos, com realce para quantas empresas e empregos se pretende criar no país neste sector", disse.

Falta de financiamento

Miguel Tchiova disse que a Lei que proíbe a suspensão da madeira bruta teria mais impacto para as empresas do sector caso o Executivo criasse numa primeira fase condições de apoio aos madeireiros em termos de financiamento ou entrega de equipamentos em forma de crédito.

"É necessário que o nosso Executivo facilite o acesso ao crédito para que as empresas nacionais possam dedicar-se à exploração e transformação da madeira em produtos acabados", defendeu, acrescentando que até agora os que fazem maior aproveitamento da Lei

de Bases de Floresta e Fauna Selvagem são as empresas estrangeiras, porque têm capitais ou financiamentos.

Segundo Miguel Tchiova, as empresas angolanas que operam sobretudo no Cuando Cubango na exploração de madeira nunca beneficiaram de nenhum financiamento e isto faz com que toda a madeira transformada que sai da província é produzida pelas empresas estrangeiras.

Com a aprovação deste novo Decreto, o Executivo deve financiar as empresas nacionais, porque só desta forma é que o país terá o verdadeiro aproveitamento e vantagens, principalmente com maior destaque na arrecadação de receitas e a criação de centenas de postos de trabalho.

Fez saber que a província do Cuando Cubango conta apenas com pequenas indústrias que se dedicam à transformação da madeira de acordo com o que o mercado local exige, mas para o que se pretende é necessário a criação de médias e grandes indústrias. Acrescentou que são controladas na província cerca de 30 serrações e mais de 20 carpintarias, na sua maioria instaladas em Menongue, mas que não têm os equipamentos à altura para as grandes transformações, porque as mesmas trabalham em condições precárias.

Acesso à matéria-prima

O novo Decreto, assegurou, vai permitir também que as carpintarias e as indústrias de transformação tenham mais acesso à matéria-prima, o que não acontecia no passado, porque os madeireiros estavam mais focados na exportação da madeira bruta.

Referiu que com o acesso permanente da matéria-prima, as indústrias vão poder produzir muitos equipamentos, desde que as mesmas sejam apoiadas ou financiadas, para que desta forma o país deixe de importar e acima de tudo a preço exorbitantes mobiliário e outros artefactos de madeira que se pode fabricar localmente em melhores qualidades e mais baratos.

Os madeireiros no Cuando Cubango pedem por este facto ao Executivo que também aprove uma linha de financiamento para as empresas do sector, para que as mesmas estejam melhor preparadas para este novo desafio, assim como acontece no ramo da Agricultura, onde os camponeses têm estado a receber muitos apoios para o aumento da produção, com realce para camiões, tractores, sementes e fertilizantes.

"No sector florestal, o Governo tem que fazer a mesma coisa, principalmente apoiando em forma de

crédito os operadores florestais com serrações, camiões 6x6, entre outros equipamentos que são necessários para o corte, transporte e transformação da madeira em produtos acabados”, solicitou.

Destacou que a efectivação deste apoio vai galvanizar a actividade de exploração de madeira na província e também dar resposta ao novo Decreto Presidencial que suspende a exportação de madeira bruta durante um período de três anos, mas se não houver este financiamento ou apoio aos madeireiros nacionais muitas empresas vão fechar as portas, vaticinou.

Caso haja financiamento, garantiu que os operadores florestais no Cuando Cubango estão prontos, uma vez que têm estado a fazer vários esforços, apesar das dificuldades que enfrentam, para que a actividade de exploração de madeira continue, porque a província tem bastantes recursos que precisam de ser bem explorados para o benefício da população.

Apontou ainda o estado avançado de degradação das vias de acesso, o atraso da entrega das licenças de exploração, interrupções durante a campanha florestal, interferência das autoridades tradicionais e policiais, como outras dificuldades que os madeireiros enfrentam na província para o bom êxito das suas actividades.

10.12 Governo realoja sinistrados na zona do Catome de Baixo

Jornal de Angola

28 De Fevereiro de 2023

Texto: Marcelo Manuel

As 1.885 pessoas de quatro bairros de Ndalatando, província do Cuanza-Norte, desabrigadas pelas chuvas nos bairros 11 de Novembro, 28 de Agosto, Sambizanga e Posse vão ser realojadas numa zona segura de Catoma de Baixo, anunciou, esta segunda-feira, o governador Pedro Makita.

O governante considerou que a situação dos sinistrados merece evacuação urgente para uma zona segura, onde estão a ser trabalhados cerca de quatro hectares.

Pedro Makita afirmou que a preocupação é de âmbito nacional, tendo realçado que o Executivo está a tomar as medidas necessárias para o reassentamento dos munícipes, que, numa primeira fase, pode passar pela criação de uma zona habitável com tendas, até à conclusão das 450 casas no Quilómetro 11.

O governador reconheceu que o bairro 11 de Novembro não apresenta condições geográficas para

a habitabilidade humana, devido ao assentamento das águas que saem dos vários bairros localizados a Leste e Centro da cidade de Ndalatando, cuja passagem hidráulica clama por desassoreamento há muitos anos.

Além da destruição e inundações de residências, a chuva deixou enormes quantidades de lixo e águas paradas que, segundo os moradores, estão a criar a acumulação de moscas e vermes que podem provocar doenças como cólera, febre tifóide e paludismo.

Para atenuar as dificuldades da população, o Governo entregou aos sinistrados meios alimentares e de higiene, com destaque para óleo de cozinha, fuba de milho, arroz, sal, sabão e detergentes. O balanço provisório do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros refere que 1.885 pessoas de quatro bairros de Ndalatando ficaram sem casas, em consequência das chuvas.

O porta-voz da Protecção Civil e Bombeiros, Hélder Milagre, frisou que a chuva durou cinco horas e danificou 377 residências nos referidos bairros, sendo que 271 ficaram inundadas, 79 totalmente destruídas e 27 apresentam danos parciais.

A chuva provocou, também, a queda de um poste de energia eléctrica de média tensão e de uma cantina, no bairro Sambizanga, além da destruição de um ponteco para passagem de peões, no bairro da Posse

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 Angola e China preparam novos acordos no domínio da saúde

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2023

Texto: Pedro Bica

Angola e China vão reforçar as parcerias no domínio da saúde pública, em especial no campo das análises científicas dos genomas, com a assinatura de um acordo entre o Ministério da Saúde e a empresa chinesa BGI, informou, na quarta-feira, em Luanda, Sílvia Lutucuta.

A ministra da Saúde assegurou, no final do encontro, que, com a assinatura do acordo, Angola vai ter condições para se tornar uma referência no campo das análises genômicas. "A China continua a ser um parceiro estratégico no sector da saúde", destacou no final do encontro de trabalho tido com o embaixador chinês em Angola e a delegação da empresa chinesa BGI.

No momento, acrescentou, estão a decorrer as conversações para assinatura do acordo, que inclui equipas técnicas do Ministério da Saúde, da Embaixada da China em Angola e da empresa chinesa BGI. "Uma das primícias do Ministério da Saúde é a investigação em saúde pública e de algumas doenças", disse.

No entanto, assegurou, a empresa chinesa BGI vai trazer para o país, com o acordo, diversas potencialidades em matéria de diagnóstico, análises genômicas e fabricação de reagentes e equipamentos.

A governante revelou que pretende também criar parcerias nos domínios da formação dos quadros, capacitação de técnicos de laboratório, troca de informação, em particular a ligada à investigação científica.

A intenção, anunciou, é elevar a nível 5 os laboratórios nacionais, de forma a terem condições para estar à altura das exigências de parceiros como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Centro de Controlo de Doenças. "Angola tem actualmente laboratórios de nível 2".

Cooperação

O embaixador da China em Angola, Gong Tao, disse, no final do encontro, que a China mantém uma

cooperação estratégica de confiança, amizade e credibilidade nos vários domínios da vida social.

A China, garantiu, vai continuar a apoiar Angola para ter as condições favoráveis no sector da saúde pública, assim como na melhoria das unidades sanitárias. "Na área de saúde pública, além da BGI pretendemos reforçar a presença através de novas plataformas, de maneira a alargar os conhecimentos na área de investigação científica", destacou.

II.2 Empresa vai colocar no mercado 40 mil toneladas de arroz em Abril

Jornal de Angola

24 De Fevereiro de 2023

A empresa Marsiris prevê, a partir do mês de Abril, colher numa área de 5.000 hectares, localizada no município do Lukembo, na província de Malanje, cerca de 40 mil toneladas de arroz para abastecer o país.

O anúncio foi feito quinta-feira, em Luanda, pelo director da empresa, Sr Li Yun, que participou num encontro que o ministro da Agricultura e Florestas, António Francisco de Assis, manteve com o director executivo da multinacional chinesa Yuan See Company Limited, Yao Zhenqiu.

Na ocasião, o gestor realçou que a firma conta com uma área de 600 hectares no município de Lukembo, onde está a produzir sementes de arroz que estarão também à disposição do mercado.

Sr Li Yun avançou que a empresa, de direito angolano, está a desenvolver um programa cujo foco é o fomento à produção e fornecimento interno. Neste âmbito, o objectivo é atingir aquilo que são os objectivos do Executivo, que é abastecer o país internamente e posteriormente abrir portas para o mercado externo.

O foco da empresa, destacou Sr Li Yun, é plantar, até ao final deste ano, cerca de 6.000 hectares de arroz, em parceria com a multinacional chinesa Yuan See Company Limited, uma das maiores empresas mundiais na produção de arroz.

Nesta primeira fase da colheita de sementes, a empresa Marsiris já investiu cerca de cinco milhões de dólares.

"As enxurradas que caíram na província de Malanje atrasaram o processo, mas em Abril conseguiremos atingir a primeira colheita", frisou, depois de avançar

que a empresa emprega directamente um total de 300 trabalhadores.

"Muitas pessoas não acreditam ainda no potencial que o mercado nacional pode ter, mas a produção de arroz já existe em Angola", assegurou Li Yun.

A Marsiris tem um programa ligado à capacitação e formação das famílias camponesas, com o objectivo de vê-las a desenvolver também a cultura do arroz.

O fornecimento das sementes será atribuído a várias classes de camponeses, com vista a promover no mais curto espaço de tempo uma produção em grande escala.

A parceria com a empresa líder mundial em engenharia e produção de sementes de arroz poderá garantir alto rendimento, mas também apoiar a investigação científica em Angola e fornecer suporte técnico e treinamento aos pequenos produtores num pouco por todo o país.

Garantir a auto-suficiência

O director-geral do Serviço Nacional de Sementes, Augusto Caetano da Silva, que participou na reunião, disse que no mercado existem quatro empresas nacionais e estrangeiras que se dedicam à produção de sementes de arroz, com o objectivo de garantir arroz de qualidade e tornar o país autosuficiente.

Realçou que as empresas produtoras de sementes estão localizadas nas províncias de Malanje, Lunda-Sul e Moxico.

No âmbito dos vários programas do Executivo, nomeadamente o de fomento agrícola e a cultura de arroz, pretende-se que estas empresas produzam e garantam sementes de qualidade.

A empresa Marsiris, destacou, trouxe para Angola um número considerável de variedades de sementes e sugere que as mesmas sejam testadas cá.

Augusto Caetano da Silva realçou ainda que a empresa tem dado provas em alguns países de África, como são os casos do Ghana e Madagáscar, onde as suas variedades têm tido em média uma rentabilidade de quatro a oito toneladas por hectare.

Estes indicadores são uma mais-valia para o mercado nacional, que tem necessidade de aumentar a produção de arroz.

O ministro da Agricultura mostrou-se aberto aos parceiros. A nossa instituição pretende apoiar a empresa para que possa trazer esta experiências ao país, frisou.